

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS**  
**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**GABRIELA DE ALMEIDA SILVA**

***A SUPEREXPLORAÇÃO DO CAPITAL SOBRE OS TRABALHADORES DOS  
CANAVIAIS DE ALAGOAS AO LONGO DA HISTÓRIA***

Maceió

2018

**GABRIELA DE ALMEIDA SILVA**

**A SUPEREXPLORAÇÃO DO CAPITAL SOBRE OS TRABALHADORES DOS  
CANAVIAIS DE ALAGOAS AO LONGO DA HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Virgínia Borges Amaral

Maceió

2018

## Catálogo na fonte

### Universidade Federal de Alagoas

#### Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

S586s Silva, Gabriela de Almeida.

A superexploração do capital sobre os trabalhadores dos canaviais de Alagoas ao longo da história / Gabriela de Almeida Silva. – 2018.  
94 f.

Orientadora: Maria Virgínia Borges Amaral.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 87-94.

1. Agroindústria canavieira – Alagoas. 2. Trabalhadores - Exploração.  
3. Trabalhadores da agroindústria açucareira. 4. Capitalismo. I. Título.

CDU: 364.2:331-058.243.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

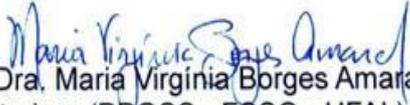


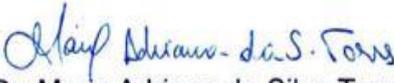
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

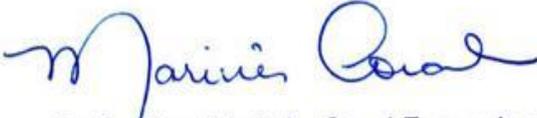
---

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Gabriela de Almeida Silva** intitulada **“A superexploração do capital sobre os trabalhadores dos canais de Alagoas ao longo da história”**, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 18 de setembro de 2018, às 09h, na Sala do Conselho da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

  
Profa. Dra. Maria Virginia Borges Amaral  
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

  
Prof. Dr. Maria Adriana da Silva Torres  
Examinador interno (PPGSS- FSSO - UFAL)

  
Profa. Dra. Marinês Coral Fagundes  
Examinador externo (UFAL - PALMEIRA DOS ÍNDIOS)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Maria Virgínia Borges Amaral pela orientação nessa pesquisa, mas, sobretudo, pela confiança, pelo apoio e pelos ensinamentos ao longo desse processo. Será sempre um grande exemplo de docente e de pesquisadora. Foi uma honra ter sido sua orientanda.

Às professoras Maria Adriana Torres e Marinês Coral pelas sugestões durante a banca de qualificação, fundamentais para a realização dessa pesquisa. Obrigada por aceitarem fazer parte desse processo. Agradeço a professora Maria Adriana Torres pelos ensinamentos compartilhados na disciplina *Políticas sociais na América Latina*, cursada no mestrado, que foram essenciais para a elaboração dessa pesquisa.

À minha família, especialmente, aos meus pais, Zilda e Honório, à minha irmã Juliana e aos meus irmãos Antônio e Alfredo, pelo estímulo, pelo apoio e pelo amor ao longo desses anos, fundamentais para a minha trajetória e para a realização dessa pesquisa.

Às minhas amigas Layana Lima, Drielly Marinho e Kamilla Oliveira por toda força e apoio. Obrigada pelo carinho, pela amizade e por fazerem parte da minha vida ao longo desses anos. Agradeço, especialmente, à Drielly Marinho pela leitura crítica dessa dissertação.

Às amigas que eu conheci durante o mestrado, Nathália Fernandes, Eduarda Isis e Érika Costa. Obrigada pelo apoio, pelo incentivo e pela amizade. Sou muito grata por ter vivenciado esse processo ao lado de vocês.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa Trabalho e Serviço Social (TRASSO) pelos debates, pela convivência e pelo companheirismo.

*“Acorda, é hora. O dia veio roubar teu sono cansado. É hora de trabalhar. O dia te exige o suor e o braço pra usina do dono do teu cansaço”.*

*(Gilberto Gil e Nana Caymmi)*

## RESUMO

A dissertação aqui apresentada tem por finalidade pesquisar a *superexploração* do capital sobre os trabalhadores dos canaviais de Alagoas ao longo da história. Para isso, foram realizadas as pesquisas qualitativa e quantitativa, bibliográficas e documentais. Recorremos ao referencial teórico de Marx e de autores marxianos e marxistas através de literaturas que tratam da temática; buscamos dados sobre a realidade do setor e dos trabalhadores do corte de cana, e analisamos relatórios apresentados à Assembleia Geral Legislativa de Alagoas no século XIX que evidenciam a organização da economia canavieira e as relações de trabalho nos canaviais naquele período, tendo em vista uma melhor compreensão dessas relações na atualidade. Entendemos que a história dos trabalhadores envolvidos nesse processo está vinculada à dominação, subordinação e exploração. Ao longo do processo histórico de desenvolvimento do referido setor, os trabalhadores foram os mais atingidos pelas transformações ocorridas nesse processo. As relações de exploração nos canaviais de Alagoas vêm se perpetuando desde o período colonial e adaptando-se às necessidades do capital de acordo com as circunstâncias e interesses de cada período histórico. Nessa direção, no século XXI, a ampliação do neoliberalismo, a ascensão da globalização e o aumento da competitividade no mercado mundial acirram a exploração da força de trabalho para elevar as taxas de mais-valia.

**Palavras-Chave:** *Superexploração*; Trabalhadores; Canaviais.

## RESUMEN

La disertación aquí presentada tiene por finalidad investigar la *superexplotación* del capital sobre los trabajadores de los cañaverales de Alagoas a lo largo de la historia. Para eso, se realizaron las investigaciones cualitativa y cuantitativa, bibliográficas y documentales. Recurrimos al referencial teórico de Marx y de autores marxianos y marxistas a través de literaturas que tratan de la temática; buscamos datos sobre la realidad del sector y de los trabajadores del corte de caña, y analizamos informes presentados a la Asamblea General Legislativa de Alagoas en el siglo XIX que evidencian la organización de la economía canavieira y las relaciones de trabajo en los cañaverales en aquel período, con vistas a una mejor comprensión de esas relaciones en la actualidad. Entendemos que la historia de los trabajadores involucrados en ese proceso está vinculada a la dominación, subordinación y explotación. A lo largo del proceso histórico de desarrollo de dicho sector, los trabajadores fueron los más afectados por las transformaciones ocurridas en ese proceso. Las relaciones de explotación en los cañaverales de Alagoas se vienen perpetuando desde el período colonial y adaptándose a las necesidades del capital de acuerdo con las circunstancias e intereses de cada período histórico. En esa dirección, en el siglo XXI, la ampliación del neoliberalismo, el ascenso de la globalización y el aumento de la competitividad en el mercado mundial agravan la explotación de la fuerza de trabajo para elevar las tasas de plusvalía.

**Palabras-clave:** *Superexplotación*; Trabajadores; Cañaverales.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Área plantada, área colhida e quantidade produzida dos produtos das lavouras de Alagoas.....	49
Quadro 2 – Usinas em funcionamento em Alagoas (2000-2016).....	54
Quadro 3 – Usinas em funcionamento em Alagoas na safra 17/18.....	55
Quadro 4 – Moagem de cana-de-açúcar e produção de açúcar e etanol em Alagoas.....	56
Quadro 5 – Número de trabalhadores que atuam no corte manual da cana em Alagoas.....	76
Quadro 6 – Número de colheitadeiras por ano/safra em Alagoas.....	77

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>2. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a formação da economia canavieira no Brasil.....</b>	<b>12</b>
2.1. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina: elementos para pensar a realidade brasileira.....	12
2.1.1. O papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo.....	15
2.1.2. As implicações do desenvolvimento do capitalismo latino-americano para os trabalhadores.....	20
2.2. O desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil.....	25
2.2.1. A inserção das usinas de cana-de-açúcar no Brasil.....	25
2.2.2. A regulação do Estado na agroindústria canavieira no Brasil.....	35
<b>3. A configuração da agroindústria canavieira em Alagoas.....</b>	<b>40</b>
3.1. As bases econômicas e sociais da agroindústria canavieira na realidade alagoana.....	40
3.2. A desregulação do Estado na agroindústria canavieira em Alagoas.....	50
<b>4. A <i>superexploração</i> da força de trabalho nos canaviais de Alagoas.....</b>	<b>57</b>
4.1. A inserção da força de trabalho nos canaviais de Alagoas e a emergência da legislação trabalhista.....	58
4.2. <i>Superexploração</i> e herança colonial nos canaviais de Alagoas.....	65
<b>Considerações finais.....</b>	<b>84</b>
<b>Referências.....</b>	<b>87</b>

## INTRODUÇÃO

As questões que levaram a pesquisar a temática surgiram a partir das experiências resultantes da participação no grupo de pesquisa Trabalho e Serviço Social (TRASSO), no qual fui bolsista no projeto de pesquisa *O Serviço Social no setor sucroenergético<sup>1</sup> de Alagoas e suas interfaces com os direitos dos trabalhadores*, empreendido no período de 2011 a 2012. No referido projeto de pesquisa desenvolvi o plano de trabalho individual *Ação dos assistentes sociais voltados para a assistência ao trabalhador no setor sucroenergético de Alagoas*, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Virgínia Borges Amaral.

A sistematização da análise da referida pesquisa culminou no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *As condições sócio-históricas para a inserção do Serviço Social na agroindústria canavieira de Alagoas*, que foi apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas no ano de 2014.

Ao estudar a prática do Serviço Social na agroindústria canavieira, foi identificado que, desde os seus primórdios, o trabalho realizado pelos cortadores de cana nesse setor se caracteriza como exaustivo, sendo inicialmente alicerçado no trabalho escravo. Em Alagoas, a relação de exploração da força de trabalho nos canaviais tem sua gênese no processo de colonização. Apesar da modernização do setor, através de incentivos do Estado para elevar a produção por meio do uso de tecnologias, algumas características da atividade canavieira permanecem inalteradas, como a exploração da cana em regime de monocultura, o modelo concentrador de renda e terra, além da forma de pagamento dos cortadores de cana com base na produção.

Partindo dessa premissa, buscamos apreender a *superexploração* do capital sobre os trabalhadores dos canaviais de Alagoas ao longo da história. Para apreender o objeto de estudo, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A partir do estudo bibliográfico foi realizado um levantamento da literatura acerca da temática e dos elementos constituintes da realidade na qual se situa o objeto de estudo, ao recorrermos ao referencial teórico de Marx e de autores marxianos e marxistas, buscando apreender a realidade além da mera exposição dos fatos, bem como as condições históricas e sociais que compõem e determinam o referido objeto. A pesquisa documental foi realizada através do levantamento e da análise da legislação referente ao trabalhador da lavoura canavieira, de

---

<sup>1</sup> “Emprega-se a denominação *setor sucroenergético* para atualizar a referência ao setor sucroalcooleiro. Pode-se, às vezes, mencionar o mesmo setor como *agroindústria canavieira* sem que o sentido seja prejudicado” (AMARAL, 2011, p. 147, grifos da autora).

relatórios apresentados à Assembleia Geral Legislativa de Alagoas no século XIX que trazem informações sobre a economia canavieira alagoana naquele período, e dos dados sobre a realidade do setor e dos trabalhadores do corte de cana. Tais pesquisas nos auxiliaram a compreender a gênese das relações de exploração no setor canavieiro para depois cotejarmos suas interpretações acerca das implicações da *superexploração* da força de trabalho nos canaviais sobre os trabalhadores que atuam no corte da cana, especificamente em Alagoas.

Na primeira seção da dissertação discute-se sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a formação da economia canavieira no Brasil. Buscando entender a realidade brasileira, foram levantadas algumas considerações acerca do desenvolvimento do capitalismo na América Latina para compreender a influência desse processo na inserção e desenvolvimento do setor canavieiro no Brasil, tendo em vista o entendimento da configuração das relações de trabalho nesse âmbito.

Uma vez que, na América Latina, o capitalismo surge sob a égide da *superexploração* do trabalho voltado para a ampliação do processo de acumulação primitiva para satisfazer as necessidades dos países centrais, o desenvolvimento do capitalismo no referido continente possui particularidades históricas que incidem na formação econômica, política e social de suas nações e implicam nas relações de trabalho. Nessa perspectiva, “dito isso, passa-se a analisar o complexo fenômeno que é a formação social, política e econômica do Brasil e suas condições estruturantes para desenvolver suas potências capitalistas sem perder traços do regime colonial” (AMARAL, 2011, p. 151). Entendemos que o setor canavieiro emergiu no Brasil como resposta as demandas do capital estrangeiro. No início do processo de colonização do país não foram encontradas riquezas minerais de imediato, fato que fez o açúcar se constituir em uma valiosa fonte de riqueza. Assim, o cultivo de cana-de-açúcar foi a principal atividade econômica realizada no país, na qual a produção de açúcar era destinada à exportação para os países europeus. Desse modo, o Brasil ingressa no sistema capitalista como partícipe da acumulação primitiva em escala mundial e essa forma de ingresso determinará seu processo de formação econômico-social.

A segunda seção trata da configuração da agroindústria canavieira em Alagoas. Para esse entendimento, primeiro, serão discutidas as bases econômicas e sociais da agroindústria canavieira na realidade alagoana para, em seguida, apreender o impacto da desregulação do Estado na estrutura produtiva desse setor – historicamente marcada pela intervenção estatal – e suas implicações sobre os trabalhadores canavieiros.

Em Alagoas, o crescimento das usinas se deu devido a um aumento da produtividade agrícola e da expansão da área cultivada com cana-de-açúcar. Com a eclosão da crise do

petróleo, no ano de 1970, o Estado passou a financiar a produção do etanol combustível por meio do Proálcool, promovendo a modernização do setor. Em 1980, a redução dos gastos com a importação de petróleo ocasionou a redução da produção de álcool desencadeando uma crise que, somada à crise fiscal do Estado, resultou na redução dos incentivos estatais. A partir da redução dos incentivos financeiros por parte do Estado várias usinas foram desativadas e o setor entrou no processo de reestruturação produtiva em resposta aos efeitos da crise de 1970. A crise econômica internacional iniciada em 2008 agravou essa situação, à medida que as estratégias das usinas para garantir o desenvolvimento das empresas produzem alterações na organização da produção que atingem, principalmente, os trabalhadores do âmbito rural.

A terceira seção discute sobre a *superexploração* da força de trabalho nos canaviais de Alagoas. De início, buscou-se compreender como ocorreu o processo de inserção da força de trabalho nos canaviais de Alagoas e a emergência da legislação trabalhista voltada para a agroindústria canavieira para, a partir desse entendimento, apreender como ocorre a *superexploração* da força de trabalho nos canaviais alagoanos e como esse mecanismo compensatório para a extração de mais-valia acarreta prejuízos aos trabalhadores canavieiros. Nessa seção, parte-se do pressuposto de que, historicamente, os trabalhadores dos canaviais são explorados em prol da manutenção e desenvolvimento da agroindústria canavieira. Cabe ressaltar que esses trabalhadores são submetidos diariamente a condições degradantes como exposição ao sol, falta de alojamento digno para o descanso, falta de higiene e de alimentação saudável, entre outros. Esses trabalhadores enfrentam intensas jornadas de trabalho das quais o capitalista visa aproveitar ao máximo esse tempo.

Por fim, a discussão proposta por essa pesquisa visa contribuir com o debate acerca da *superexploração* do capital sobre os trabalhadores dos canaviais de Alagoas a partir da compreensão dos mecanismos de acumulação e de exploração da força de trabalho nesse âmbito.

## **2. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a formação da economia canavieira no Brasil**

Para uma melhor reflexão acerca do surgimento do setor canavieiro no Brasil, recorreremos ao desenvolvimento do capitalismo da América Latina para apreender a implicação desse processo na inserção e na contribuição da monocultura da cana-de-açúcar na formação sócio-histórica do país. Nessa ótica, parte-se do pressuposto de que o processo de desenvolvimento do capitalismo não ocorreu de forma linear em todos os países. Os países possuem configurações sócio-históricas diferentes, sobretudo no que se refere aos países colonizadores e aos países colonizados. Essas configurações incidem no processo de desenvolvimento do capital e sobre os trabalhadores.

### **2.1. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina: elementos para pensar a realidade brasileira**

No século XV, diante do esgotamento do feudalismo na Europa e da necessidade de novas riquezas para incrementar o processo de acumulação primitiva<sup>2</sup> nos países centrais, os países passaram a buscar novas rotas comerciais quando o processo de expansão comercial se deu na Europa. Durante o processo de expansão do capital comercial foram descobertas as riquezas das terras da América. De acordo com Galeano (2015, p. 51), “as colônias americanas tinham sido descobertas, conquistadas e colonizadas dentro do processo de expansão do capital comercial”. As terras, que até então eram habitadas por índios, foram colonizadas, especialmente, pelos espanhóis, que chegaram à América em 1492 por meio de uma rota diferente, e pelos portugueses que, em 1494, passaram a ocupar as terras através do Tratado de Tordesilhas. Marx (1984) ressalta que:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 1984, p.285).

---

<sup>2</sup> Segundo Marx (1984, p. 262, grifo do autor), “[...] a assim chamada acumulação primitiva é [...] nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”.

Os colonizadores se apropriaram das riquezas encontradas nas terras colonizadas e escravizaram os índios que habitavam a região. Além das armas, da violência e da exploração, os colonizadores também trouxeram consigo doenças que causaram várias mortes. O início da conquista e expropriação das riquezas encontradas na América Latina foi marcado pela exploração e pelo extermínio de milhares de índios. De acordo com Galeano (2015, p. 33-34), “[...] os indígenas foram completamente exterminados nas lavagens do ouro, na terrível tarefa de revolver as areias auríferas com a metade do corpo debaixo d’água, ou lavrando os campos até a exaustão, com as costas dobradas sobre pesados instrumentos de arar trazidos da Espanha”. Galeano (2015, p. 33-34) acrescenta que “muitos indígenas da Dominicana se antecipavam ao destino imposto por seus novos opressores brancos: matavam seus filhos e se suicidavam em massa”, na tentativa de fugir da exploração imposta pelos colonizadores.

A colonização da América Latina foi uma estratégia para acumular riquezas para os países centrais ao fornecer matéria-prima a um baixo custo, como, por exemplo, o café, o açúcar e os metais preciosos do Brasil, e servir de mercado para o escoamento dos produtos manufaturados (PINHEIRO, 1995). O financiamento para o desenvolvimento do capitalismo era obtido através das exportações provenientes da América Latina.

O valor das exportações latino-americanas de metais preciosos, durante longos períodos do século XVI, foi quatro vezes maior do que o valor das importações, compostas estas, sobretudo de escravos, sal, vinho, azeite, armas, tecidos e artigos de luxo. Os recursos fluíam para que fossem acumulados pelas nações europeias emergentes. (GALEANO, 2015, p.48).

Segundo Galeano (2015, p. 48), “a estrutura econômica das colônias ibéricas nasceu subordinada ao mercado externo e, em consequência, centralizada no setor exportador, que concentrava a renda e o poder”. A transferência das riquezas encontradas na América Latina para a acumulação primitiva dos países europeus, nos séculos XVI e XVII, serviu de base para o desenvolvimento da grande indústria nos países centrais no século XVIII.

No século XVIII, a América Latina contribuiu para o desenvolvimento da Revolução Industrial na Inglaterra ao participar do processo de acumulação primitiva do capital através do fornecimento de matérias-primas e de produtos agrícolas. À medida que o século XVIII foi marcado pelo ciclo do ouro no Brasil, a extração e a exportação do ouro dominou a dinâmica econômica colonial neste período. Com o esgotamento do ciclo do ouro no território brasileiro e diante da insuficiência de minerais nobres nos países latino-americanos, a exploração das colônias ocorreu através dos ciclos do açúcar, da borracha, do cacau, do algodão e do café.

Dessa forma, a exploração das colônias seguiu através da exploração da força de trabalho e do solo. Inicialmente, a economia colonial-americana utilizou a força de trabalho até então conhecida ao explorar a força de trabalho dos índios que habitavam as terras descobertas. Nos séculos seguintes, XVI a XIX, a economia colonial-americana passou a explorar a força de trabalho escrava vinda da África. No século XIX, diante da pressão do governo da Inglaterra, ocorreu a abolição da escravidão. A partir da necessidade de força de trabalho livre, a escravidão foi sendo substituída pelo trabalho assalariado. Como afirma Galeano (2015, p. 121), “a indústria inglesa já necessitava de mercados internacionais com maior poder aquisitivo, o que obrigava à propagação do regime de salários”. Assim, a substituição da escravidão pelo trabalho assalariado possibilitou o desenvolvimento do mercado interno, bem como o aumento das importações de produtos industrializados dos países da Europa, principalmente da Inglaterra.

No século XIX ocorreu a independência política dos países latino-americanos. Nessa conjuntura, os países buscavam encontrar seu lugar no mercado internacional sob a influência das ideias liberais. O liberalismo, que defendia o livre mercado e era contra a intervenção do Estado na economia, era funcional aos interesses da Inglaterra à medida que as ideias liberais facilitariam o acesso direto aos fornecedores de matérias-primas e aos mercados consumidores. Contudo, o processo de independência política que ocorreu na América Latina não acabou com a dependência econômica externa. Como afirma Pinheiro (1995, p. 67), a inserção da América Latina no mercado internacional “[...] ocorreu mediante uma clara divisão internacional do trabalho”. Segundo Galeano (2015):

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. [...] Mas a região continua trabalhando como um serviço. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os. (GALEANO, 2015, p.5).

Os países latino-americanos, que formalmente são independentes, estão inseridos em uma relação de subordinação. Nesse sentido, segundo Pinheiro (1995, p. 67), “[...] aos países da região coube o papel de fornecimento de matérias-primas, riquezas minerais e alimentos para o fortalecimento dos Estados nacionais europeus e a expansão do mercantilismo”. Os

países latino-americanos forneciam seus produtos e importavam produtos manufaturados dos países centrais. De acordo com Marini (2011, p. 134-135), “[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes [...]”, dessa forma, as relações de produção dos países dependentes são transformadas ou recriadas de forma que assegurem a relação de dependência.

Nesse contexto, na América Latina, as relações capitalistas de produção só se estabeleceram no século XIX. Como observa Marini (2011, p. 136), “só no curso do século 19 [...] sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. [...] é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho”. Nesse sentido, a condição de colônia de exploração, ao mesmo tempo em que impulsionou o avanço da metrópole, também, freou o desenvolvimento dos países colonizados. As particularidades que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo na América Latina resultaram em um processo de industrialização tardio, em relação aos países centrais, e em problemas que estarão presentes na atualidade. Nessa direção, a inserção da América Latina no sistema capitalista no processo de acumulação primitiva foi determinante no processo de formação econômica e social de suas nações.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista emergiu uma nova sociedade, alicerçada na intensificação das contradições entre a classe que produz a riqueza social e a classe que toma posse dessa produção. A criação da riqueza no capitalismo ocorre com a produção da mais-valia<sup>3</sup> através da exploração do trabalhador, fazendo com que ele trabalhe para além dos meios de sua manutenção enquanto força de trabalho e produza mais do que o salário que recebe. Para garantir a criação de riqueza surgiu a necessidade da criação de mecanismos para o controle dos trabalhadores. Entre tais mecanismos, o Estado tornou-se fundamental nesse processo.

### **2.1.1. O papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo**

No último quartel do século XIX, denominado de período do capitalismo monopolista ou período imperialista, as contradições inerentes da relação entre capital e trabalho se

---

<sup>3</sup> O trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário. O capitalista adquire o direito de utilizar-se do valor de uso - segundo Marx, valor de uso é o trabalho criador de valor - dessa força durante a jornada de trabalho. Ao longo dessa jornada, no primeiro momento, o trabalhador produz o valor correspondente ao seu salário (o trabalho necessário para o seu sustento e sua reprodução), essa parte da jornada denomina-se tempo de trabalho necessário. No segundo momento, ele produz o valor excedente, a mais-valia, que é monopolizada pelo capitalista, essa parte denomina-se tempo de trabalho excedente (BRAZ; NETTO, 2007).

intensificaram. Essas contradições refletiam-se nas condições de vida dos trabalhadores das indústrias que viviam com salários insuficientes para atender suas necessidades mais básicas e as de suas famílias, mesmo que a maioria dos membros da família trabalhasse. Nessa conjuntura, diante da intensificação da exploração da força de trabalho, os trabalhadores se organizaram para reivindicar melhores condições de trabalho e de vida.

A classe trabalhadora organizou movimentos sociais<sup>4</sup>, através dos quais suas precárias condições de vida e de trabalho foram expostas para toda a sociedade. A questão social passou a estar no centro das contradições que permeavam a sociedade, constituindo-se na contradição antagônica entre a burguesia e o proletariado. Segundo Yamamoto e Carvalho (2009, p. 77, grifo dos autores), “a *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. Os autores supracitados acrescentam que a questão social “é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (idem). Nesse sentido, diante das reivindicações dos trabalhadores, que foram vistas pela burguesia como uma ameaça à ordem pública, surgiu a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A classe burguesa requisitou ao Estado a administração dos conflitos entre capital e trabalho ao sentir a ordem vigente ameaçada.

Sobre a função do Estado nas sociedades divididas em classes, nas quais uma classe social (classe dominante) explora o trabalho da outra classe (classe dominada), diante da necessidade de um poder que obrigasse os trabalhadores a trabalharem, a classe dominante tratou de criar mecanismos que atendessem essa necessidade.

---

<sup>4</sup> A partir de reflexões de Karl Marx, Coggiola (2010) descreve que “as primeiras lutas operárias, antes inclusive da Revolução Industrial, trouxeram consigo os primórdios da organização. Em 1724, os operários chapeleiros de Paris declararam greve por causa da redução injustificada de seus salários” (COGGIOLA, 2010, p. 11, grifo do autor). O referido autor observa que “naquela que é considerada a primeira grande greve de operários fabris, organizada de acordo com o “modelo moderno”, ou fabril, a dos fiadores de algodão de Manchester (realizada em 1810), vários milhares de homens distribuíram entre si o fundo de greve, que atingiu 1 500 libras por semana. O antecedente fora a grande greve de 1804-1805, realizada pelos tecelões de Glasgow, quando 40 mil trabalhadores de toda Escócia pararam seus teares. A extraordinária “marcha da fome” sobre Londres (de 1817), ou o comício de Saint Peter’s Field em 1819, que reuniu a quantidade (inusitada para a época) de 80m mil pessoas, se produziram em meio ao clima criado pela revolta dos operários e artesãos” (idem, p. 12, grifos do autor). Coggiola (2010) ressalta que “em 1833 os trabalhadores ingleses organizaram os primeiros sindicatos (*trade unions*) sob a forma de associações de base local, ou por ofício, para obter melhores condições de trabalho e de vida. [...] Inicialmente, eles se cotizavam para pagar o enterro de associados; a associação passou a ter caráter reivindicatório” (p. 18, grifo do autor). O autor supracitado acrescenta que “gradativamente, as associações conquistaram a proibição do trabalho infantil, a limitação do trabalho feminino, o direito de greve, a limitação da jornada de trabalho, o que teria efeitos decisivos para os trabalhadores: as horas de trabalho por semana para trabalhadores adultos nas indústrias têxteis eram, em 1780, em torno de 80 horas por semana; em 1820, 67 horas por semana; em 1860, 53 horas por semana” (idem, p. 18).

A classe dominante irá, então, criar os mecanismos e instituições de que necessita para o controle daqueles que produzem a riqueza. Entre eles, o mais importante é o Estado. Ele é um instrumento especial e imprescindível de repressão dos trabalhadores para a reprodução da sociedade de classes, desde as mais antigas até a mais desenvolvida dos nossos dias. (LESSA; TONET, 2012 p.13).

Assim, o Estado surge da necessidade de exercer dominação e exploração da força de trabalho, enquanto um instrumento imprescindível de repressão dos trabalhadores nesse processo, fundamental para a reprodução da sociedade de classes. Sobre a constituição do Estado, Engels (2010) afirma que:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2010, p. 213).

Conforme Engels (2010), o Estado trata-se de uma estrutura organizacional que surge da complexificação da sociedade e da sua divisão em classes sociais, como um poder aparentemente acima da sociedade, voltado para conter os conflitos de classes. Apesar de se colocar como um poder aparentemente acima da sociedade, a função do Estado é garantir a propriedade privada e os interesses da classe dominante.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 2010, p. 215-216).

Portanto, o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes sociais e é, por regra, um mecanismo de reprodução dos interesses das classes dominantes. Com a

função de conter os conflitos entre as classes sociais, o Estado foi requisitado pela classe burguesa ao sentir a ordem vigente ameaçada pelos movimentos organizados pela classe trabalhadora, diante das contradições inerentes da relação entre capital e trabalho na fase monopolista do capitalismo, no último quartel do século XIX.

A resposta do Estado foi a repressão policial, com o objetivo de manter a ordem social. Porém, a repressão policial se mostrou ineficaz. Assim, surgiu a necessidade da implantação de medidas de proteção ao trabalhador e uma postura política e ideológica por parte do poder estatal face ao social. Para atender tal demanda, a estratégia encontrada pelo Estado se deu mediante a implantação das políticas sociais. Nesse momento, a questão social passou a ser questão do Estado e não mais caso de polícia. Diante da emergência de tais políticas, Paiva, Rocha e Carraro (2010) argumentam que:

No âmbito do modo de produção capitalista consolidado, a política social surge como produto próprio da sociedade liberal-burguesa, como amortizadora do conflito social decorrente da luta operária, refuncionalizando-se também – simultânea e contraditoriamente – para atender as demandas decorrentes da reprodução social tipicamente capitalista, como mecanismo de aproveitamento lucrativo do excedente econômico [...]. (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 157).

Nessa perspectiva, as políticas sociais possuem uma função fundamental no processo de produção e reprodução social, através das formas de intervenção do Estado na administração dos conflitos entre a classe dominante e a classe dominada. De acordo com Netto (2011):

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social *pública* na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. (NETTO, 2011, p. 30, grifos do autor).

Desse modo, é na fase monopolista do capitalismo que o Estado se torna um elemento imprescindível no processo de acumulação e de reprodução social capitalista, com a função de manter a ordem social ao conter o antagonismo entre a classe dominante e a classe dominada, uma vez que surge em meio ao conflito delas.

Como foi visto, o processo de industrialização gerou problemas sociais que levaram a classe trabalhadora a reivindicar por melhores condições de trabalho e de vida. Diante disso, foram criados mecanismos de controle que garantissem a reprodução do sistema capitalista.

Nos países europeus consolidou-se o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) após a Segunda Guerra Mundial. O Estado de Bem-Estar Social coloca o Estado como agente organizador da vida social e econômica, e tem como princípios o pleno emprego, a universalização dos serviços sociais, a assistência social e a menor desigualdade social. Sobre o surgimento do Estado de Bem-Estar Social, Mota (2012) afirma que:

O surgimento da sociedade urbano-industrial compôs o ambiente no qual os trabalhadores se organizaram e politizaram as suas necessidades e carecimentos, a transformá-los numa questão pública e coletiva que passou a ser socialmente reconhecida pelo Estado, a originar o modernamente denominado de Estado Social ou de Bem-Estar Social (*Welfare State*), ancorado em direitos e garantias sociais, que se expandiu a partir da Segunda Guerra Mundial [...]. (MOTA, 2012, p. 30).

Com base nos princípios do Estado de Bem-Estar Social, propostos pela teoria keynesiana, as transformações do Estado ampliaram suas funções econômicas e sociais. No entanto, a universalização das políticas sociais não ocorreu nos chamados países pobres periféricos da América Latina, como bem diz Faleiros (1991):

Nos países pobres periféricos não existe o *Welfare State* nem um pleno keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal, decorrentes do fato da residência no país ou da cidadania. São políticas “categoriais”, isto é, que tem como alvo certas categorias específicas da população, como trabalhadores (seguros), crianças (alimentos, vacinas) desnutridas (distribuição de leite), certos tipos de doentes (hansenianos, por exemplo), através de programas criados a cada gestão governamental, segundo critérios clientelísticos e burocráticos. Na América Latina, há grande diversidade na implantação de políticas sociais, de acordo com cada país [...]. (FALEIROS, 1991, p.28).

Nos países periféricos, assim como no Brasil, a construção das políticas sociais não se efetiva sob os parâmetros do *bem-estar social*, à medida que o desenvolvimento do modo de produção capitalista em tais países assume características diferentes. Nessa ótica, diferente dos países centrais, na América Latina, no século XIX, o Estado foi concebido pelo poder oligárquico. Pinheiro (1995) destaca que:

Em um primeiro momento, sob a égide do poder da elite primário-exportadora, o Estado utiliza as políticas sociais com intuito de afirmar a identidade nacional e propiciar condições mínimas de trabalho para os contingentes de imigrantes que chegavam para viabilizar as empresas exportadoras de bens primários. (PINHEIRO, 1995, p.65).

As políticas sociais desempenham a função de colaboração na criação das condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo. Na América Latina, a construção das políticas sociais é marcada por características próprias de seu desenvolvimento econômico no contexto mundial. Portanto, as políticas sociais devem ser entendidas como um produto histórico vinculado ao desenvolvimento do capitalismo e ao seu processo de acumulação.

Conforme Sposati (2011, p.106), “nos países latino-americanos, as políticas sociais são instaladas de forma fragmentada, setorizada e em geral, com acesso limitado ao operariado urbano, e fortes sinais de branqueamento no acesso a seus benefícios”. Nessa perspectiva, as contradições que envolvem o processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina incidem sobre os trabalhadores, como pode ser observado no item a seguir.

### **2.1.2. As implicações do desenvolvimento do capitalismo latino-americano para os trabalhadores**

No século XX os países periféricos foram incorporados integralmente ao processo de reprodução ampliada do capital. A participação da América Latina no desenvolvimento do capital nos países centrais, através do fornecimento das riquezas extraídas do seu território, contribuiu para o desenvolvimento da tecnologia nos países europeus e para que a base da acumulação na economia industrial passasse da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa<sup>5</sup>.

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2011, p. 138).

Os países latino-americanos, ao mesmo tempo em que favoreceram o crescimento quantitativo do capitalismo nos países centrais, contribuíram para uma mudança qualitativa na

<sup>5</sup> Segundo Marx, “[...] a característica mais essencial do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, porém de mais-valia relativa. Esta resulta do acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menor tempo de trabalho para a reprodução desta última. Por isso, sem que se alterem o tempo e a intensidade da jornada de trabalho, cuja grandeza permanece a mesma, altera-se a relação entre seus componentes: se diminui o tempo de trabalho necessário, deve crescer, em contrapartida, o tempo de sobretrabalho” (1988, p. 41).

exploração do trabalho. A América Latina contribuiu para que, nos países centrais, o eixo da acumulação na economia industrial se deslocasse da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Em contrapartida, Marini (2011) aponta que na América Latina se configura um processo de acumulação com base na *superexploração*<sup>6</sup> do trabalho, através de uma maior exploração do trabalhador.

Segundo Marini (2011), os países da Divisão Internacional do Trabalho possuem setores com diferentes composições orgânicas que levam a um processo de troca desigual. Desse modo, à medida que os países centrais mantiveram ou aumentaram o preço de suas mercadorias industrializadas enquanto os países dependentes mantiveram ou reduziram os preços de suas matérias-primas e produtos primários, ocorre uma troca desigual. Nessa relação de troca, os países latino-americanos produzem matérias-primas e produtos primários em setores com baixa composição orgânica do capital e os exporta para os países centrais, para depois importar destes os bens manufaturados que foram produzidos em setores de alta composição orgânica. Nessa troca desigual, as matérias-primas e os produtos primários são exportados pelos países latino-americanos com preços inferiores aos produtos industrializados importados dos países centrais, tendo em vista a composição orgânica destes que lhes permite vender seus produtos por um preço mais elevado.

Marini (2011) destaca que as “[...] as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso a uma maior exploração do trabalhador” (idem, p. 146-147). Para Marini (2011, p. 148), “[...] o fundamento da dependência é a *superexploração* do trabalho”, à medida que há uma relação desigual entre os países dependentes e os países centrais no processo de transferência de valores.

A compensação através da *superexploração* ocorre tanto pelo aumento da intensidade do trabalho, quanto pela prolongação da jornada de trabalho e pela expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho (MARINI, 2011). Na concepção de Osorio (2013), essa *superexploração*:

[...] é uma *forma particular de exploração*, e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual *o valor da força de trabalho é violado*. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no

---

<sup>6</sup> Sobre a categoria de *superexploração*, defendida especialmente por Marini, ver mais em: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*, 1973. In: TRASPADINI et. al. (org.). **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo ou intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total. (OSORIO, 2013, p. 49, grifos do autor).

De acordo com Marini (2011), nas nações dependentes, além da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, um terceiro mecanismo de extração do excedente do trabalho está na diminuição do consumo do trabalhador além de seu limite normal, enquanto uma forma específica de acrescer o tempo de trabalho excedente. Nesse modo específico de extrair trabalho excedente, ao remunerar o trabalhador “abaixo de seu valor”, retira-se deste a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para a reposição e a conservação sua força de trabalho (idem).

A *superexploração* gera consequências prejudiciais aos trabalhadores, mas é fundamental ao capital ao contribuir para a aceleração da produção e para a reversão do problema da taxa de lucro nos países centrais por meio da prolongação da jornada de trabalho, da intensificação do trabalho e dos baixos salários. Em contrapartida, a *superexploração* implica em graves consequências para os trabalhadores. Tanto no prolongamento da jornada de trabalho quanto na intensificação do trabalho, o esgotamento do trabalhador é agravado diante do aumento de dispêndio da sua força de trabalho. Quanto à remuneração, é retirada do trabalhador a possibilidade de consumo necessária para a reposição e conservação da sua força de trabalho.

Nessas condições, no século XX, na América Latina, os anos de 1950 e 1960 foram marcados pelas ditaduras militares que promoviam o desenvolvimento de capital para os países centrais através da violência, da censura e da tortura. Nessa conjuntura houve um afastamento do Estado da área social, ocorreu o impedimento do aumento das responsabilidades públicas nessa área e houve um retrocesso das políticas sociais.

Nos anos 1970, o sistema de produção e acumulação capitalista vigente, fundamentado no paradigma do taylorismo/fordismo – caracterizado pela produção em massa para o consumo em massa, garantido pela política keynesiana –, apresentou sinais de crise como manifestação da crise estrutural do capital que atingiu todo o mundo, principalmente o continente latino-americano devido às suas configurações sócio-históricas. A crise de 1970 apresentou efeitos de maior gravidade para o sistema do capital em nível global, pois, de acordo com Mészáros (2011, p. 100), a crise estrutural é entendida como uma crise cujas implicações afetam “o sistema do capital global não simplesmente sob um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo –, senão em todas suas dimensões fundamentais,

questionando sua viabilidade como sistema reprodutivo social no todo”. À medida que a crise estrutural atinge a totalidade da vida social em todas as suas dimensões, o sistema capitalista passou a enfrentar dificuldades para manter seu processo de expansão.

O capital, em crise estrutural, passou a redefinir suas estratégias de acumulação. Para responder à crise do taylorismo/fordismo, surgiu o toyotismo, um novo sistema de produção e acumulação caracterizado como capitalismo flexível, fundamentado na transferência de capitais do setor produtivo para o mercado financeiro e na retirada de direitos sociais.

Nessas circunstâncias, no século XXI tem-se uma ampliação do neoliberalismo enquanto uma estratégia do capital para viabilizar seu processo de acumulação e expansão. De acordo com Behring (2007), a redução dos gastos sociais, a diminuição na regulamentação da economia, a busca pela estabilidade monetária, as reformas fiscais viabilizadas pelo Estado que beneficiem o mercado e a flexibilização dos direitos sociais estão entre os princípios do neoliberalismo. Nessas condições, o neoliberalismo passou a pregar a reestruturação produtiva dos mecanismos de acumulação, a privatização, a mínima regulamentação do mercado, a menor intervenção estatal, as políticas fiscais e monetárias em sintonia com órgãos mundiais de hegemonia do capital como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como assinala Antunes (2011), a reestruturação produtiva acarretou profundas consequências para os trabalhadores:

Privatização, desregulamentação, fluxo livre de capitais, financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade, todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho. Com um processo de tal intensidade, não foram poucas as consequências nefastas para a classe trabalhadora, que sofreu inúmeras mutações e metamorfoses. (ANTUNES, 2011b, p. 39).

Segundo Mota (2012, p. 30), sob o advento do neoliberalismo, “[...] a ação socioreguladora do Estado se retrai e pulveriza os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não mercantis [...]”. Portanto, à medida que ocorre o afastamento do Estado da área social, e o social passa a estar no centro do mercado, tem-se uma ampliação da privatização da saúde, da educação, da previdência social e da assistência social, tanto no campo lucrativo como no campo não lucrativo. A ampliação dos serviços ocorre através da combinação entre a ação pública do Estado e atenções privadas de entidades sem fins lucrativos, o que gera uma retração de direitos sociais e de responsabilidade do Estado. Nesse processo, como observa Silva (2009,

p. 177), “as políticas sociais passarão por regressivas transformações” e os direitos dos trabalhadores serão atingidos.

No século XXI o sistema capitalista vai suprimindo direitos conquistados a partir de lutas da classe trabalhadora. Com a ampliação do neoliberalismo as políticas sociais de direitos são convertidas em políticas de enfrentamento à pobreza, cujo objetivo é reduzir a pobreza, mas não a desigualdade social. Essa conversão da política social resultou na substituição da prestação de serviços pela monetarização de benefícios (SPOSATI, 2011). Sobre essa alteração, Sposati (2011) ressalta que:

Tem-se aqui uma alteração da materialização das políticas sociais. Ela se torna ao mesmo tempo apoio ao beneficiário e investimento na circulação de mercadorias. A aplicação do benefício se dá no mercado e, pela incidência de impostos regressivos nas mercadorias (quem menos tem, paga mais), uma parte do benefício retorna ao Estado na forma de taxações. Uma das mãos estende e a outra recolhe. Portanto, a monetarização da política social tende a ser mais uma política econômica com efeito social pela ampliação das condições de consumo. (SPOSATI, 2011, p.111).

Dessa forma, a monetarização da política social amplia as condições de consumo à medida que a privatização dos serviços repercute na esfera da reprodução, pois os trabalhadores precisam usar parte do salário que recebem para comprar tais serviços como, por exemplo, planos de saúde. Na América Latina a via mais atual ocorre por meio da “[...] combinação da política de combate à pobreza com a monetarização da política social através dos programas de transferência condicionada de renda (PTRC)”, como o Bolsa Família, no Brasil (SPOSATI, 2011, p. 111). Os programas de transferência de renda são direcionados para ações focalizadas, aos indivíduos mais precarizados.

De acordo com Mota (2012, p. 30, grifos da autora), “[...] o que está em processo de consolidação é a *acumulação por espoliação*, sob o comando dos países ricos [...]”. A privatização e mercantilização dos serviços públicos, que transforma serviços sociais em negócios, é parte fundamental desse processo que representa uma nova fase do capitalismo.

De tal modo, o sistema capitalista é um sistema de produção de autovalorização, voltado para a acumulação e a expansão de capital, fundamentado em uma relação que tem como base a exploração do trabalho. À medida que o sistema capitalista tem sua base na exploração do trabalho, o impacto da crise atinge, fundamentalmente, o trabalho. Nesse contexto, as conquistas obtidas pelos trabalhadores vão sendo gradativamente retiradas.

Dito isso, passa-se a analisar as condições estruturantes para o desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil, enquanto país inserido nas contradições que envolvem a

inserção da América Latina na dinâmica da economia mundial, à medida que o setor canavieiro foi constituído para atender aos anseios do capitalismo europeu e tem sua gênese no processo de colonização do país.

## **2.2. O desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil**

### **2.2.1. A inserção das usinas de cana-de-açúcar no Brasil**

No item anterior foi visto que as terras americanas foram descobertas, conquistadas e colonizadas dentro do processo de expansão do capital comercial, e que os países colonizados ingressaram no capitalismo como partícipes da acumulação primitiva em escala mundial. Durante o processo de expansão comercial o Brasil foi descoberto pelos portugueses. Inicialmente, nas primeiras expedições, os portugueses não encontraram minerais nobres e perceberam que não seria possível obter riquezas imediatas. Apesar de terem encontrado uma grande quantidade de pau-brasil, por meio do qual era possível extrair corante para tecidos, o mesmo não era cobiçado pelo comércio europeu se comparado ao comércio de produtos africanos e asiáticos. Por esses motivos, de 1500 a 1530, “afora as concessões para a exploração do pau-brasil, única riqueza aproveitável encontrada, nada mais fez a coroa portuguesa com relação à nova colônia nos primeiros trintas anos posteriores à descoberta” PRADO JÚNIOR, 2007, p.12). Essa situação passou a ser revista pela coroa portuguesa quando as terras americanas tornaram-se alvos de invasões. Segundo o Tratado de Tordesilhas, as terras da América pertenciam a Portugal e a Espanha. Porém, à medida que outros países, como França, Holanda e Inglaterra, disputavam a posse das terras americanas, a coroa portuguesa deu início ao processo de colonização do Brasil, buscando evitar as invasões e garantir a posse das terras.

Em 1530, Martim Afonso de Souza partiu de Lisboa com o objetivo de iniciar a ocupação e a exploração econômica das terras brasileiras. Diante da ausência de riquezas cobiçadas pelo comércio europeu, de início, o governo português, com pouca disposição para investir muitos recursos nas terras brasileiras, transferiu a colonização para a iniciativa particular. Para alcançar tal objetivo, em 1534, o rei D. João III ordenou a divisão do Brasil em 15 extensas faixas de terras chamadas de capitânicas hereditárias<sup>7</sup>. As capitânicas, então,

---

<sup>7</sup> As terras divididas em grandes faixas de terras eram chamadas de capitânicas hereditárias devido ao fato de que após a morte do donatário, o qual representava a autoridade máxima dentro da capitania, a administração era passada para os seus descendentes.

foram entregues aos donatários, aos quais cabia a função de administrá-las e ocupá-las (MAZZEO, 1988).

Das 15 capitanias hereditárias, apenas duas, a de Pernambuco e a de São Vicente, conseguiram progredir, sobretudo com a produção da cana-de-açúcar. Vários fatores contribuíram para que as demais capitanias não progredissem. Além de as terras serem muito extensas e os donatários não possuírem recursos suficientes para explorá-las, alguns donatários perderam o interesse nas capitanias por acreditarem que o retorno financeiro não compensaria os recursos investidos. Além disso, as terras eram separadas por grandes distâncias, o que dificultava a comunicação entre as capitanias.

Com o início do processo de colonização do Brasil, surgiu a necessidade de uma atividade econômica que compensasse os recursos investidos. A solução encontrada pelos portugueses foi a produção açucareira, já que o açúcar era um produto bastante consumido na Europa e havia regiões do Brasil que apresentavam condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da lavoura canavieira, como o clima e o solo na região Nordeste. Além disso, através da produção de açúcar seria possível o cultivo do solo e o início do povoamento das colônias. Sobre a produção de açúcar no período colonial, Carvalho (2016) argumenta que:

No século XVI, na sua luta contra a presença estrangeira, precisando ocupar e colonizar o território brasileiro, os portugueses necessitavam resolver uma urgente demanda econômica. Era preciso encontrar um gênero que: a) as condições ecológicas da zona tropical permitissem produzir; b) fosse aceito com efetiva possibilidade de aumento no mercado consumidor europeu; c) possuísse produção e comércio sob o domínio de Portugal; d) tivesse capacidade de atrair os investimentos iniciais e resolvesse o problema de mão de obra. O açúcar tinha tudo isso. (CARVALHO, 2016, p. 49).

Assim, a colonização do Brasil foi marcada pela produção de açúcar para ser comercializado no mercado europeu. A organização produtiva de açúcar se dava dentro das diretrizes do sistema colonial, o qual tinha sua base no monopólio comercial que representava o domínio econômico da metrópole (Portugal) sobre a colônia (Brasil). Nesse sentido, no sistema colonial, Portugal realizava um comércio exclusivo com o Brasil. A colônia não era livre para estabelecer relações comerciais com outros países, apenas com a metrópole, sendo obrigada a fornecer matérias-primas para a metrópole e depois comprar da metrópole os produtos prontos. Segundo Paiva, Rocha e Carraro (2010, p.152), “[...] o estatuto colonial, ao impulsionar o movimento metropolitano à acumulação capitalista, freou o desenvolvimento nas áreas coloniais”. Logo, a possibilidade de desenvolvimento da colônia foi freada pelos

interesses do mercado europeu. Em contrapartida, a coroa portuguesa expandia sua riqueza mediante as matérias-primas fornecidas pelo Brasil destinadas ao processo de acumulação de riquezas da metrópole.

Dentro das diretrizes do sistema colonial, a produção açucareira se expandiu com a formação de pequenos engenhos, nos quais era realizada a produção de açúcar para ser comercializado no mercado europeu. Os proprietários dos engenhos eram conhecidos como senhores de engenho. A realização da produção açucareira requiritava força de trabalho para os canaviais e para os engenhos. No período colonial, inicialmente, os colonizadores exploraram a força de trabalho da população nativa ao escravizarem os índios que habitavam as terras brasileiras quando chegaram ao Brasil. Entretanto, no início do século XVII, diante da redução da população indígena devido às guerras entre colonos e índios, das doenças trazidas pelos colonizadores e do suicídio em massa dos índios para fugir da exploração, a coroa portuguesa encontrou a solução para a necessidade de força de trabalho para a produção açucareira na força de trabalho escrava oriunda da África. Assim, a força de trabalho escrava de escravos vindos da África representou a base da produção açucareira no Brasil colonial. Sobre a inserção da força de trabalho de escravos vindos da África para serem explorados na produção canavieira, Prado Júnior (2007) evidenciou que:

Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros negros escravos. Vimos que desde o século XV fazia-se deles em Portugal um tráfico intenso, e a conquista da Guiné em 1534 por André Gonçalves, coincidindo com o início da colonização brasileira, deu-lhe um vigoroso impulso. É, portanto, provável que tivessem acompanhado os mais primitivos colonizadores. As primeiras referências positivas datam, contudo, do penúltimo ano do governo de Tomé de Souza (1552). O certo é que seu número tomou rapidamente grande vulto. Em fins do primeiro século já somavam cerca de 14.000 indivíduos numa população total – inclusive índios aldeados – que não chegavam a 60.000 habitantes. Em fins da era colonial representavam 50% da população. (PRADO JÚNIOR, 2007, p.27).

No item anterior foi visto que o fator que impulsiona a acumulação de capital se dá através da exploração da força de trabalho que permite extrair a mais-valia. Nessa perspectiva, a exploração da força de trabalho escrava, ao permitir o prolongamento da jornada de trabalho, possibilita uma produção além da subsistência do trabalhador. No tocante à grande propriedade rural e ao trabalho escravo, Prado Júnior (2006, p. 119) esclarece que “os três caracteres [...]: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam”. Desse modo, o desenvolvimento da monocultura do açúcar no Brasil se deu através da exploração da força de trabalho escrava, a qual criou as condições

objetivas para o latifúndio moderno e marcou o desenvolvimento histórico-social do Brasil.

Nessa perspectiva, a organização da economia brasileira se estruturou a partir da monocultura da cana-de-açúcar e da produção de açúcar para ser comercializado no mercado externo. Assim como a economia, Diégues Júnior (2012, p. 25) aponta que a formação da estrutural social no Brasil se estruturou a partir da produção de açúcar ao afirmar que “a ocupação humana se processa com o fincamento dos engenhos de açúcar”. O referido autor complementa que “o engenho de açúcar como unidade econômica era um conjunto de exploração monocultora-latifundiária, com sua mão de obra baseada no trabalho escravo. Este quadro econômico refletia-se na organização da sociedade aí nascida” (idem, p.48, grifos do autor). Dessa forma, a organização da sociedade no Brasil está atrelada à instalação dos engenhos para a produção de açúcar. Os primeiros núcleos de povoamento quase sempre surgiam e se desenvolviam em torno dos engenhos.

Em 1580, quando D. Henrique, rei de Portugal, morreu sem deixar herdeiros para ocupar o trono, iniciaram-se as disputas político-militares entre pretendentes ao trono português. O rei da Espanha, Felipe II, que invadiu e conquistou Portugal, venceu as disputas dando início ao domínio espanhol. Sob o domínio espanhol, o governo da Espanha passou a controlar as colônias portuguesas.

Em relação às consequências do domínio espanhol sobre Portugal, no século XVI, a Holanda estava sob o domínio espanhol. Todavia, em 1581, a Holanda e outros territórios que estavam sob o domínio do rei da Espanha conquistaram a independência. Diante da conquista da independência da Holanda, o rei da Espanha, Felipe II, proibiu as relações comerciais entre a Holanda e as colônias dominadas pela Espanha. A Holanda reagiu contra essa proibição ao investir militarmente contra algumas regiões que estavam sob o domínio espanhol. Os períodos de guerra afetaram a organização econômica da produção açucareira ao comprometerem o controle sobre os escravos, à medida que um grande número de escravos acabou fugindo dos engenhos.

O domínio espanhol chegou ao fim em 1640 quando o duque de Bragança recuperou o governo de Portugal, assumiu o trono e recebeu o título de D. João IV. Ao reconquistar a independência, os portugueses expulsaram os holandeses do Brasil. Ao serem expulsos do território brasileiro, os holandeses levaram mudas de cana-de-açúcar e as técnicas do plantio da cana para as Antilhas, passaram a produzir açúcar e a concorrer com o açúcar brasileiro (AMARAL, 2011). A concorrência da produção com o açúcar antilhano representou o fim do monopólio do Brasil na comercialização de açúcar. Com isso, no final do século XVII, ocorreu a primeira grande crise na produção açucareira do Brasil quando a produção de

açúcar entrou em declínio, diante da queda do preço do açúcar no mercado europeu, devido à concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas.

Diante da crise, o governo português passou a buscar novas fontes de riquezas para serem exploradas no Brasil. No final do século XVII foram encontradas as primeiras jazidas de ouro no país. As minas pertenciam à coroa portuguesa e o trabalho era realizado pelos escravos. No século XVIII, a descoberta do ouro atraiu uma grande quantidade de pessoas, favorecendo o aumento da população no Brasil e uma integração maior entre as regiões brasileiras, antes isoladas. Entretanto, no decorrer do século XVIII, a intensa exploração aurífera resultou no esgotamento do ouro. A riqueza extraída da exploração do ouro não foi investida no desenvolvimento da colônia, a maior parte do ouro brasileiro serviu para enriquecer outros países da Europa. A transferência das riquezas encontradas no Brasil serviu de base para o desenvolvimento da grande indústria nos países centrais no século XVIII, contribuindo para o financiamento da Revolução Industrial na Inglaterra.

No século XIX, as restrições impostas pelo sistema colonial eram desfavoráveis aos interesses dos industriais europeus. O capitalismo industrial, baseado no livre comércio, aliado as ideias liberais que defendiam o livre mercado e eram contra a intervenção do Estado na economia, confrontava as restrições impostas pelo sistema colonial que tinha como base o comércio exclusivo. Dessa forma, o livre mercado, sem restrições para a entrada de produtos industrializados, era funcional aos interesses dos países que desejavam ter acesso direto aos mercados consumidores.

O advento do capitalismo industrial desestruturou o sistema colonial brasileiro. Outro fator que contribuiu para a modificação da estrutura política da colônia foi a vinda de D. João e da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Nesse contexto, a França e a Inglaterra travaram uma disputa militar. Sem conseguir dominar a Inglaterra pela força militar, a França tentou vencê-la por meio da força econômica ao buscar prejudicar o comércio inglês. Assim, em 1806, Napoleão Bonaparte, imperador da França, decretou o Bloqueio Continental através do qual os países europeus deveriam fechar os portos ao comércio da Inglaterra. Neste período, Portugal, que era governado pelo príncipe D. João, mantinha importantes relações comerciais com a Inglaterra e, temendo a invasão francesa, transferiu a corte para a colônia brasileira, em 1808, sob a proteção da Inglaterra.

A Inglaterra, interessada na expansão do mercado, o que seria funcional para suas indústrias, pressionou D. João a acabar com o monopólio comercial sobre a colônia. D. João, dias após o desembarque da família real no Brasil, decretou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal, pondo fim ao monopólio comercial português sobre o Brasil.

Esta medida contribuiu para a expansão da colônia e, à medida que os comerciantes ganhavam liberdade de comércio, o Brasil começava a se emancipar de Portugal.

Em 1820 Portugal estava em uma situação muito complicada. O rei de Portugal, D. João VI, estava no Brasil, e Portugal estava sob a supervisão de autoridades inglesas que lutaram contra as invasões promovidas pelos exércitos de Napoleão Bonaparte. A economia estava prejudicada devido à abertura dos portos brasileiros, o que pôs fim ao monopólio comercial português sobre o Brasil e afetou a economia portuguesa. Nessa conjuntura, em agosto de 1820, membros da burguesia, clérigos católicos e militares promoveram a organização da Revolução Liberal que se espalhou por Portugal. Os grupos sociais envolvidos na Revolução Liberal conquistaram o poder em Portugal, decidiram elaborar uma constituição de caráter liberal, limitando os poderes do rei D. João VI, e pretendiam recolonizar o Brasil. Diante disto, tropas portuguesas obrigaram D. João VI a decidir voltar para Portugal em 1821. Ao retornar a Portugal, D. João VI deixou seu filho, Pedro, como príncipe regente do Brasil.

Na tentativa de recolonizar e recrudescer de novo à exploração do Brasil, os membros das cortes de Lisboa tomaram iniciativas para restringir a autonomia do governo brasileiro e passaram a exigir a volta de D. Pedro a Portugal. Latifundiários e comerciantes brasileiros, ao sentirem que seus negócios poderiam ser prejudicados por tais medidas, organizaram-se para resistir às ordens vindas de Lisboa, buscando manter a liberdade de comércio. Nessas condições, surgiu o Partido Brasileiro, constituído por homens de diferentes posições políticas que elaboraram um documento pedindo que D. Pedro não voltasse a Portugal. D. Pedro permaneceu no Brasil. No entanto, os membros das cortes de Lisboa continuaram tomando medidas buscando submeter a autoridade de D. Pedro, o que resultou no rompimento político com Portugal. É nesse momento, em cima da impossibilidade de conciliar as pressões da burguesia portuguesa com os interesses dessa burguesia do Brasil, que se rompe com Portugal. Em 1822, foi proclamada a independência do Brasil, D. Pedro foi proclamado imperador e recebeu o título de D. Pedro I. O antigo poder da metrópole foi transferido para o novo governo, dirigido por D. Pedro I. Cabe ressaltar que essa burguesia, essa estrutura que se forma no Brasil, rompe com Portugal, mas não rompe com a estrutura colonial.

A independência é o momento em que se rompe com Portugal pelo alto, através do núcleo burguês mercantil aristocrático. Desse modo, à medida que a separação política tinha a preservação da liberdade de comércio como um dos seus principais objetivos, os grandes proprietários de terras e os grandes comerciantes foram os que mais se beneficiaram com a independência. Em contrapartida, a situação da maioria da população não se alterou. Nesse sentido, a independência decorreu muito mais da crise política e econômica da metrópole do

que da mobilização da população da colônia. O Brasil continuou sendo um país de monoculturas, de exportação mercantil, fundado no trabalho escravo. No âmbito rural, as relações de exploração permaneceriam intactas, tendo em vista manter “a estabilidade de ordem senhorial agrária” (FALEIROS, 2005, p. 104). O autor supracitado aponta que:

A descolonização inicial foi mínima, graças a preservação da escravidão, da produção colonial e da ordem social escravocrata e senhorial, a dominação senhorial, primeiro, e sua transformação em dominação oligárquica, em seguida, bloquearam tanto econômica e socialmente, quanto politicamente a formação de classes e dos mecanismos de solidariedade de classes, impondo o controle conservador e o poder autocrático das elites das classes dominantes como fio condutor da história, que marcou a transição da sociedade colonial para a sociedade imperial. (FERNANDES, 2005, p. 231).

Para Fernandes (2005), o que de fato ocorreu na passagem da ordem colonial para a imperial foi uma revolução dentro da ordem. Nesse sentido, mesmo após a independência política do Brasil, houve o aumento de sua dependência econômica, não necessariamente de sua antiga metrópole, mas dos principais centros econômicos. O não rompimento com o modelo econômico de produção escravista e exportador de produtos agrícolas confirmou a dimensão do colonialismo brasileiro e a condição de economia dependente. E essa dependência que se originou no período colonial se reproduzirá ao longo da história brasileira, à medida que suas relações de produção são modificadas ou recriadas tendo em vista garantir a reprodução da dependência.

Em relação às vantagens comerciais relacionadas à independência do Brasil, a Inglaterra, diante da necessidade de mercados com maior poder aquisitivo, passou a pressionar o governo brasileiro para acabar com o tráfico negreiro no país. De acordo com Galeano (2015), a necessidade de mercados com maior poder de aquisição, por sua vez, requisitava o sistema de salários.

Dessa maneira, em primeiro lugar, fazia-se necessário que se efetivasse a abolição da escravatura, haja vista que a escravidão torna-se incompatível com o desenvolvimento das forças produtivas. Em decorrência, pois da pressão exercida pela Inglaterra, verificou-se a abolição gradual da escravidão no país: suspensão do tráfico negreiro, lei do ventre livre, do sexagenário e a abolição propriamente dita em 1888. (COSTA, 1997, p. 8).

A substituição da escravidão pelo trabalho assalariado possibilitaria o desenvolvimento do mercado interno, bem como o aumento das importações de produtos industrializados dos países da Europa, principalmente da Inglaterra. Desse modo, no século

XIX, diante da pressão do governo da Inglaterra e a partir da necessidade de força de trabalho livre, a escravidão foi sendo substituída pelo trabalho assalariado. Contudo, essa transfiguração – imposta pelo mercado externo – não eliminou a exploração. Silva (1985, p. 46), observa que “a especificidade dessa passagem consiste na necessidade da destruição das relações de produção escravistas, em lugar da simples subordinação”. Nesse contexto, o sistema do capital deixaria de explorar trabalho escravo para explorar trabalho assalariado.

Assim como a Inglaterra, outros países requisitaram facilidades para as importações em troca do reconhecimento da independência. Nesse sentido, à medida que no período do Primeiro Reinado a maioria dos produtos consumidos no Brasil era importada, as exportações brasileiras neste período foram inferiores às importações, o que afetou a economia brasileira. A solução para cobrir o déficit foi pedir empréstimos aos bancos estrangeiros.

Nesse período, diversos motivos culminaram na união de vários grupos em oposição ao governo de D. Pedro I, como, por exemplo, o fechamento da Assembleia Constituinte e a imposição da Constituição de 1824. Além disso, em 1829, a falência do Banco do Brasil revelava a crise econômica do império. Entre os fatores políticos da crise estão os conflitos entre o Partido Português e os brasileiros, devido ao fato do envolvimento de D. Pedro I com a sucessão monárquica portuguesa. No que diz respeito aos fatores econômicos, a economia brasileira acumulava déficits devido ao desequilíbrio entre os custos com as importações e as exportações.

D. Pedro I, buscando impedir uma revolta geral, organizou um Ministério integrado por brasileiros, porém, o imperador retirou todos os integrantes que não seguiam todas as suas ordens, e organizou outro Ministério composto apenas por portugueses, o que culminou em uma revolta. Vários grupos protestaram contra D. Pedro I, que foi deposto do trono em 1831. À medida que o filho de D. Pedro I, Pedro de Alcântara, tinha cinco anos de idade, até que este completasse 18 anos, o Brasil seria governado por um conselho de três regentes, eleitos pelo Legislativo.

Em 1831 os produtos brasileiros enfrentavam dificuldades no mercado externo, resultando em uma queda nas exportações brasileiras. Além da concorrência do açúcar antilhano, o açúcar brasileiro também enfrentava a concorrência com o açúcar de beterraba produzido na Europa, assim como outros produtos, como o algodão e o fumo, que enfrentavam a concorrência de outros países produtores. Os custos com as forças militares para conter os conflitos internos e externos também incidiram de forma negativa na economia brasileira. Esse déficit foi contornado de forma provisória através de empréstimos concedidos

de centros financeiros internacionais, os quais não eliminaram as causas dos problemas financeiros, além de implicar pagamentos acrescidos de juros.

Em 1840 teve início o Segundo Reinado com a antecipação da maioridade do príncipe Pedro de Alcântara, de 14 anos de idade. Nessas condições, o século XIX foi marcado por um período de transformações na economia brasileira. Houve o deslocamento do centro econômico brasileiro das áreas agrícolas da região Nordeste para a região centro-sul, devido à expansão dos cafezais, à medida que a produção de café superou a produção de açúcar e de outros produtos agrícolas. O tipo de solo e o clima de diversas áreas da região Sudeste eram favoráveis ao desenvolvimento da lavoura de café. Nessa conjuntura, o trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho assalariado, com o predomínio de imigrantes. Diante das condições favoráveis ao desenvolvimento da lavoura cafeeira, o Brasil tornou-se o principal produtor de café até o final do século XIX. O cultivo do café exigia altos investimentos e isto impedia a inserção de pequenos agricultores nesse ramo. O crescimento econômico baseado no cultivo de café exigia materiais e infraestrutura, como as estradas de ferro, o que demandava altos investimentos. Tais investimentos passaram a ser conduzidos pelo Estado e pelo capital estrangeiro.

O dinheiro resultante da comercialização do café foi investido na industrialização do Brasil. Porém, apesar do desenvolvimento industrial, a economia brasileira ainda tinha sua base no latifúndio e na agricultura de exportação. Com efeito, a origem e a constituição da economia brasileira estão vinculadas a exploração agrária voltada para o mercado externo. E a exploração da força de trabalho foi imprescindível nesse processo, como foi relatado por Prado Júnior (1978):

A economia agrária brasileira [...] se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que mais, o mercado externo, o que acentua mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. [...] o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no concomitante fundamental se conservou até hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando-se nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo livre, sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração. (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 79).

De acordo com o referido autor, mantendo-se praticamente intacta, a exploração agrária realizada através da exploração da força de trabalho se conservou ao longo do tempo em grandes unidades territoriais, sem que a substituição do trabalho escravo pelo livre afetasse sua natureza estrutural. Dessa forma, apesar das transformações ocorridas nas

relações econômicas e políticas no decorrer do tempo, as relações de exploração prosseguem inalteradas.

O ano de 1870 foi marcado pelo início da crise do Segundo Reinado. Em 1888, a abolição da escravidão no Brasil com a promulgação da Lei Áurea resultou no rompimento entre os senhores de escravos e o governo imperial. Nesse contexto, grupos escravistas passaram a apoiar a causa republicana. Existia o conflito entre a Igreja católica e o imperador, à medida que as ordens do papa só poderiam vigorar no Brasil se fossem aprovadas pelo imperador. Além disso, também ocorreu o conflito com o exército, já que nas decisões políticas, o poder dos civis era maior se comparado ao dos militares. Nessa conjuntura, diversos setores da sociedade se opuseram à monarquia, o que possibilitou o golpe político que instaurou a república no Brasil. No dia 15 de novembro de 1889 formou-se o governo provisório republicano no Brasil. O novo governo requisitou à D. Pedro II que ele se retirasse do país.

No regime republicano a economia se manteve baseada na produção de matérias-primas para a exportação. Nesse período, apesar das produções de açúcar, algodão, borracha e cacau se destacarem, tais produtos agrícolas de exportação sofriam a concorrência de outros países. Nessa situação, no século XIX, a economia açucareira do Brasil enfrentava grandes dificuldades.

A situação da agroindústria açucareira, nos fins do século XIX [...] era das mais precárias. O açúcar brasileiro, de inferior qualidade em relação ao das Antilhas, tinha dificuldade de disputar o mercado interno capaz de absorver a produção. A agroindústria mantinha-se muito rotineira quer no setor agrícola, onde as variedades de cana cultivadas davam uma produtividade baixa, quer no setor industrial, onde a produtividade era baixa e o produto, de má qualidade. Ainda havia o problema da corrupção, visto que alguns exportadores de açúcar, para aumentar o volume do mesmo, misturavam-no com argila e outras substâncias acarretando restrições ao açúcar brasileiro no mercado internacional mais exigente. (ANDRADE, 2010, p.38).

Enquanto a produção de açúcar antilhano correspondia às demandas postas pelo mercado consumidor, a produção de baixa qualidade advinda dos engenhos brasileiros não correspondia à maior exigência do mercado externo. Com isso, as exportações brasileiras se concentraram no café, o qual não tinha concorrentes de peso no mercado internacional neste período. Predominante na região Sudeste, a produção de café se destacou nas relações econômicas internacionais, o que levou a região Nordeste a perder sua hegemonia baseada na

produção de açúcar. De acordo com Diégues Júnior (2006), com o destaque da produção de café nas relações econômicas internacionais, ocorreu:

[...] o deslocamento do eixo econômico para o Sul, que se repetia no século XIX com a expansão da produção cafeeira. Primeiro, fora, no período colonial com a grande migração humana para as zonas de mineração; depois, o progresso da cultura de café, em pleno século XIX, arrebatada ao Nordeste, a hegemonia econômica. (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p.121).

Com uma produção de baixa qualidade e com a concorrência no mercado consumidor, “[...] a economia do açúcar debatia-se então, em uma de suas crises mais agudas [...]” (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p. 120-121). Diante da crise da economia açucareira, o governo brasileiro passou a promover a modernização do setor canavieiro para obter uma produção de maior qualidade para competir no mercado com os produtos concorrentes dos outros países. A modernização do setor canavieiro foi realizada, inicialmente, através do capital estrangeiro. A partir dos incentivos do Estado na modernização do setor canavieiro, tendo em vista uma produção com mais qualidade para o mercado internacional, os engenhos começaram a ser substituídos pelas usinas de cana-de-açúcar, no século XIX. As usinas representaram um grande avanço para o setor e o marco da consolidação do capital industrial e financeiro no campo, pois, conforme Carvalho (2009, p.15), “[...] a usina [...] a partir de agora, passa a controlar sozinha todo o processo econômico do açúcar; desde a cultura da cana até a distribuição comercial, passando pela fase industrial”. De acordo com o autor supracitado, é a partir da inserção das usinas de cana-de-açúcar no Brasil que podemos identificar o capital industrial no país.

O sistema produtivo das usinas requiritava grandes extensões de terra para a produção de cana própria e para a incorporação de cana de fornecedores que, devido ao fato de não possuírem terra, cultivavam nas terras pertencentes às usinas. Nessa ótica, a intervenção estatal tornou-se imprescindível para a manutenção e expansão da produção canavieira no Brasil, uma vez que as usinas exigiam grande concentração de terra e de capital.

### **2.2.2. A regulação do Estado na agroindústria canavieira no Brasil**

No século XX, em 1929 a quebra da Bolsa de Valores de Nova York afetou os países que dependiam das exportações para os Estados Unidos. Os produtores que exportavam para os Estados Unidos foram atingidos ao perderem um grande mercado consumidor. A crise de 1929 atingiu vários setores da economia brasileira ao reduzir as exportações dos produtos

brasileiros, como o café e o açúcar, por exemplo. Diante da crise o governo brasileiro buscou medidas para reduzir o impacto sobre a economia do país e, entre tais medidas, “[...] adotou uma política de proteção da agroindústria canavieira” (SOARES, 2011, p. 124). Em relação às medidas voltadas para reduzir o impacto da crise na agroindústria canavieira, “no setor açucareiro, o governo iria deixar de ser apenas o incentivador e financiador das inovações econômicas e passaria a ser também o controlador da produção e da comercialização” (ANDRADE, 2010, p. 59). Assim, a partir de 1930, a intervenção estatal se tornou decisiva na agroindústria canavieira. Entre as medidas do Estado para o referido setor, podemos destacar a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933. Por meio do referido Instituto, o Estado passou a controlar a produção, além de incentivar a produção de álcool e proporcionar subsídios para o desenvolvimento do setor, em especial para a região Nordeste.

Em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, o governo buscou estabilizar a situação da economia ao tomar iniciativas para evitar a superprodução do café, bem como diversificar a produção agrícola, ao incentivar o cultivo de outros produtos como a cana-de-açúcar. Vargas também buscou estimular o desenvolvimento da industrialização e o consumo de produtos nacionais através do aumento dos impostos das importações e da diminuição dos impostos dos produtos nacionais. A busca pela substituição das importações por produtos nacionais resultou no aumento do número de indústrias no Brasil. Durante os anos 1930 o processo de industrialização se expandiu, à medida que a crise do setor agroindustrial permitiu maiores investimentos para o seu fortalecimento. No entanto, apesar do aumento das indústrias, a base da economia brasileira continuava sendo a agricultura voltada para a exportação.

Os vários “ciclos” da economia brasileira, salvo do ouro, são agrários: cacau, cana-de-açúcar, borracha, café, trigo, gado de lá, gado daqui, café do Vale, café do Oeste. E isto continua presente [após a segunda metade do século XX]: o café invade São Paulo, Norte do Paraná e assim por diante. [...] Mas, é inegável que a grande industrialização havida no Brasil se realizou nas décadas de 1950 e 1960, entrando pelas seguintes. Mas as décadas em que se insere a industrialização são também, um pouco, milagre da agricultura. São várias modalidades de confisco, transferência de renda de setores agrícolas, ou agropecuários, para setores urbanos. É claro que veio capital do exterior, mas esse capital foi pago com café, cacau, açúcar etc. É claro que sem esquecer que o valor que se cria pelo trabalho produtivo compreendendo trabalhadores do campo e da cidade. (IANNI, 1984, p. 142).

Desse modo, a produção agrícola foi imprescindível para o desenvolvimento da industrialização no Brasil, à medida que o capital exterior investido nesse processo foi pago

através do fornecimento de matérias-primas e produtos primários, a exemplo do açúcar, do café e do cacau, entre outros. No tocante ao desenvolvimento industrial no Brasil, este ocorrerá tardiamente se comparado aos países centrais. Quase quatro séculos após a colonização do Brasil, o processo de industrialização do país teve início no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Entretanto, apesar do processo de industrialização, a base do desenvolvimento econômico brasileiro será a economia agrária. Apesar do desenvolvimento das indústrias no país, a concentração do poder político e econômico e a dependência do Brasil ao capitalismo estrangeiro não foram alteradas.

Enquanto no período da Segunda Guerra Mundial as exportações brasileiras superaram as importações – o que possibilitou o pagamento da dívida externa do país –, no governo de Eurico Gaspar Dutra o incentivo ao desenvolvimento industrial nacional foi deixado de lado. O Governo Dutra passou a facilitar a importação de bens supérfluos, o que afetou a economia brasileira. Em 1951, ao vencer as eleições e voltar à presidência, Vargas retomou o nacionalismo econômico.

Em 1955, no período de seu governo, Juscelino Kubitschek pretendia fazer o Brasil crescer cinquenta anos em cinco anos, como base no Plano de Metas que estimulava a industrialização brasileira. O desenvolvimento industrial no período do governo de Juscelino foi realizado por meio de empréstimos e investimentos estrangeiros. Nesse período, a economia brasileira foi internacionalizada, o que culminou no aumento da dívida externa, na redução dos salários e no crescimento da inflação.

Em 1961, João Goulart assumiu a presidência e, através do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, buscou, entre outras medidas, reduzir a dívida externa brasileira e diminuir a inflação. Entretanto, a inflação continuava a subir. Em 1964, as forças armadas se rebelaram contra o governo de João Goulart e assumiram o controle político do governo. Nessa conjuntura, a propriedade rural ficou ainda mais concentrada nas mãos dos latifundiários, e grande parte dos latifúndios era destinada às culturas de exportação ou ao cultivo da cana-de-açúcar para a produção de álcool utilizado como combustível. Em relação à situação econômica do Brasil durante os governos militares, a economia brasileira enfrentava uma de suas crises mais graves com o aumento da dívida externa, das dívidas internas e da inflação.

Como foi exposto no item anterior, os anos 1970 foram marcados pela crise estrutural do capital que atingiu todo o mundo, principalmente os países do continente latino-americano, assim como o Brasil. Mendonça, Pitta e Xavier (2012, p.11, grifos dos autores) observam que, em 1973, “[...] com a chamada “Primeira crise do Petróleo”, diversos países da periferia do

capitalismo viram seus *déficits* em contas externas dispararem, o que mobilizou seus governos a buscar alternativas para pagar suas dívidas e manter sua liquidez internacional”. No Brasil, no curso dos anos de 1970, com a eclosão da crise do petróleo, o Estado passou a financiar a produção do etanol combustível por meio do Proálcool, promovendo assim a modernização mais significativa do setor canavieiro.

No Brasil, a busca por substituição da matriz energética por meio de uma articulação com a indústria automobilística permitiu a criação de automóveis movidos a etanol. Subsídios para sua produção, assim como para compra e consumo de álcool foram estruturados pelo governo. O Proálcool fomentou a industrialização da agricultura introduzindo a mecanização da colheita e o plantio de cana, o que reduziu a necessidade de força de trabalho. Ou seja, toda cadeia produtiva recebia créditos subsidiados. A industrialização da agricultura, não apenas do setor sucroenergético, recebeu os maiores impulsos das políticas econômicas da ditadura militar durante a década de 1970. (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p. 12).

Nesse sentido, o processo de expansão da agroindústria canavieira no Brasil está vinculado, no primeiro momento, às demandas do capital estrangeiro e, no segundo momento, aos subsídios do Estado brasileiro através da implantação de novas estratégias, tendo em vista novos mercados de consumidores para fortalecer a indústria e o comércio.

Em 1985, ocorreu o fim do regime militar no Brasil. Na década de 1980, José Sarney assumiu o poder e o governo implantou medidas para combater a inflação através de planos como o Plano Cruzado, Cruzado II, entre outros, mas não obteve sucesso. Em 1988, foi elaborada uma nova Constituição, a qual tinha como uma de suas principais medidas a democratização do país.

Em 1990, quando Fernando Collor assumiu a presidência do Brasil, o governo, através de um plano econômico para combater a inflação, bloqueou contas e aplicações nos bancos e confiscou a maior parte do dinheiro que circulava no país. Contudo, a inflação voltou a subir após um controle inicial. Em 1992, Collor foi impedido de exercer o cargo de presidente. Ao assumir a presidência, em 1992, Itamar Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso para o cargo de ministro da Fazenda. Fernando Henrique anunciou o Plano Real que tinha como objetivo estabilizar a economia brasileira. Com o Plano Real, a inflação foi reduzida. Em 1995, quando Fernando Henrique foi eleito presidente do Brasil, promoveu diversas reformas na previdência social, na administração pública e na privatização econômica.

Em 2003, ocorreu a posse de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. O governo Lula manteve a política econômica neoliberal adotada pelo governo de Fernando Henrique. As

altas taxas de juros para conter a inflação eram menores do que as do governo anterior. No entanto, em 2008, eclodiu uma crise financeira que começou em meados de 2007, nos Estados Unidos, no mercado imobiliário norte-americano de hipotecas de alto risco, e se espalhou pelo mundo. O estopim da crise foi a falência do banco de investimentos *Lehman Brothers*, em 2008. Nessa condição, a recusa do banco central americano, *Federal Reserve*, em auxiliar o banco *Lehman Brothers*, abalou a confiança dos mercados financeiros ao explicitar as limitações dos princípios básicos do sistema de regulação e supervisão bancária e financeira. A crise de 2008 resultou em vários impactos para diversas economias mundiais, assim como no Brasil.

Ao atingir diversos setores da economia brasileira, a crise financeira internacional desencadeou mudanças significativas no setor da agroindústria canavieira. Como ressaltamos anteriormente, a expansão da agroindústria canavieira no Brasil foi viabilizada através de incentivos financeiros estatais, principalmente por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Somente em 2010, o BNDES forneceu R\$ 7,4 bilhões para o setor. Durante os oito anos do governo Lula, o total de empréstimos obtidos pelos usineiros chegou a R\$ 28,2 bilhões. Esses desembolsos representam um crescimento dos investimentos com intensidade superior a qualquer outro segmento econômico no país. (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p. 5).

Em relação aos investimentos do governo no setor da agroindústria canavieira no Brasil, diante da crise do setor, uma das propostas do governo Dilma foi à isenção de impostos para a produção de etanol<sup>8</sup>. Sobre os incentivos estatais no setor da agroindústria canavieira, de acordo com Mendonça, Pitta e Xavier (2012):

O apoio estatal para o agronegócio inclui constante rolagem de bilhões de reais em dívidas, incentivos fiscais, créditos a juros subsidiados e segurança de mercado, através de acordos internacionais de comércio e da retomada dos incentivos para a produção de agrocombustíveis. Essa política ganhou força a partir de 2004, quando houve uma forte queda do preço da soja no mercado internacional e grandes produtores foram salvos pelo Programa Nacional de Biocombustíveis. O mesmo ocorreu com as usinas de cana – muitas estagnadas ou falidas desde a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1990 que “ressuscitaram” com a injeção de novos recursos

---

<sup>8</sup> Fonte: AMATO, Fábio. Governo corta tributos e aumenta percentual de álcool na gasolina. **G1**, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/governo-anuncia-medidas-para-o-setor-sucroalcooleiro.html>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

públicos para a produção de etanol. (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p. 6, grifo dos autores).

Tais incentivos financeiros foram justificados pelo governo a partir da ideia “da possibilidade de aumento da demanda global por etanol” e “da ideia dos agrocombustíveis como fonte de energia “limpa e renovável”” (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p.6, grifo dos autores), na perspectiva de que o Brasil é o maior produtor de açúcar e o segundo maior de etanol e que, desde a sua inserção no Brasil, o setor da agroindústria canavieira tem uma função importante dentro da economia brasileira. Sobre a regulação do Estado, Amaral (2017, p. 25) observa que “as abordagens regulacionistas estão ligadas à análise da história da regulação social das economias capitalistas; vão ganhando forma à medida que emergem as necessidades de respostas às crises” [...]”. Disso pode ser apreendido o desempenho do Estado no setor da agroindústria canavieira no cenário de crise.

### **3. A configuração da agroindústria canavieira em Alagoas**

Nessa seção discute-se sobre a inserção e a consolidação da agroindústria canavieira em Alagoas buscando situar as iniciativas do Estado voltadas para a garantia do setor para, posteriormente, entender como a desregulação estatal afetou a economia canavieira. Parte-se do pressuposto de que, desde o início do processo de colonização do Brasil e da inserção da monocultura da cana-de-açúcar como principal atividade econômica naquela conjuntura, o governo adotou estratégias que garantissem a sobrevivência da economia canavieira. No entanto, a década de 1980 foi marcada pela diminuição do suporte governamental à agroindústria canavieira, dando início ao processo de desregulamentação do setor. Dito isso, a discussão proposta aqui tem em vista identificar o impacto da diminuição do suporte governamental na estrutura produtiva da agroindústria canavieira para uma melhor compreensão das implicações desse processo sobre os trabalhadores dos canaviais de Alagoas.

#### **3.1. As bases econômicas e sociais da agroindústria canavieira na realidade alagoana**

Anteriormente foi visto que o processo de organização da economia brasileira está vinculado à produção de açúcar e que essa forma de atividade remonta ao período colonial.

Nesse processo de organização, a produção de açúcar requisitava condições que possibilitassem o cultivo da cana. Diegues Júnior (2006, p. 112) relata que “a cultura da cana procurou sempre as proximidades das regiões de rios ou riachos, e não se distanciou, por interesses comerciais, do mar. É na água dos rios, dos pequenos rios, que o senhor de engenho encontra o melhor colaborador para sua organização econômica”. As áreas próximas aos rios favoreciam o acesso à água para movimentar a moenda, dar umidade ao solo e facilitar o transporte da produção.

A economia colonial encontrou no Nordeste condições favoráveis para o desenvolvimento da produção açucareira, onde foi desenvolvido um sistema econômico baseado no latifúndio e no trabalho escravo. Os rios, os solos férteis e as condições climáticas presentes em Alagoas atraíram os portugueses no período colonial. A utilização dos solos férteis do território alagoano para a produção de açúcar influenciou a formação econômica, política e social de Alagoas.

O aproveitamento, desde o século XVI, dos solos férteis massapês para o cultivo da cana-de-açúcar, complementado pela pecuária extensiva nas áreas menos produtivas, moldou a economia alagoana, influenciou sua política e soldou os principais traços de sua sociedade. (CARVALHO, 2016, p. 48).

A organização do espaço rural do território alagoano se deu através da produção de açúcar, por meio da qual foram formados os grandes latifúndios vinculados ao cultivo da cana-de-açúcar. O povoamento regional foi determinado pelos engenhos e fazendas de criação de gado. Desse modo, no período colonial vão se constituindo os núcleos de povoamento, com a predominância dos traços agrários, à medida que os indivíduos ocupavam os territórios que ofereciam condições naturais favoráveis para suprir suas necessidades e para facilitar a interligação entre eles por meio dos rios e riachos. Com efeito, a formação social está vinculada à ocupação das terras – tendo em vista evitar as invasões de outros países – e à exploração das riquezas encontradas. Dessa forma, a configuração social do território alagoano foi determinada pelos interesses econômicos dos colonizadores.

Sobre a influência gerada pelo setor canavieiro, a expansão da produção de açúcar no Brasil possivelmente seria um dos motivos que influenciaram os holandeses a invadirem Pernambuco em 1624 (LOPES, 1978). Ao serem expulsos do Brasil em 1654, os holandeses levaram as técnicas do cultivo da cana e da produção de açúcar para as Antilhas e passaram a produzir açúcar. Diante da concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas, o Brasil deixou de ser o principal produtor de açúcar.

Nessa conjuntura, a organização da economia no período colonial era realizada através do trabalho escravo, fundamentada na concentração de terras e na exportação do açúcar para a expansão do capitalismo na Europa, fomentando uma atitude conservadora, como foi evidenciado por Carvalho:

Essa combinação estimulava uma atitude conservadora sem oferecer as condições para que: a) no campo estritamente empresarial, as inovações tecnológicas os novos métodos de produção fossem incorporados; b) e, na área social, acontecessem as mudanças em direção a uma melhoria da qualidade de vida da população. (CARVALHO, 2016, p. 51).

De um lado, no processo produtivo não eram incorporados novos métodos de produção. A produção do açúcar, de baixa qualidade, era realizada com as mesmas tecnologias, sem inovações. Do outro lado, no plantio da cana, além da cana crioula, não eram introduzidas outras variedades. Nessa direção, no século XVII, enquanto a qualidade do açúcar produzido nas Antilhas aumentava com a introdução de outros vegetais e das inovações tecnológicas, a colônia portuguesa resistia à introdução de novas variedades de cana e da tecnologia no processo produtivo, resistindo à sua modernização. Ao utilizar métodos atualizados no processo produtivo do açúcar que possibilitavam uma maior qualidade, a produção antilhana ultrapassou a produção brasileira. A concorrência com o açúcar antilhano reduziu o preço do açúcar brasileiro. Somado a isso, o preço do escravo aumentou, implicando na lucratividade dos engenhos, devido à descoberta do ouro em Minas Gerais, em 1694, que atraiu a mão de obra agrícola. No final do século XVII essa situação foi se agravando ainda mais. Esse período ficou marcado pela primeira grande crise no sistema econômico fundamentado na produção de açúcar no Brasil. Nessa conjuntura, a produção de açúcar no Nordeste “[...] entrou uma letargia que durou quase um século” (CARVALHO, 2016, p. 52).

Em 1775, quando a Inglaterra foi privada do mercado da América devido à guerra da Independência dos Estados Unidos, essa demanda passou a ser atendida pelo Brasil, o qual voltou a ocupar o lugar de maior produtor de açúcar do mundo (SOARES, 2011). No entanto, no século XIX, a pressão da concorrência do açúcar brasileiro (de baixa qualidade) no mercado internacional aumentou diante do açúcar antilhano (de melhor qualidade) e do o açúcar europeu feito de beterraba. O Brasil, com seu açúcar de baixa qualidade, sem a introdução de novas variedades de cana e da tecnologia no processo produtivo, deixou, novamente, de ser o maior produtor mundial de açúcar.

Sobre as dificuldades do setor canavieiro no século XIX, em um relatório dirigido à Assembleia Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 01 de março do ano de 1855, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da referida província, relatou que a agricultura enfrentava problemas naquele período. Segundo Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, alguns fatores contribuía para o atraso da agricultura, como pode ser observado em um trecho da página 53 do referido relatório:

**FALLA** 

**DIRIGIDA A' ASSEMBLEA LEGISLATIVA**  
DA  
**PROVINCIA DAS ALAGOAS**

A questão agrícola exige séria attenção hoje, porque prendem-se a ella a questão da abolição do trafico, a questão da colonisação, a questão da reforma do trabalho, e outros graves assumptos de que se occupão as altas intelligencias que dirigem os destinos dos nossos povos. Passando longe dessas questões, occupar-me-hei sómente daquella que constitue a epigraphie deste artigo — agricultura. — Diversas causas concorrem mais ou menos poderosamente para o atrazo de nossa agricultura. Assignalal-as será já um principio de reforma, porque, na linguagem de um homem grande, — conhecer o mal é já reformal-o. — A these, senhores, é verdadeira, proferida com boa fé e sinceridade.

Cinco são, a meu ver, as causas das quaes depende principalmente o lastimoso estado de nossa agricultura. Sobre todas ellas podeis exercer a vossa benefica influencia, mas infelizmente quasi tão de leve como de leve bate o punho ainda o mais forte sobre a rocha viva. Ell-as:

Falta de braços.

Falta de conhecimentos profissionaes.

Falta de capitaes.

Falta de vias de communicações.

E em desconto, abundancia de pesados impostos.

Fonte: Relatório dirigido à Assembleia Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 01 de março de 1855, pelo presidente da mesma província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife, Tip. de Santos & Companhia, 1855. *Center for Research Libraries*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

Nessas condições, diante da concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas e dos fatores citados por Antônio Coelho de Sá e Albuquerque em seu relatório dirigido à Assembleia Legislativa no ano de 1855, – como a falta de força de trabalho devido à proibição do tráfico de escravos em 1850 – o setor açucareiro do Nordeste entrou em crise na segunda metade do século XIX. O Estado, então, buscou investir na modernização do setor para que, com uma produção de maior qualidade, o açúcar brasileiro pudesse competir no mercado internacional. De acordo com Carvalho (2016):

Na segunda metade do século XIX, a crise se instala com força no setor açucareiro nordestino e, novamente, o Estado entra em ação. Para modernizar a produção e viabilizar a exportação, o Governo Imperial decide, em 1875, transformar os velhos banguês em unidades industriais avançadas, denominados engenhos centrais, numa solução que buscava a especialização, separando as atividades agrícolas das fabris e favorecendo a introdução de inovações tecnológicas. Com isso, a ideia era aumentar a produtividade nos dois setores, baixando os custos de produção do açúcar, tornando-o mais competitivo no mercado internacional. (CARVALHO, 2016, p. 55).

Para o Governo Imperial, os engenhos centrais possibilitariam a introdução de novas tecnologias no processo produtivo, o que permitira uma produção de qualidade e o aumento da produtividade, tornando o açúcar brasileiro mais competitivo no mercado internacional. A sugestão dos engenhos centrais em resposta à crise do setor açucareiro poder ser observada na página 65 do relatório dirigido à Assembleia Legislativa da província de Alagoas, na abertura da 2ª sessão da 20ª legislatura em 15 de março de 1875, por João Vieira de Araújo, presidente da província naquele período:

**FALLA**  
DIRIGIDA A  
**ASSEMBLÉA LEGISLATIVA**  
DA  
**PROVINCIA DAS ALAGOAS**

Indico-vos a conveniencia de adoptardos para a industria assucareira o melhora-mento conhecido hoje por *engenhos centraes*, projectados em algumas provincias do imperio, que os hão contractado mediante as devidas cautellas no interesse dos plantadores e das finanças.

Esse melhoramento, que parece destinado a fazer uma revolução economica na agricultura do paiz, mereca ser iniciado sem demora entre nós.

Não sendo possivel realisar-se a idéa sem favores concedidos pela provincia, lembro-vos a conveniencia de concederdes, durante um prazo não excedente de 20 annos, a empreza ou particular, que se propuzer ao estabelecimento de engenhos centraes :

Isenção de impostos provinciaes e municipaes sobre as fabricas, não sobre os productos exportaveis.

Garantia de juros até 7 % sobre o valor real empregado para construcção de cada *engenho central* nas condições dos que funccionam no Egypto, Martinica e Guada-lupe com successo conhecido.

Fonte: Relatório dirigido à Assembleia Legislativa da província de Alagoas na abertura da 2ª sessão da 20ª legislatura em 15 de março de 1875, por João Vieira de Araújo, presidente da província. Maceió, Typ. do Jornal de Alagoas, 1875. *Center for Research Libraries*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/43/>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

A esse processo de modernização somava-se a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Para isso, “[...] o Governo Imperial criou reservas monetárias para

amparar os engenhos que se instalaram, subsidiando os investidores nessas operações industriais, por meio de empréstimos em condições vantajosas” (CARVALHO, 2016, p. 55). Com os incentivos financeiros do Governo Imperial, os engenhos centrais se tornaram realidade no território brasileiro. Segundo Carvalho (2016), em 1590 havia 06 engenhos (Buenos Aires, Escurial, Morro, de Baixo, do Meio e o Maranhão). Em 1630, o número de engenhos aumentou para 14. Entre 1590 e 1637, foram fundados dezesseis engenhos. À medida que o engenho era um estabelecimento que, de acordo com Prado Junior (1987), demandava numerosas construções e aparelhos mecânicos, apenas os grandes proprietários com elevado poder aquisitivo poderiam ser donos de um engenho. Conforme Carvalho (2016), por meio da divisão de propriedade dos engenhos existentes, novos engenhos eram criados como forma de herança e passados aos descendentes dos proprietários. Dessa forma, as terras e as riquezas produzidas pelo setor canavieiro continuaram concentradas nas mãos dos grandes proprietários.

No processo de modernização do setor canavieiro, foram introduzidos novos métodos de fabricação e novos maquinismos no processo produtivo. Esse processo favoreceu o surgimento das usinas, como evidenciou Carvalho (2016, p.56), ao afirmar que, “nessas condições, estimulados pelo exemplo de algumas experiências em estados do Sudeste, engenhos de maior porte aceleraram seu ritmo de modernização, transformando-se em usinas [...]”. Em face disso, “na última década do século XIX, [...] a usina substituiu o projeto do engenho central [...]” através do processo de modernização do setor açucareiro, possibilitando o aumento da produtividade e açúcar de melhor qualidade (idem, p. 57). Progressivamente, os engenhos foram se modernizando, transformando-se em indústrias sofisticadas como as usinas.

Com capacidade de produção superior à dos engenhos, as usinas foram absorvendo os engenhos, incorporando-os ao patrimônio de suas empresas mais modernas e mais complexas. As usinas, ao incorporarem inovações tecnológicas no processo produtivo e a seleção de mudas, possibilitaram maior rendimento industrial. Com o surgimento das usinas, foram introduzidas novas relações de produção no setor canavieiro. Entre as novas condições de produção, as usinas exigiam grandes extensões de terra para a produção de cana.

A centralização da produção em unidades cada vez maiores correspondia, ao mesmo tempo, a uma concentração das terras, sempre as melhores fazendas, nas mãos dos novos empresários [...]. Os usineiros, apesar do seu aspecto industrial, continuaram sendo proprietários de terras. E, assim, foram juntando engenhos, fazendas, ocupando áreas pertencentes a muitos donos, construindo plantações contínuas que chegam a milhares de hectares e

ocupando partes inteiras de municípios. Em muitos casos, a aquisição de terras e o aumento da produção local obrigavam a usina a ampliar sua capacidade industrial, fortalecendo, dessa maneira, seu parque de máquinas e a capacidade de esmagamento que, adiante, exigiria mais cana-de-açúcar. (CARVALHO, 2016, p. 61).

A exigência de grandes extensões de terras para a produção nas usinas contribuiu para a expansão da concentração fundiária em Alagoas e do assalariamento da força de trabalho agrícola. Para atender as novas relações de produção, a intervenção estatal tornou-se fundamental, como observa Soares (2011):

Com o surgimento das usinas, os engenhos entraram em colapso e seus proprietários perderam a propriedade fundiária em favor dos usineiros, uma vez que os novos empreendimentos exigiam grande concentração de terra e capital. O domínio de grandes extensões de terra pelas usinas é um requisito indispensável tanto para a produção de cana própria como para a incorporação de cana de fornecedores sem terra, que cultivam nas áreas das usinas. Esse processo contribuiu para acentuar ainda mais a concentração fundiária, a expulsão de pequenos produtores e a crescente expansão do assalariamento da força de trabalho agrícola, sendo fundamental a intervenção estatal, para a manutenção e expansão da produção canavieira no país. (SOARES, 2011, p. 123).

Diante dos fatores que quase retiraram o açúcar brasileiro do mercado internacional e buscando a manutenção e a expansão da produção canavieira no Brasil, o governo adotou uma política de proteção do setor canavieiro. No século XX a intervenção estatal foi um fator decisivo diante da crise de 1929. Entre as medidas adotadas pelo governo para a manutenção do setor canavieiro a partir de 1930, está a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933, para dirigir e controlar a produção de açúcar e álcool no Brasil, além de proporcionar subsídios para o desenvolvimento do setor. Tais subsídios foram significativos para o desenvolvimento da agroindústria canavieira em Alagoas, pois sua produção não se equiparava a de São Paulo, devido a fatores econômicos e geográficos. De acordo com Soares (2011):

O Nordeste liderou a produção canavieira até 1940, quando se opera uma decisiva mudança transferindo-se o pólo de produção de cana, açúcar e álcool para o estado de São Paulo, na medida em que este contava com várias vantagens, como: proximidade do mercado consumidor, elevado volume de capital disponível, oriundo da atividade cafeeira que estava sendo desestimulada, e melhores condições climáticas. (SOARES, 2011, p. 124-125).

No entanto, a transferência da hegemonia açucareira para São Paulo não afetou a lucratividade da produção canavieira do Nordeste, pois, segundo Soares (2011, p. 125), “o IAA, através de subsídios, transferia dinheiro público para esse setor do Nordeste, garantindo a equivalência de lucratividade entre as regiões”. As iniciativas do governo para manter o processo produtivo também foram registradas na década de 1940, com destaque para o Decreto-lei nº 3.885, de 21 de novembro de 1941, que criou o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), através do qual as relações de trabalho dos trabalhadores da cana passaram a ser regulamentadas. Soares (2011, p. 127) aponta que o ELC “[...] é considerado parte de uma política de redistribuição de renda em benefício dos fornecedores e trabalhadores da cana. Instituiu as relações dos fornecedores e lavradores de cana com os usineiros, para um melhor desenvolvimento do setor”. Amaral (2011) aponta que, em 1944, o ELC foi complementado com o Decreto-lei nº 6.969, de 19 de outubro, através do qual os trabalhadores foram submetidos à tutela do Instituto do Álcool e Açúcar (IAA). Conforme Iamamoto (2011), o Estatuto está inserido no processo de ampliação das bases de legitimação do Estado face aos trabalhadores urbanos e rurais.

Na década de 1960 destaca-se o Decreto-lei nº 57.020, de 11 de outubro de 1965, que dispõe sobre a concessão de uma área de terra ao trabalhador rural do setor canavieiro, enfatizando a necessidade da fixação do trabalhador rural, tendo em vista reduzir a sazonalidade à medida que a produção no espaço agrícola requer constante continuidade e cuidados. Assim, essa fixação do trabalhador rural próximo ao seu local de trabalho favoreceria o aumento da produtividade.

As iniciativas do governo para estabelecer e manter o processo produtivo, ao mesmo tempo em que favorecerem o incremento e o controle da produção garantindo a sobrevivência do setor no Nordeste, possibilitaram a modernização do setor canavieiro em Alagoas em meados do século XX.

Na segunda metade do século XX, o setor sucroalcooleiro deu seu salto definitivo e adquiriu os traços que tem até hoje. Nos anos 1960, com a Revolução Cubana, o Brasil ganhou parte do mercado americano e, para ampliar sua produção, aprovou uma série de planos de modernização, os quais tiveram influência sobre o setor alagoano, tanto na sua parte agrícola como na industrial. Nos anos 1970, para substituir o petróleo na matriz energética, o governo federal financiou o Proálcool que, em Alagoas, entre os anos 1975 e 1986, construiu mais 30 destilarias, multiplicou em 25 vezes a capacidade de elaboração de álcool, triplicou a área plantada e a produção de cana-de-açúcar. (CARVALHO, 2016, p. 64).

Nesse contexto, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelos incentivos do governo através da política impulsionadora do álcool. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado em 1975 com o objetivo de estimular a produção de álcool, favoreceu a expansão do setor. No final do ano de 1980 e no começo do ano de 1990, sob as orientações do neoliberalismo, “[...] o Brasil adota mecanismos para produzir mais com menores custos para o Estado” (AMARAL, 2011, p. 164-165). Assim, “o Brasil chega ao século XXI com a agroindústria canavieira representando uma das maiores fontes de renda do país” (idem, p.167), à medida que, apesar da redução dos custos do Estado, o país adotou mecanismos que elevassem a produção.

Em relação à continuada influência do setor canavieiro sobre a economia alagoana, no século XXI, segundo o Plano de Desenvolvimento Estadual De Alagoas<sup>9</sup> de 2017, a produção de açúcar e álcool está entre as atividades que têm destaque no setor da indústria de transformação. Dos 102 municípios que formam o estado de Alagoas, 54 cultivam a cana-de-açúcar<sup>10</sup> e mobilizam sua economia por meio dessa atividade. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Alagoas preserva o título de estado da região Nordeste com maior área plantada de cana-de-açúcar, ocupando a sexta posição no ranking nacional<sup>11</sup>, como pode ser observado no quadro a seguir.

---

<sup>9</sup> Fonte: SUDENE. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas.** Março de 2017. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/planodedesenvolvimento-alagoas-vers%C3%A3ofinal.pdf>.

Acesso em: 19 de junho de 2018.

<sup>10</sup> Fonte: SEPLAG. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Alagoas em números 2016.** Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/alagoas-em-numeros/resource/be78e8be-f439-4c81-9622-1397670e6948>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

<sup>11</sup> Fonte: SINDAÇÚCAR-AL. **Conab estima safra 17/18 em Alagoas com 15,5 milhões de toneladas de cana.** Abr. de 2017. Disponível em: <http://www.sindacucar-al.com.br/2017/04/conab-estima-safra-1718-em-alagoas-com-155-milhoes-de-toneladas-de-cana/>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

**Quadro 1** – Área plantada, área colhida e quantidade produzida dos produtos das lavouras de Alagoas

<b>Área plantada, área colhida e quantidade produzida dos produtos das lavouras de Alagoas</b>						
<b>Mês – maio de 2018</b>						
<b>Produto</b>	<b>Variável – área plantada (ha)</b>		<b>Variável – área colhida (ha)</b>		<b>Variável – produção (t)</b>	
	<b>Safra 2017</b>	<b>Safra 2018</b>	<b>Safra 2017</b>	<b>Safra 2018</b>	<b>Safra 2017</b>	<b>Safra 2018</b>
Algodão herbáceo	60	27	60	27	29	13
Amendoim (1ª e 2ª safra)	1.696	2.007	1.696	2.007	3.221	3.428
Arroz	3.270	4.085	2.730	4.085	19.647	29.113
Banana	6.253	5.696	5.721	5.319	85.960	69.274
Cana-de-açúcar	334.116	323.067	282.289	281.422	14.968.691	14.673.610
Castanha-de-caju	1.129	873	1.021	842	648	598
Feijão (1ª, 2ª e 3ª safra)	43.748	45.235	25.707	45.235	12.405	23.491
Fumo	9.740	10.158	9.740	10.158	12.028	12.531
Laranja	8.187	10.600	7.735	10.318	124.157	164.531
Mandioca	44.115	41.974			303.957	304.340
Milho (1ª e 2ª safra)	73.755	43.746*	56.054	43.746**	71.577	36.851***
Soja	278	4.555	278	4.555	550	7.728
Tomate	117	143	116	143	7.839	9.485

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

Nota: \*Valor referente à área plantada na segunda safra de 2018; o valor referente à primeira safra do referido ano não foi informado.

Nota: \*\*Valor referente à área colhida na segunda safra de 2018; o valor referente à primeira safra do referido ano não foi informado.

Nota: \*\*\*Valor referente à produção da segunda safra de 2018; o valor referente à primeira safra do referido ano não foi informado.

De acordo com o quadro, além de ser o produto agrícola com maior área plantada em Alagoas, a cana-de-açúcar também representa a maior área colhida e a maior quantidade produzida se comparada aos outros produtos das lavouras do estado. No entanto, apesar de ser um dos maiores produtores de cana-de-açúcar da região Nordeste, Alagoas é uma das regiões mais pobres do país. Os dados de 2015 do Cadastro Central de Empresas (Cempre),

divulgados em julho de 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>12</sup>, apontaram que Alagoas tem o salário médio mensal de R\$ 1.796,51, equivalente a 2,3 salários mínimos. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a análise de dados do ano de 2005 ao ano de 2015 apontou que o percentual de pessoas que vivem na extrema pobreza, com até 1/4 de salário mínimo, aumentou em Alagoas. Segundo informações<sup>13</sup> que constam no *Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil*, divulgado pela Fundação Abrinq em 2018, Alagoas é o estado com o maior percentual de crianças e adolescentes expostos à pobreza no Brasil, com 66% da população, com idade até 14 anos, vivendo em situação domiciliar de pobreza.

Cabe ressaltar que, apesar de a cana-de-açúcar representar o produto com maior área plantada, área colhida e quantidade produzida em Alagoas, de acordo com os dados expostos no quadro, houve redução nas referidas áreas e na quantidade da produção de cana-de-açúcar no ano de 2018, se comparado ao ano de 2017. Essa redução está associada a desregulação do Estado na agroindústria canavieira alagoana e ao impacto da crise internacional de 2008, como pode ser observado a seguir.

### **3.2. A desregulação do Estado na agroindústria canavieira em Alagoas**

Na década de 1980 o Brasil enfrentou uma grande crise econômica. A elevação do déficit público e das taxas de inflação ocasionou a redução da intervenção do Estado, o qual desempenhava uma função fundamental no desenvolvimento do país. De acordo com Soares (2011, p. 138), “nesse sentido, o Estado brasileiro é obrigado a rever as políticas que consolidaram o padrão de crescimento do setor sucroalcooleiro, como: os empréstimos subsidiados, a garantia de mercado e os preços remunerados”. Nessa situação, na agroindústria canavieira, a diminuição dos gastos com a importação de petróleo resultou na redução da produção de álcool, o que acarretou uma crise que, somada à crise fiscal do Estado, resultou na diminuição dos subsídios estatais.

A longa história de intervenção do Estado brasileiro na economia canavieira, desde a colonização até nossos dias, marcada pelas políticas paternalistas e

---

<sup>12</sup> Fonte: CÓLEN, Roberta. Salário médio mensal em Alagoas é um dos mais baixos do Brasil, aponta IBGE. **G1**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/salario-medio-mensal-em-alagoas-e-um-dos-mais-baixos-do-brasil-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 05 de agosto de 2017.

<sup>13</sup> Fonte: GOMES, Thiago. Alagoas tem o maior percentual do Brasil da infância exposta à pobreza: 66%. **Gazetaweb.com**, 2018. Disponível em: [http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/04/alagoas-tem-o-maior-percentual-do-brasil-da-infancia-exposta-a-pobreza-66\\_53625.php](http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/04/alagoas-tem-o-maior-percentual-do-brasil-da-infancia-exposta-a-pobreza-66_53625.php). Acesso em: 14 de junho de 2018.

protecionistas do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), através de subsídios, perdão de dívidas, incentivo da produção etc., com vantagens que nenhuma outra atividade econômica recebia, tem sua decadência a partir do final da década de 1980, quando se inicia a desregulamentação do setor sucroalcooleiro envolvendo o desmonte do IAA, com a diminuição do suporte governamental às usinas e destilarias. (SOARES, 2011, p. 138).

Na década seguinte, em 1990, o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) foi extinto, representando uma grande perda para o setor canavieiro, pois os subsídios proporcionados pelo referido instituto garantiam a equivalência de lucratividade entre São Paulo e Alagoas, à medida que a produção paulista superava a alagoana devido a fatores econômicos e geográficos, como foi citado anteriormente. A extinção do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) ocorreu na conjuntura do Governo Collor em que as orientações neoliberais e a crise fiscal do Estado impulsionaram a progressiva desregulamentação da economia, como foi destacado por Yamamoto (2011):

As orientações neoliberais, parte das políticas de ajuste recomendadas pelo Consenso de Washington e a crise fiscal do Estado, impulsionam, a partir do Governo Collor de Mello, a abertura comercial aos mercados externos e a progressiva desregulamentação da economia. (IAMAMOTO, 2011, p. 32).

Nessas condições, a década de 1990 caracterizou-se pela progressiva desregulamentação da economia e o desmonte da regulação do Estado na agroindústria canavieira no Brasil. Nessa conjuntura, a crescente desregulamentação dos mercados externos contribuiu para a reestruturação da economia brasileira.

Nessa ótica, em busca da restauração capitalista, iniciou-se a reestruturação produtiva<sup>14</sup> sob a perspectiva neoliberal, como resposta à crise do sistema de acumulação. Mézáros (2011, p. 112) assegura – na nota de rodapé 14 em seu livro *Para além do capital* – que quando um capital nacional total “é afetado por um enfraquecimento relativo de sua posição no sistema global, inevitavelmente ele tentará compensar suas perdas aumentando seu índice específico de exploração sobre a força de trabalho sob seu controle”. Historicamente, o elemento que impulsiona o capital – valor que se autovaloriza – é a acumulação de valor. Para garantir essa acumulação, o capital busca afirmar seu domínio por meio do controle sobre a extração do trabalho excedente do trabalhador. Desse modo, o capital busca estratégias que garantam o crescimento da produtividade, tendo em vista o aumento do excedente extraído da

---

<sup>14</sup> O processo de reestruturação produtiva refere-se aos contínuos processos de transformação nas empresas e indústrias, sendo esses caracterizados pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, fruto da acumulação flexível e das inovações tecnológicas.

mais-valia. Nesse sentido, a busca pela recuperação das taxas de lucro em queda levou o sistema do capital a buscar o aumento da produtividade, implicando na redução do número de trabalhadores.

[...] não é tanto para economizar trabalho, mas, mais diretamente para eliminar trabalhadores. Por exemplo, se 33% dos movimentos desperdiçados são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário. A história da racionalização na Toyota é a história da redução de trabalhadores; [...]. (KAMATA apud ANTUNES, 2003, p. 56).

No processo de reestruturação produtiva a tendência é a acentuação do desemprego estrutural. Nessas circunstâncias, o aumento da oferta de mão de obra no mercado de trabalho acarreta a desvalorização da força de trabalho, favorecendo a redução dos salários. A reestruturação produtiva profundas alterações na organização da produção e nas relações de trabalho, de acordo com a dinâmica emergente de acumulação. O capitalismo flexível requisitava um sistema de regulação flexível. Nessa conjuntura, as relações de trabalho passariam a ser desregulamentadas, tendo em vista a negociação direta, sem intermediação do Estado. A flexibilização das relações de trabalho implicava o deslocamento da regulação pública para a regulação privada. Nesse processo, as empresas precisariam reorganizar o processo de trabalho e as funções de cada trabalhador. Essa reorganização implicou a precarização do trabalho nas diversas formas de contratação, a exemplo da terceirização e dos contratos temporários. A organização flexível da produção ancorada na intensificação do uso da tecnologia acentuou ainda mais a diminuição do número de trabalhadores devido ao aumento do uso das máquinas no processo produtivo.

Em face disso, com a diminuição do suporte governamental muitas usinas foram desativadas e a agroindústria canvieira entrou no processo de reestruturação produtiva. A reestruturação do processo produtivo do setor canvieiro introduz profundas alterações na organização da produção. Conforme Amaral (2011, p. 169), “as mudanças na produção do setor canvieiro foram acontecendo à proporção que a indústria e o desenvolvimento tecnológico do Brasil foram impondo novas exigências, pressionados pelo capital internacional”. Diante da necessidade de novas estratégias para atender as novas exigências, as usinas e destilarias passaram a racionalizar a produção e a investir na mecanização no processo produtivo, com o propósito de ampliar a produção e reduzir custos, para se sustentar em uma conjuntura de queda da taxa média de lucros e crise fiscal do Estado.

No século XXI essa situação se agravou na agroindústria canvieira diante da crise econômica internacional iniciada em 2008, pois assim como ocorreu historicamente, o

desenvolvimento desse setor agroindustrial está vinculado ao apoio do Estado, e este, na conjuntura de crise, não possui as possibilidades de subsidiá-lo como no passado. Mészáros (2011) aponta quatro aspectos que tornam necessário qualificar a crise do capital que experimentamos hoje como estrutural, a qual vem se alastrando desde a década de 70:

(1) Seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua *escala de tempo é extensa*, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem se sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro [...]. (MÉSZÁROS, 2011, p. 795-796, grifos do autor).

No contexto de crise, Amaral (2011, p. 167) aponta que a “a retração dos preços e a crise internacional que se instalou em meados do segundo semestre de 2008 afetaram a capacidade de investimento das empresas do setor sucroenergético”. Por consequência, tem crescido o número de usinas que suspenderam a moagem ou fecharam as portas devido à falta de incentivos estatais. Vale ressaltar que em um estado como Alagoas com alto percentual de pobreza, no qual mais da metade das cidades que compõem seu território mobilizam sua economia com a cana-de-açúcar representando sua principal fonte de renda, quando a agroindústria canavieira é atingida pela crise tem-se um impacto negativo sobre a economia do estado, principalmente sobre os municípios canavieiros e sobre os trabalhadores desse setor. O quadro a seguir mostra as usinas que foram desativadas entre o ano 2000 e o ano 2016 em Alagoas.

**Quadro 2 – Usinas em funcionamento em Alagoas (2000-2016)**

<b>USINAS EM FUNCIONAMENTO EM ALAGOAS (2000-2016)</b>			
<b>Usinas</b>	<b>Localização</b>	<b>Safra 2000</b>	<b>Safra 2016</b>
Cachoeira	Ipioca	Ativa	Ativa
Caeté	São Miguel dos Campos	Ativa	Ativa
Camaragibe	Matriz de Camaragibe	Ativa	Ativa
Capricho	Cajueiro	Ativa	Desativada
Coruripe	Coruripe	Ativa	Ativa
Guaxuma	Coruripe	Ativa	Desativada
João de Deus	Capela	Ativa	Desativada
Leão	Rio Largo	Ativa	Ativa
Marituba	Igreja Nova	Ativa	Ativa
Paisa (Penedo)	Penedo	Ativa	Ativa
Pindorama	Coruripe	Ativa	Ativa
Porto Rico	Campo Alegre	Ativa	Ativa
Roçadinho	São Miguel dos Campos	Ativa	Desativada
Santo Antônio	São Luiz do Quitunde	Ativa	Ativa
Santa Clotilde	Rio Largo	Ativa	Ativa
Santa Maria	Porto Calvo	Ativa	Desativada
Seresta	Teotônio Vilela	Ativa	Ativa
Serra Grande	São José da Laje	Ativa	Ativa
Sinimbu	Jequiá da Praia	Ativa	Desativada
Sumaúma	Marechal Deodoro	Ativa	Ativa
Taquara	Colônia de Leopoldina	Ativa	Ativa
Trinfo	Boca da Mata	Ativa	Desativada
Uruba	Atalaia	Ativa	Ativa

Fonte: ALAGOAS. **Diversificação produtiva como alternativa para a área canavieira**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2017. 29p. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/39e70e25-4d9c-4680-b9e8-d709de9f0f94/resource/67fa7930-25d1-48b8-80e8-0b6264889668/download/canavieira.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2018.

No ano 2000 havia 23 usinas em funcionamento em Alagoas. Em 2016 esse número foi reduzido para 16 usinas ativas no estado. No início de 2018, na safra de 17/18, 17 usinas estavam em funcionamento em Alagoas. A safra foi finalizada pelas 17 usinas alagoanas em funcionamento, em meio a dificuldades financeiras, com 13,7 milhões de toneladas de cana processadas. A safra 17/18 foi finalizada como a menor da história do setor em Alagoas. Comparada ao ciclo anterior, finalizado com 16 milhões de toneladas, houve uma redução<sup>15</sup> de 14,3%. O quadro a seguir aponta o número de usinas em funcionamento em Alagoas na safra 17/18.

<sup>15</sup> Fonte: JÚNIOR, Dorgival. Ciclo 17/18 é finalizado como o menor da história. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 14 de abril de 2018. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=322734>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

**Quadro 3** – Usinas em funcionamento em Alagoas na safra 17/18

<b>USINAS EM FUNCIONAMENTO EM ALAGOAS NA SAFRA 17/18</b>	
<b>Usinas</b>	<b>Localização</b>
Cachoeira	Ipioca
Caeté	São Miguel dos Campos
Camaragibe	Matriz de Camaragibe
Copervales Agroindustrial (Antiga Usina Uruba)	Atalaia
Coruripe	Coruripe
Leão	Rio Largo
Marituba	Igreja Nova
Paisa (Penedo)	Penedo
Pindorama	Coruripe
Porto Rico	Campo Alegre
Santa Clotilde	Rio Largo
Santa Maria	Porto Calvo
Santo Antônio	São Luiz do Quitunde
Seresta	Teotônio Vilela
Serra Grande	São José da Laje
Sumaúma	Marechal Deodoro
Taquara	Colônia de Leopoldina

Fonte: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas (SINDAÇÚCAR-AL), 2018.

Apesar de participar na safra 17/18, a usina Cachoeira, localizada em Maceió, foi desativada no início de 2018 ao alegar queda na produtividade. Com o fechamento da usina Cachoeira, atualmente apenas 16 usinas que continuam em funcionamento em Alagoas<sup>16</sup>.

Somadas à diminuição do suporte governamental às usinas e destilarias de Alagoas, as condições climáticas também contribuíram para o agravamento da crise do setor no estado. A falta de crédito e a seca<sup>17</sup> acarretaram a redução da produção de cana-de-açúcar à metade em Alagoas. Além disso, no mercado externo, os preços do açúcar estão em baixa, o que também afeta o mercado interno.

Em fevereiro de 2018, o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL), Pedro Robério Nogueira, em uma entrevista para o

<sup>16</sup> Fonte: FRANÇA, Raíssa. Crise nas usinas tira o emprego de 31 mil e expulsa trabalhadores de Alagoas. **Cada Minuto**, 2018. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/317241/2018/03/05/crise-nas-usinas-tira-o-emprego-de-31-mil-e-expulsa-trabalhadores-de-alagoas>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

<sup>17</sup> Fonte: JÚNIOR, Edivaldo. Preço do açúcar agrava crise nas usinas. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 09 de nov. de 2017. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=315035>. Acesso em: 08 de janeiro de 2018.

programa Gazeta Rural de Alagoas<sup>18</sup>, afirmou que a agroindústria canavieira, pelo processamento da cana na produção de açúcar, de etanol e de energia, ainda representa a maior atividade de peso econômico no estado de Alagoas. Segundo o presidente do Sindaçúcar-AL, o atual momento do balanço econômico da agroindústria canavieira não é dos melhores em Alagoas; um dos problemas econômicos que atingiu o setor canavieiro no Brasil foi a política de preços de combustíveis adotada pelo Governo Dilma que fez com que a retenção de preço da gasolina refletisse fortemente no preço do etanol, o que desestimulou, ou até mesmo impossibilitou, que as empresas mantivessem seus programas naturais de investimento, e isso também se fez presente na região Nordeste e em Alagoas. Diante disso, o setor canavieiro ficou estagnado durante cinco anos no Brasil, e Alagoas estava nessa conjuntura. Mas, em Alagoas, o impacto negativo dessa política de preços de combustíveis teve um adicional que foram as condições climáticas com baixo índice de chuva. Pedro Robério Nogueira acrescentou ainda que, em Alagoas, esse acidente climático – nunca visto nos últimos cinquenta anos na história do setor canavieiro alagoano – resultou em três safras sucessivas com seca, o que dificultou o desenvolvimento da cana. Esses fatores resultaram na queda da produção, como pode ser observado no quadro a seguir.

**Quadro 4** – Moagem de cana-de-açúcar e produção de açúcar e etanol em Alagoas

<b>ALAGOAS</b>					
<b>Safra</b>	<b>Cana-de-açúcar (mil toneladas)</b>	<b>Açúcar (mil toneladas)</b>	<b>Etanol anidro (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>Etanol hidratado (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>Etanol total (mil m<sup>3</sup>)</b>
2007/2008	29.444	2.523	383	470	853
2008/2009	27.309	2.201	353	492	845
2009/2010	24.270	2.101	306	320	626
2010/2011	28.958	2.499	328	388	716
2011/2012	27.705	2.348	348	325	673
2012/2013	23.460	2.228	340	203	543
2013/2014	20.671	1.658	297	184	481
2014/2015	23.115	1.883	369	186	555
2015/2016	16.382	1.228	215	163	378
2016/2017	16.031	1.446	276	107	383
2017/2018	13.734	1.072	219	112	331

Fonte: União da Indústria de Cana-de-açúcar (ÚNICA), 2018.

<sup>18</sup> Fonte: EM Alagoas, crise no setor de cana-de-açúcar abala a economia. **G1**, 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/gazeta-rural/videos/v/em-alagoas-crise-no-setor-de-cana-de-acucar-abala-a-economia/6529867/>. Acesso em: 03 de junho de 2018.

De acordo com os dados expostos no quadro, o impacto da crise de 2008 afetou negativamente a produção do setor canavieiro alagoano nos anos seguintes. Essa situação se agravou devido a outros fatores como a política de preços de combustíveis adotada pelo Governo Dilma e o baixo índice de chuvas, como evidenciou o presidente do Sindaçúcar-AL, Pedro Robério Nogueira. Sobre as estratégias adotadas pelas usinas e destilarias no contexto de crise, Soares (2011) afirma que:

Face à desregulamentação do setor sucroalcooleiro, diferentes estratégias têm sido adotadas pelas usinas e destilarias, tendo em vista a competitividade entre as empresas: diferenciação do produto e otimização nos sistemas logísticos – através, por exemplo, da certificação social, ou o investimentos em projetos sociais e ambientais –, oferta crescente de produto de melhor qualidade, melhoria de atendimento ao consumidor, como Qualidade Total, ISSO 9000, Código do Consumidor [...]. (SOARES, 2011, p. 141).

No entanto, tais estratégias, mediante a incorporação de ações sociais e ambientais, visam o aumento da lucratividade através da ampliação da produção e do consumo. Nesse sentido, ao adotarem essas ações as usinas agregam valor social aos seus negócios através da incorporação de projetos sociais e ambientais, tendo em vista adquirirem legitimidade junto ao público consumidor de seus produtos.

#### **4. A *superexploração* da força de trabalho nos canaviais de Alagoas**

A discussão proposta nessa seção busca analisar as relações e os mecanismos de exploração no setor canavieiro voltados para a extração da mais-valia, através da exploração da força de trabalho. As relações de exploração de força de trabalho nos canaviais alagoanos podem ser observadas desde o período colonial. Nesse sentido, a partir dessas relações, buscou-se situar a categoria de *superexploração* da força de trabalho na atividade canvieira e suas implicações para os trabalhadores que atuam no corte da cana em Alagoas. Com base em autores como Marini (2011) e Osorio (2013) que discutem sobre a categoria de *superexploração*, defendida especialmente por Marini, pode-se afirmar que há a *superexploração* da força de trabalho nos canaviais de Alagoas a partir da análise de literaturas acerca das condições de trabalho nos canaviais e de dados da realidade do setor canavieiro.

#### 4.1. A inserção da força de trabalho nos canaviais de Alagoas e a emergência da legislação trabalhista

No decorrer da pesquisa foi visto que o processo de desenvolvimento da produção açucareira na região Nordeste no período colonial foi, inicialmente, alicerçado no trabalho escravo. Primeiro, os colonizadores exploraram os índios que habitavam as terras descobertas. Nos séculos seguintes, XVI a XIX, os colonizadores passaram a explorar a força de trabalho de escravos vindos da África.

Sobre as condições de trabalho dos escravos, em um relatório do ano de 1879, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, o Conselheiro de Estado Manoel Pinto de Souza Dantas, ao tratar das condições dos presos naquele período, expôs que os escravos melhoravam seu estado e comportamento no presídio em comparação ao trabalho forçado e rigoroso nos engenhos e fazendas, o que pode ser observado na página 41 do relatório citado:

**RELATORIO**  
APRESENTADO  
À ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA



3.º A circumstancia de existirem em Fernando homens livres e escravos, sendo igual o regimen para ambos, torna peor a condição daquelles. Os escravos no Presidio quasi que não soffrem impressão alguma desagradavel com a pena, e ao contrario melhoram o seu estado; e, segundo informam as autoridades, são os presos de melhor comportamento. Antes de presos, eram elles obrigados a trabalho forçado e rigoroso, desde a manhã até a noite, como succede nos engenhos e fazendas; havia o castigo corporal, mais ou menos severo segundo a indole dos senhores; e si delinquiavam, além dos açoites, eram forçados a trazer ferro ao pescoço, de conformidade com o Codigo Criminal. Depois de recolhidos ao Presidio, minora o trabalho, porque elle é mais suave alli do que em qualquer empreza particular; cessa o castigo corporal, porque hoje está abolido; e finalmente, sendo condemnados a galés, não usam de ferros, como aliás teriam si fosse menor a pena imposta. Acostumados com o regimen severo da escravidão, a condição material destes individuos é muito melhor que a dos outros presos, e isto concorre para relaxar o caracter da prisão.

Fonte: Relatório do ano de 1879, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, o Conselheiro de Estado Manoel Pinto de Souza Dantas. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1880. *Center for Research Libraries*. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/107?fulltext=escravo%20castigo&item\\_id=1997#?h=escravo%20castigo&c=4&m=53&s=0&cv=0&r=0&xywh=-208%2C0%2C4222%2C2978](http://ddsnext.crl.edu/titles/107?fulltext=escravo%20castigo&item_id=1997#?h=escravo%20castigo&c=4&m=53&s=0&cv=0&r=0&xywh=-208%2C0%2C4222%2C2978). Acesso em: 21 de maio de 2018.

Conforme o relatório citado, além de serem obrigados ao trabalho forçado e rigoroso nos engenhos e fazendas, desde o período da manhã até o período da noite, os escravos sofriam castigo corporal. O excesso de trabalho, a má alimentação e os castigos que sofriam acarretavam prejuízos à saúde dos escravos.

Em 1850 as relações de trabalho nos engenhos foram impactadas pela proibição do tráfico de escravos, o que acarretou a falta de força de trabalho no campo e o atraso da agricultura, como foi exposto em um relatório dirigido à Assembleia Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 01 de março de 1855, pelo então presidente da referida província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Como solução para suprir a falta de força de trabalho, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque sugeriu a inserção de “braços livres” através da introdução de estrangeiros e da população local para o trabalho nas fazendas de açúcar e algodão, como é possível observar em um trecho da página 55 do referido relatório:

**FALLA** 

**DIRIGIDA A' ASSEMBLEA LEGISLATIVA**  
DA  
**PROVINCIA DAS ALAGOAS**

Não é tanto a não existencia de braços nos nossos campos, como a não applicação dos existentes á cultura da terra, a grande causa que faz definhar a lavoura. Populações grandes existem na Província, oriundas e creadas nos campos, que se envergonhão de abrir o seio da terra e procurar nella os meios de subsistencia mais certos e honestos; querem antes vaguear errantes sem ter na vespera o alimento do dia seguinte, do que ver nascer e crescer a lavoura plantada pelos seus braços, por sua conta, ou por conta dos proprietarios do solo mediante salarios elevados. É pois este facto um objecto digno de occupar seriamente a attenção dos homens publicos. Desviar as nossas populações agricolas do errado caminho por que vão, fazel-as entrar naquelle que Deos designou para ellas, que deve ser a sua legitima profissão, é uma verdadeira necessidade economica e social de uma ordem elevada.

Fonte: Relatório dirigido à Assembleia Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 01 de março de 1855, pelo presidente da mesma província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife, Tip. de Santos & Companhia, 1855. *Center for Research Libraries*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

Entre as estratégias sugeridas por Antônio Coelho de Sá e Albuquerque para induzir as populações agrícolas existentes na província a trabalharem no campo está o uso da religião para convencer tais populações de que o trabalho nas fazendas de açúcar e algodão era o caminho designado por Deus. Entre as características do período colonial está a influência

religiosa na vida social, a qual era exercida por meio da propagação de uma moralidade religiosa de caráter doutrinário derivada da Europa. Outro meio para alcançar tal objetivo seria a “educação do povo”. Tal afirmação pode ser observada nas páginas 55 e 56 do relatório supracitado:

**FALLA** 

**DIRIGIDA A' ASSEMBLEA LEGISLATIVA**  
DA  
**PROVINCIA DAS ALAGOAS**

Em face destes grandes embaraços e com o fim de evital-os, eu entendo que os Governos devem ir procurando ennobrecer o trabalho agrícola e acostumar o povo dos campos a fazer de sua futura profissão um juizo elevado. Estes resultados não podem ser obtidos senão dando-se assento á agricultura na educação do povo. Isto não quer dizer que atiremos já e já uma rede de escolas praticas agrícolas sobre os campos, que derramemos por toda parte elevadas theorias agronomicas. Não, não temos pessoal para tanto; mas quer dizer que façamos alguns ensaios; que procuremos ao menos aqui ou ali obrigar a mocidade dos campos a proferir palavras que representão o principal objecto de sua vida futura, e a conhecer praticamente o sentido destas palavras em pequenas culturas; que procuremos matar essa viva repugancia que sente a adolescencia dos nossos campos de volver e revolver a terra com suas mãos; que lhe mostremos que se póde augmentar as forças productivas do solo com a preparação e disseminação de esterco, sendo assim inuteis e barbaras essas continuas derrubas de mattas virgens; que a acostumemos a viver tão commodamente no meio dos instrumentos de cultura e das machinas de fabricar os productos, como se fossem estes os verdadeiros e unicos elementos de sua vida. Entendo que esta reforma deve ir adiante, ou ao menos no lado de quaesquer outras medidas legislativas de coerção empregadas para obrigar o povo ao trabalho.

Fonte: Relatório dirigido à Assembleia Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 01 de março de 1855, pelo presidente da mesma província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife, Tip. de Santos & Companhia, 1855. *Center for Research Libraries*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

A “educação do povo”, sugerida por Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, seria realizada através de medidas de coerção empregadas para obrigar o povo a trabalhar. Em seu relatório, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque ressalta a necessidade de acomodar os adolescentes que viviam na província a viver comodamente entre os instrumentos utilizados na produção, como se estes fossem os “verdadeiros e únicos elementos de sua vida”, para

convencê-los a trabalhar no campo e suprir a falta de força de trabalho. Na página 56 do referido relatório, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque ainda acrescenta que:

**FALLA** 

**DIRIGIDA A' ASSEMBLEA LEGISLATIVA**

**DA**

**PROVINCIA DAS ALAGOAS**

Se os educandos forem tirados principalmente das diferentes regiões agrícolas da Província, acredito que no fim de poucos annos cada um delles, recolhido ao seio de sua familia ou á terra de seu nascimento, será um verdadeiro apostolo, que, dominado vivamente das idéias e habitos de ordem, de economia e de trabalho intelligente, irá prégár e praticar no meio de seus parentes e estranhos idéias e habitos de ordem, de economia e de trabalho, irá convencil-os de que a cultura dos campos é uma nobre profissão, aprendida tambem nos livros, ensinada e praticada por homens de posição social mais ou menos elevada.

Fonte: Relatório dirigido à Assembleia Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 01 de março de 1855, pelo presidente da mesma província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife, Tip. de Santos & Companhia, 1855. *Center for Research Libraries*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

Desse modo, as ideias propagadas aos jovens que foram retirados de suas regiões para receberem a “educação” sugerida por Antônio Coelho de Sá e Albuquerque seriam passadas adiante para seus parentes e outros habitantes da província, ampliando assim a dominação da classe mais elevada sobre tais habitantes. Com isso, os próprios habitantes da província passariam a executar o recrutamento de força de trabalho para as fazendas de açúcar e algodão, compondo as relações de trabalho no campo baseadas na dominação e subordinação dos trabalhadores.

Em outro relatório dirigido à Assembleia Legislativa de Alagoas no ano de 1862, ao falar sobre imigração enquanto alternativa à progressiva falta de força de trabalho resultante da extinção do tráfico de escravos, o presidente da província Antônio Alves de Souza Carvalho evidenciou, na página 29 do referido documento, que:




DIRIGIDA

À ASSEMBLÉA LEGISLATIVA

DA

**ALAGOAS**

Em alguns outros paizes, a immigração dos indios, ou *coolies*, tem tido bom exito. São trataveis, obedientes e asseiadados, posto que tenham constituição menos forte e produzão menos trabalho do que os africanos. Sua religião prohibe-lhes o uso da carne de vacca e vivem exclusivamente de arroz e peixe. Existe em Calcutá um official encarregado de superintender os pormenores da immigração, por nomeação do governador da ilha Mauricia, mediante um salario fixo, pago pelo orçamento d'aquella colonia, independentemente do numero dos emigrantes expedidos no anno. Suas funcções são exclusivamente as de um recrutador. Elle verifica o bom estado de saude e a robustez do trabalhador que se offerece a immigrar; dá-lhe esclarecimentos sobre o resultado provavel de seus trabalhos; vêla sobretudo em que o emigrante não esteja preso por nenhum ajuste na época de seu desembarque. Todo contracto feito pelo trabalhador antes de ter habitado 48 horas na colonia, é nullo de facto. N'uma palavra, o agente da immigração exerce a mais estricta vigilancia para que o *coolie* não fique ligado senão com o Governo por um contracto, cujos termos se podem assim definir: passagem gratuita de ida e volta, com alguns objectos de roupa e de costura, é assegurada ao *coolie* que se obriga a trabalhar cinco annos na colonia Mauricia. É mister acrescentar que, se uma vez chegado ao seu destino, elle acha mais vantajoso entregar-se a alguma pequena industria do que contractar-se ao serviço de um fazendeiro, pôde seguir sua inclinação com a condicção de pagar uma leve taxa mensal para reembolsar o thesouro publico de seus gastos de viagem.

Fonte: Relatório dirigido à Assembleia Legislativa de Alagoas pelo presidente da província Antônio Alves de Souza Carvalho, na abertura da 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura, em 13 de junho de 1862. Maceió, Tip. do Diário do Comércio, 1862. *Center for Research Libraries*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

Nesse caso, pode-se entender que se o trabalhador não tiver condições de pagar a taxa mensal imposta para reembolsar o tesouro público de seus gastos de viagem, ele não poderá escolher o trabalho que ele considere mais vantajoso para ele, sendo obrigado a trabalhar durante cinco anos na colônia.

Conforme Fernandes (2011), a abolição da escravidão no Brasil e a inserção dos trabalhadores livres e dos imigrantes no campo marcam o início de novas relações de trabalho nesse âmbito. Ou, segundo Fernandes (2011, p. 17), “[...] por que não dizer, do assalariamento como forma de pagamento por uma força de trabalho que se fazia necessária, mas que as

próprias condições capitalistas que estavam se colocando impediam que se convertesse em mão de obra escrava”. Com a proibição do tráfico de escravos e a abolição da escravidão, os ex-escravos e os trabalhadores livres e pobres foram integrados ao trabalho no setor canavieiro, transformados em assalariados, sem autonomia real, como foi afirmado por Carvalho (2016):

Na segunda metade do século XIX, duas decisões políticas causaram impacto no âmbito social nordestino: a proibição do tráfico de escravos (1850) e abolição da escravidão (1888). Na mesma época, no plano econômico, os engenhos a vapor foram se instalando e as usinas começam seu ciclo em 1892; mas, apesar dessas mudanças, a estratificação social e as relações de trabalho no mundo canavieiro continuaram determinadas pelo monopólio da terra, exercido pelos engenhos e, depois, pelas usinas, que realizaram a integração dos ex-escravos e dos trabalhadores livres e pobres, transformados em assalariados, os “moradores” na área canavieira sem autonomia real. (CARVALHO, 2016, p.65).

Nesse sentido, as estratégias utilizadas visando à dominação, subordinação e exploração dos trabalhadores no setor canavieiro não ficaram restritas ao período colonial. Apesar das transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram ao longo do tempo, ainda persistem traços do passado colonial no setor canavieiro.

Em relação aos direitos trabalhistas, “o capitalismo precisava criar leis para impedir a morte prematura de trabalhadores excessivamente explorados [...]. A legislação trabalhista, portanto, é um fenômeno gerado no capitalismo para o controle do desenvolvimento industrial [...]” (AMARAL, 2011, p. 157). Nessa perspectiva, no que diz respeito à legislação referente aos trabalhadores do setor canavieiro, o Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941, criou o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC). Esse Estatuto, além de estabelecer as relações de trabalho no setor canavieiro, que passaram a ser regulamentadas por meio de contratos-tipos. O Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), em seu 7º artigo, regulamenta que:

Art. 7º - Nos contratos-tipos deverão ser observados, a juízo do Instituto, os seguintes princípios: a) concessão ao trabalhador, a título gratuito, da área da terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e sua família; b) proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior; c) direito à moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador; d) assistência médica e hospitalar; e) ensino primário gratuito às crianças em idade escolar; f) garantia de indenização no caso de despedida injusta do trabalhador. Parágrafo único – A usina deverá entregar ao trabalhador um exemplar, devidamente autenticado, do contrato-tipo.

O Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), o qual passou a garantir os direitos à moradia, à estabilidade, à assistência médica e hospitalar, ensino primário gratuito às crianças, entre outros, é complementado com outro instrumento legal, o Decreto-lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944. Esse decreto explicita em seu 6º artigo que a assistência médico-legal abrange:

- a) assistência médica, dentária e manutenção de ambulatório;
- b) assistência hospitalar;
- c) manutenção de creche e maternidade;
- d) manutenção de escolas primárias e de cursos práticos de agriculturas para os filhos de colonos-fornecedores e de seus agregados ou empregados;
- e) manutenção de instituições pré-escolas e bolsas de estudo;
- f) manutenção de parques recreativos para crianças e de instituições de recreação para os adultos;
- g) realização dos serviços de saneamento que se tornarem necessários, a fim de garantir a salubridade das zonas de moradia dos colonos, fornecedores e seus empregados ou agregados.

Entretanto, sobre o Decreto-lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944, Amaral (2011, p. 161) afirma que “nesse decreto observa-se uma relativa elevação na garantia de direitos do trabalhador, mas o estímulo à descentralização fundiária se reverte em mecanismos econômicos de interesse dos proprietários de usinas [...]”. Em relação a tais mecanismos, em meados do ano 1960, diante da necessidade de fixação do trabalhador rural próximo ao seu local de trabalho com o intuito de alcançar uma maior produtividade, foi criado o Decreto-lei nº 57.0202, de 11 de outubro de 1965. Conforme o art. 1º do referido decreto:

**Art. 1º** O trabalhador rural da lavoura canavieira, com mais de um ano de serviço contínuo, terá direito à concessão a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para plantação e criação necessárias à sua própria subsistência e à de sua família.

A criação desse decreto pôde significar uma complementação de salário ao mesmo tempo em que atende aos interesses dos trabalhadores e repercute nos custos sociais. Sobre a assistência social aos trabalhadores, o art. 35 da Lei nº 5.654, de 14 de maio de 1971, estabelece que “o percentual da produção, até de 10% do montante de 45% da receita líquida da produção do Norte-Nordeste, seria destinado à assistência social aos trabalhadores” (AMARAL, 2011, p. 163). No final do ano 1980, os direitos sociais dos trabalhadores rurais passaram a ser regulamentados nas mesmas condições dos trabalhadores urbanos, conforme a Constituição Federal de 1988. Em 1995, por meio da Portaria nº 304, de 02 de agosto de

1995, foi criado o Plano de Assistência Social (PAS). As normas para a prestação de assistência social aos trabalhadores de usinas, destilarias e fornecedores de cana passaram a ser estabelecidas pelo PAS.

Buscando melhores condições de trabalho na agroindústria canavieira, foi firmado, em 2009, o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”.

O Compromisso Nacional tem como objeto a cooperação entre os entes privados e públicos neste ato representados para viabilizar conjunto de ações destinadas a aperfeiçoar as condições de trabalho no cultivo manual da cana-de-açúcar, valorizando e disseminando práticas empresariais exemplares. (p. 9)<sup>19</sup>.

No entanto, apesar da legalização dos direitos desses trabalhadores, Amaral (2011), ao discutir sobre o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), observa que tais direitos não alteram as relações de dominação e subordinação no setor canavieiro. Conforme Amaral (2011, p. 160), “podem-se dar nomes diferentes aos mesmos sujeitos envolvidos no processo produtivo dos derivados da cana, mas os lugares por eles ocupados não alteram suas condições nas relações de poder”. Isso pode ser observado na designação dos sujeitos e no que lhes compete no contrato.

#### **4.2. *Superexploração e herança colonial nos canaviais de Alagoas***

Desde o início da monocultura da cana-de-açúcar no Brasil o trabalho nos canaviais foi permeado por relações de exploração. A descrição de Plancherel et. al. (2011) sobre o trabalho nos canaviais alagoanos evidencia a insalubridade e o alto nível de desgaste físico requerido no corte da cana:

No universo do trabalho agrícola do complexo agroindustrial canavieiro, o contínuo e excessivo dispêndio de energia física no corte da cana sob um sol diuturnamente escaldante ao longo de todo o período da safra (Setembro a Março, em Alagoas), o forte e nauseante cheiro da cana queimada e a ininterrupta inalação de poeira, resíduos agrotóxicos e fuligem das folhas queimadas, configuram os elementos externos que tornam aquele trabalho singularmente prejudicial à saúde dos canavieiros. (PLANCHEREL ET. AL, 2011, p.66-67).

---

<sup>19</sup> Fonte: BRASIL. **Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar**. 2009. Disponível em: [http://www.gso.org.br/files/file\\_id3.pdf](http://www.gso.org.br/files/file_id3.pdf). Acesso em: 04 de setembro de 2017.

Nos canaviais de Alagoas, os trabalhadores enfrentam as condições de trabalho descritas por Plancherel et. al. (2011) em jornadas diárias que, segundo Verçoza (2012), duram cerca de onze horas. Durante esse período os trabalhadores despendem um enorme esforço físico, como foi relatado por Alves (2006):

Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura, caminha durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros e despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes por dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolada, que tenha uma densidade de 10 canas a cada 30 cm.). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isso significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia como transporta nos braços 6 toneladas de cana em montes de aproximadamente 15 kg a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros. (ALVES, 2006, p. 5-6).

O gasto de energia devido ao esforço físico ao caminhar, golpear, agachar e carregar peso torna-se ainda maior devido à vestimenta utilizada por esses trabalhadores. Para trabalhar nos canaviais, os cortadores de cana utilizam botina de biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida, luvas, lenço no rosto e no pescoço e chapéu, ou boné. Ao utilizarem tal vestimenta, na maioria das vezes sob o sol escaldante, esses trabalhadores transpiram excessivamente, perdem muita água e sais minerais, o que pode levar à desidratação.

Realizado sob o sol escaldante e mediante movimentos contínuos, o trabalho nos canaviais exige um dispêndio de energia muito grande, numa atividade repetitiva que traz consequências para a saúde dos trabalhadores. Nessas condições, os cortadores de cana estão propícios a adquirirem doenças ocupacionais, provenientes do ambiente de trabalho.

As doenças ocupacionais, assim, distantes de se constituírem processos condicionados por fatores de ordem estritamente biológicos, cujas disfunções orgânicas recaem sobre indivíduos isolados, evocam uma compreensão da natureza social de suas determinações, isto é, das relações sociais que as perpassam [...] No universo do trabalho agrícola do complexo agroindustrial canavieiro, o contínuo e excessivo dispêndio da energia física no corte da cana [...] tornam aquele trabalho singularmente prejudicial à saúde dos canavieiros. (PLANCHEREL; BERTOLDO, 2011, p.66-67).

A desidratação, por exemplo, provoca câibras frequentes entre os trabalhadores que atuam no corte da cana. Em Alagoas, Verçoza (2012) aponta que a câibra é identificada pelos trabalhadores canavieiros como “canguru”. O “canguru” é o fenômeno extremo de perda de

controle sobre os movimentos do corpo, através do qual trava perna, barriga, braço, provocando fortes dores e convulsões. Plancharel et. al. (2011, p.60) ressalta que, “efetiva e rotineiramente, a câibra tornou-se reconhecida, entre os próprios canavieiros, como uma doença ocupacional característica desta atividade laboral, resultante do desmedido esforço físico despendido durante o trabalho [...]”. A perda de controle sobre os movimentos do corpo, por sua vez, aumenta os riscos de acidentes durante a execução do trabalho, sobretudo em um trabalho exaustivo como o corte da cana.

Ao analisar as condições de saúde e de trabalho nos canaviais alagoanos, Verçoza (2016) demonstrou que, em 2014, um dos trabalhadores avaliados em seu estudo foi trabalhar equipado com um monitor de frequência cardíaca, além da vestimenta e de outros equipamentos que utiliza no corte da cana em uma usina localizada do município de Teotônio Vilela, em Alagoas; depois de cortar sete toneladas de cana e caminhar aproximadamente seis quilômetros, esse trabalhador gastou 4.395 calorias. No final da jornada de trabalho de 11 horas, a sua carga cardiovascular (CCV) foi calculada em 39,58%, uma porcentagem bem acima dos 33% considerados aceitáveis ao final de um dia de trabalho.

Na tentativa de evitar que as doenças ocupacionais afetem a produtividade, algumas usinas distribuem soro fisiológico para os trabalhadores, entre outras estratégias. Conforme Lourenço (2013, p.187), “o fornecimento de soro – hidratação oral – e o alongamento antes do início da jornada (ginástica laboral) apenas para os cortadores de cana têm uma dupla funcionalidade: evitar a câibra ou o saque imediato da vida e manter a alta produtividade”. Nesse sentido, algumas usinas desenvolvem projetos como: Semana de promoção da vida saudável; Programa de Imunização; Ginástica laboral; Programa Diagnóstico de Saúde e Estilo de Vida e Qualidade de Vida Saudável.

No trabalho nos canaviais os trabalhadores são submetidos ao controle e a disciplina. Segundo Silva (1999, p.202), “[...] o controle e a disciplina no ato do trabalho são exercidos por um pessoal especializado: fiscais, feitores, encarregados. Estes controlam o nível de produtividade, a qualidade do corte, a medição da cana cortada, o registro da quantidade cortada por trabalhador”. Esse controle se torna possível “por intermédio da forma de pagamento (por tonelada) e também pela concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os” (Idem). Assim, ficam evidentes os lugares ocupados pelos sujeitos envolvidos no processo produtivo, constituindo as relações de trabalho no setor canavieiro, pautadas nas relações de poder, dominação e subordinação.

No início do ano de 2008 a precariedade nas condições de trabalho nos canaviais de Alagoas foi exposta com os resultados de uma Força-Tarefa do Ministério Público do

Trabalho (MPT). Na Operação Zumbi dos Palmares foram fiscalizadas 15 das maiores usinas de Alagoas com participação do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região, Procuradoria Geral do Trabalho, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. A fiscalização constatou irregularidades que atingiram mais de 20 mil trabalhadores em 14 usinas. No final da operação foram resgatados 656 trabalhadores. Desse total, foram resgatados 52 trabalhadores na usina Laginha, 203 na usina Penedo e 401 na usina Santa Clotilde. Foram ajuizadas 12 ações civis públicas, com pedidos de indenização por lesões aos direitos coletivos e difusos dos trabalhadores<sup>20</sup>.

Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT/AL), a operação nas usinas se deu devido ao crescente número de inquéritos e mobilizações de trabalhadores contra violações cometidas pelas empresas. Sobre os problemas encontrados durante a fiscalização, conforme o relatório<sup>21</sup> sobre os impactos da safra 2008 da cana-de-açúcar do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil:

De fato, durante a ação os fiscais encontraram problemas graves, como [...] equipamentos de proteção individual (EPIs) totalmente rotos (sem substituição por mais de seis meses), intimidação dos trabalhadores por arma, trabalho de crianças e adolescentes, entre outros. (p. 33).

De acordo com o relatório supracitado, todas as usinas fiscalizadas durante a operação apresentaram péssimas condições de alojamentos, de alimentação, de fornecimento de água, dos equipamentos de proteção individual (EPIs), de transporte e das instalações sanitárias, entre outros. Segundo as informações do relatório, como resultado da Operação Zumbi dos Palmares, na usina Laginha foi constatado que:

Os trabalhadores que se encontravam no local [alojamento] informaram que a comida era fornecida por uma ‘churrascaria’, era descontada de seus salários e era muito ruim (azedada) e, por isso, eles a jogavam no lixo. No campo, em se tratando daqueles que eram alojados pela empresa, às vezes se alimentavam de refeições à base de macaxeira ou cuscuz com salsicha. Para quem trazia alimentação de seus domicílios, não eram disponibilizados

<sup>20</sup> Fonte: REPÓRTER BRASIL. Centro de monitoramento de agrocombustíveis. ONG Repórter Brasil. **O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade.** 2008. Disponível em: [http://reporterbrasil.org.br/documentos/o\\_brasil\\_dos\\_agrocombustiveis\\_v3.pdf](http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v3.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2017.

<sup>21</sup> Fonte: REPÓRTER BRASIL. Centro de monitoramento de agrocombustíveis. ONG Repórter Brasil. **O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade.** 2008. Disponível em: [http://reporterbrasil.org.br/documentos/o\\_brasil\\_dos\\_agrocombustiveis\\_v3.pdf](http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v3.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2017.

recipientes para manter as refeições aquecidas. Estas omissões propiciavam o surgimento de doenças estomacais como diarreias, vômitos e cólicas. (p. 34).

Sobre as condições de alimentação no trabalho nos canaviais, Verçoza (2012, p. 81) aponta que “para garantir o salário, que é determinado por produção, é preciso ultrapassar o limite do corpo todo dia, e na maioria das vezes em condições de insegurança alimentar”. Essas condições de trabalho nos canaviais, historicamente precárias, tornam-se ainda mais degradantes à saúde do trabalhador quando o sistema do capital está em crise, diante das estratégias adotadas pelas usinas para manter a concorrência das empresas.

Face à desregulamentação da agroindústria canvieira em decorrência da crise dos anos 1970, a reestruturação do sistema produtivo de cana-de-açúcar atingiu, principalmente, os trabalhadores. Entre os impactos do processo de reestruturação produtiva está o declínio do sistema de morada. Característico dos engenhos, o sistema de morada foi criado como forma de proteção diante do surgimento das primeiras usinas, as quais passaram a disputar as terras com os engenhos. No sistema de morada, o povoamento das terras por parte dos trabalhadores impediria a invasão das usinas. Esse sistema foi mantido pelas usinas com o intuito de alcançar uma maior produtividade por meio da fixação do trabalhador rural próximo ao seu local de trabalho. Nesse sistema, o trabalhador recebia uma casa para morar dentro da propriedade. Conforme Heredia (1988, p. 117, grifos da autora), “essa *casa* incluía um “fundo de casa””, lugar onde o trabalhador tinha a possibilidade de desenvolver cultivos [...]”. Em contrapartida, o trabalhador que passava a morar dentro da propriedade prestava trabalho ao proprietário durante o tempo requerido e nas condições determinadas pelo proprietário (HEREDIA, 1988).

No sistema de morada, permeado pela exploração e subordinação dos trabalhadores às condições impostas pelos proprietários, os trabalhadores possuíam moradia e meios de subsistência. No entanto, esse sistema, que já tinha sofrido o impacto do processo de expansão da área cultivada no ano de 1950, teve seu declínio intensificado em 1980 devido ao processo de reestruturação produtiva. Com o declínio do sistema de morada, os trabalhadores foram sendo expulsos, progressivamente, das moradias dentro da propriedade, transferindo-se para as cidades próximas as usinas (HEREDIA, 1988). Os trabalhadores expulsos das propriedades ficaram sem o lugar onde tinham a possibilidade de desenvolver seus cultivos e, assim, complementar sua remuneração. Esses trabalhadores passaram a contar apenas com a venda de sua força de trabalho para adquirir seus meios de subsistência.

De acordo com Ramalho (2014, p. 45), “[...] a nova ofensiva do capital sobre o trabalho no pós década de 1990 no Brasil, vem gerando um novo patamar de dominação e exploração da força de trabalho, no atual ciclo de expansão do agronegócio canavieiro”. Ramalho (2014, p. 47) complementa que, “nesse sentido, o novo padrão de acumulação do capital para ampliar sua margem de lucro, impõe novas formas de controle e subordinação dos trabalhadores”. Nessa conjuntura, as usinas e destilarias têm adotado diferentes estratégias para manter a dominação e a exploração sobre os trabalhadores e garantir a concorrência das empresas no mercado.

Nessa direção, no processo de reestruturação produtiva as usinas passaram a racionalizar sua produção e elevar a produtividade. Antunes (2011a, p. 105) afirma que “a necessidade de elevação da produtividade dos capitais em nosso país deu-se, desde fundamentalmente o início dos anos 1990, através da reorganização sócio-técnica da produção, da redução do número de trabalhadores [...]”. Para alcançar tal objetivo, as usinas passaram a investir no melhoramento genético da cana, na introdução de novas variedades de cana, na intensificação da mecanização no plantio e na colheita e na redução do número de trabalhadores.

Sobre a redução do número de trabalhadores nos canaviais, o sistema de seleção foi um fator crucial nesse processo. Através desse sistema seletivo, somente permaneceriam trabalhando nos canaviais os trabalhadores dotados de certo perfil produtivo. A capacidade produtiva tornou-se um dos principais critérios para selecionar os trabalhadores para o trabalho nos canaviais no processo de reestruturação produtiva. Conforme Novaes (2007), para ser selecionado pela usina, o trabalhador terá que atingir a média diária de cana cortada determinada pela usina na qual está inserido. De acordo com Verçozza (2012, p. 64), “[...] a média diária mínima de toneladas exigidas para empregar o trabalhador [...] em Alagoas [...] chega a sete toneladas em algumas usinas”. Caso o trabalhador não alcance a média diária mínima exigida pela usina, será demitido.

No trabalho nos canaviais o aumento da produtividade é alcançado através da intensificação da força de trabalho. A forma de pagamento dos trabalhadores que atuam no corte da cana é uma forma de elevar a produtividade nas usinas. Nesse sentido, os trabalhadores canavieiros são remunerados por produção. O salário desses trabalhadores é medido pela quantidade de cana que o trabalhador cortou durante determinado período. Sobre a remuneração por produção, Marx afirma que (1985, p. 141), “dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade”.

Assim, torna-se interesse pessoal do trabalhador intensificar a aplicação de sua força de trabalho com o intuito de aumentar seu salário, que depende da quantidade de cana cortada. Sobre esta forma de pagamento, Iamamoto (2011) aponta que:

Uma vez estabelecida esta forma de pagamento, torna-se interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, como a única possibilidade de ampliar seus rendimentos. Facilita ao patronato elevar o grau normal de intensidade do trabalho, fazendo com que as diferenças individuais de habilidade, energia, força, velocidade, persistência, sejam um fator importante da definição do montante final do salário percebido. (IAMAMOTO, 2011, p. 231).

Entre as consequências do pagamento por produção e da intensificação do ritmo de trabalho no corte da cana, de acordo com o DIEESE (2007, p. 11), “as lesões musculares são patologias típicas dos trabalhadores rurais assalariados sendo causadas pela divisão e o ritmo intenso de trabalho com cobrança de produtividade [...]”. Em um trabalho exaustivo como o corte da cana, a intensificação do ritmo de trabalho aumenta ainda mais o desgaste dos trabalhadores nos canaviais, o que, por sua vez, aumenta os riscos das sequelas para esses trabalhadores.

Essas condições foram agravadas pela crise econômica internacional de 2008. Em resposta aos efeitos da crise, a desregulamentação das relações de trabalho e a restrição dos benefícios a grupos seletos do setor estão entre as consequências das estratégias adotadas pela agroindústria canavieira na região Nordeste. De acordo com o relatório<sup>22</sup> do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil sobre os impactos da safra 2008 da cana-de-açúcar, o advogado trabalhista Bruno Ribeiro de Paiva, especialista nas relações de trabalho no setor canavieiro da região Nordeste, afirmou que houve uma redução de menos de 30% do número de trabalhadores com contrato permanente enquanto as contratações temporárias aumentaram. Diante da redução do número de contratos de trabalhos formais no setor canavieiro da região Nordeste, as greves e paralisações dos trabalhadores canavieiros de Alagoas foram mais intensas na safra 2010-2011.

Na safra 2010-2011, as greves e paralisações dos trabalhadores canavieiros foram ainda mais intensas, sendo que a principal reivindicação desse período foi pelo fim do contrato safrista (ou por tempo determinado). Essa forma de

---

<sup>22</sup> Fonte: REPÓRTER BRASIL. Centro de monitoramento de agrocombustíveis. ONG Repórter Brasil. **O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade.** 2008. Disponível em: [http://reporterbrasil.org.br/documentos/o\\_brasil\\_dos\\_agrocombustiveis\\_v3.pdf](http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v3.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2017.

contrato, que é prevista em lei, não permite o acesso do trabalhador ao aviso prévio, a multa rescisória de 40% e ao seguro desemprego. (VERÇOZA, 2012, p. 105).

A redução do número de contratos de trabalhos formais no setor canavieiro e o aumento das contratações temporárias, ao mesmo tempo em que suprimem os direitos dos trabalhadores dos canaviais, reduzem consideravelmente a quantidade de impostos que as usinas devem pagar. A supressão de direitos dos cortadores de cana fica evidente no caso de desemprego-involuntário. Nesse sentido, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1582/15 que garante o pagamento de seguro-desemprego para os trabalhadores rurais que atuam no cultivo da cana-de-açúcar, o qual será válido até 2025. No entanto, atualmente, os cortadores de cana são considerados trabalhadores temporários, desse modo esses trabalhadores não têm direito ao seguro-desemprego nos casos de desemprego involuntário<sup>23</sup>. Nesse contexto, os trabalhadores temporários representam uma força de trabalho mais barata com menos custos para o sistema do capital.

Na conjuntura de crise, outra estratégia adotada pelas usinas e destilarias de Alagoas foi a diminuição dos salários. O Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL), buscando enfrentar os efeitos da crise no setor canavieiro, apresentou a proposta da redução da jornada de trabalho e de salários aos trabalhadores do setor. Segundo o presidente do Sindaçúcar-AL, Pedro Robério Nogueira, o objetivo da referida proposta é preservar o emprego dos trabalhadores. Pedro Robério Nogueira afirmou que “a legislação permite a redução temporária dos salários dos trabalhadores em até 25%”<sup>24</sup>. De acordo com Marx (1984, p.33), “[...] o prolongamento da jornada de trabalho só é compatível com um grau mais fraco de intensidade do trabalho e, vice-versa, um grau mais elevado de intensidade com a redução da jornada de trabalho”. Logo, diante da redução da jornada de trabalho, as usinas mantem ou aumentam sua produtividade através da intensificação da força de trabalho dos trabalhadores. À medida que seus salários são baseados na produção e que estes são reduzidos, os trabalhadores intensificam a sua força de trabalho tendo em vista aumentar seu salário, que é baseado na quantidade de cana cortada.

<sup>23</sup> Fonte: BRASIL. Câmara dos deputados. **Trabalho aprova seguro-desemprego para cortadores de cana-de-açúcar**. 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/521820-TRABALHO-APROVA-SEGURO-DESEMPREGO-PARA-CORTADORES-DE-CANA-DE-ACUCAR.html>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

<sup>24</sup> Fonte: JÚNIOR, Edivaldo. Para enfrentar crise, usinas vão reduzir salários de trabalhadores. **Gazetaweb.com**, 2015. Disponível em: <http://edivaldojunior.blogspot.com/2015/04/27/para-enfrentar-crise-usinas-vo-reduzir-salarios-de-trabalhadores/>. Acesso em: 19 de junho de 2017.

Os trabalhadores também intensificam sua força de trabalho para tentar manter o emprego em um momento de diminuição dos postos de trabalho, o que gera pressão sobre os cortadores de cana, ocasionando uma maior concorrência entre si. Segundo Marx (1985):

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. (MARX, 1985, p. 738-739).

Dessa forma, os trabalhadores que permanecem trabalhando nos canaviais passam a intensificar sua força de trabalho para atingir as metas de produtividade impostas pelas usinas na tentativa de aumentar seu salário e manter seu emprego. À medida que a intensificação do trabalho no corte da cana aumenta o desgaste dos trabalhadores, o risco de acidentes de trabalho também aumenta.

Segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no período que compreende o ano de 2005 a maio de 2008, foram registrados 13.978 acidentes de trabalho no setor da cana-de-açúcar e na produção de álcool em Alagoas, uma média de mais de 03 mil acidentes de trabalho a cada ano<sup>25</sup>. Essa média aumentou com o registro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de 4.776 acidentes de trabalho na agroindústria canavieira em Alagoas em 2011. As estatísticas apontaram 248 vítimas com incapacidade permanente entre os anos de 2011 e 2013. Nesse período, segundo as estatísticas, houve 23 mortes por acidentes, uma média de quase oito a cada ano<sup>26</sup>.

Os dados do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho (MPT), revelaram que, entre os anos de 2012 e 2016, foram registradas 6.393 ocorrências de acidentes de trabalho no setor canavieiro<sup>27</sup>. Porém, nem todos os acidentes de trabalho são registrados, pois implicam em danos morais e materiais para as

<sup>25</sup> Fonte: REPÓRTER BRASIL. Centro de monitoramento de agrocombustíveis. ONG Repórter Brasil. **O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade.** 2008. Disponível em: [http://reporterbrasil.org.br/documentos/o\\_brasil\\_dos\\_agrocombustiveis\\_v3.pdf](http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v3.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2017.

<sup>26</sup> Fonte: GONÇALVES, Maurício. Setor canavieiro responde por 59% dos acidentes de trabalho em Alagoas. **Gazeta de Alagoas**, 29 de março de 2015. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=263430>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

<sup>27</sup> Fonte: SILVA, Graziela F. da S.; MORAIS, Micaelle; THAYNAN, Lucas. **O amargo da cana-de-açúcar: trabalhadores de usinas lideram ranking de acidentes em Alagoas.** 2018. Disponível em: <http://www.agenciatau.com.br/noticia/o-amargo-da-cana-de-acucar/>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

usinas. No setor canavieiro há subnotificação de acidentes e doenças do trabalho<sup>28</sup>. Logo, a informalidade e a subnotificação podem ter contribuído para a redução destes registros. Portanto, o número de acidentes pode ser ainda maior. Cabe ressaltar que, no período de 2012 a 2016, do total de 20.408 ocorrências de acidentes de trabalho envolvendo 719 profissões em Alagoas, quase um terço, 31%, corresponde aos acidentes no setor canavieiro<sup>29</sup>. Quando a crise se agravou por conta da seca de 2012<sup>30</sup> – que provocou uma quebra de produção de 8 a 15 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, dependendo do Estado – 59% dos acidentes de trabalho registrados em Alagoas ocorreram na agroindústria canavieira (3.334 acidentes), desse total 65% corresponde aos acidentes envolvendo trabalhadores do cultivo ou colheita de cana (2.190 acidentes)<sup>31</sup>.

Alves (2008) assinala que o pagamento por produção gera sequelas que causam doenças e podem causar a morte dos trabalhadores que atuam no corte da cana. Conforme o referido autor, essas sequelas ocorrem devido ao aumento da exaustão motivada pela intensificação do ritmo de trabalho. Segundo a Pastoral do Migrante de Guariba, no interior de São Paulo, os atestados de óbito dos cortadores de cana geralmente declaram razões desconhecidas ou parada cardiorrespiratória<sup>32</sup>. Em alguns casos os atestados apontam causas genéricas, como acidente vascular cerebral, desidratação ou edema pulmonar. Não se atesta o que motivou à morte<sup>33</sup>. De acordo com Alves (2006), as mortes são o desfecho da exaustão causada pela intensificação do trabalho exigida pelo sistema de produtividade. Nesse sentido, antes de morrer os trabalhadores adquirem sequelas geradas pela intensificação do trabalho como problemas musculares, respiratórios, lesões nas articulações, devido ao esforço

<sup>28</sup> Fonte: GONÇALVES, Maurício. Setor canavieiro responde por 59% dos acidentes de trabalho em Alagoas. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 29 de março de 2015. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=263430>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

<sup>29</sup> Fonte: SILVA, Graziela F. da S.; MORAIS, Micaelle; THAYNAN, Lucas. **O amargo da cana-de-açúcar: trabalhadores de usinas lideram ranking de acidentes em Alagoas**. 2018. Disponível em: <http://www.agenciatatu.com.br/noticia/o-amargo-da-cana-de-acucar/>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

<sup>30</sup> Fonte: JÚNIOR, Edivaldo. Crise da cana se agrava e Alagoas pode perder mais duas usinas. **Gazetaweb.com**, 2014. Disponível em: <http://edivaldojunior.blogspotgazetaweb.com/2014/11/10/crise-da-cana-se-agrava-e-alagoas-pode-perder-mais-duas-usinas/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

<sup>31</sup> Fonte: GONÇALVES, Maurício. Setor canavieiro responde por 59% dos acidentes de trabalho em Alagoas. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 29 de março de 2015. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=263430>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

<sup>32</sup> Fonte: OLIVEIRA, Cida de. Pagamento por produção adoece e mata cortadores de cana, adverte pesquisador. **Rede Brasil Atual**, 2013. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/02/sistema-de-pagamento-por-producao-causa-doencas-e-morte-entre-os-cortadores-de-cana-adverte-pesquisador-de-sao-carlos>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

<sup>33</sup> Fonte: GONÇALVES, Maurício. Setor canavieiro responde por 59% dos acidentes de trabalho em Alagoas. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 29 de março de 2015. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=263430>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

repetitivo. Dessa maneira, ficam evidentes as consequências da *superexploração* na degradação da saúde do trabalhador.

Em 2012, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram registradas 05 mortes por acidente de trabalho em usinas de Alagoas (MTE, 2013). Segundo dados publicados na edição de 29 de março de 2015 da Gazeta de Alagoas, em uma determinada usina alagoana, auditores fiscais do trabalho conheceram um trabalhador considerado o recordista do corte de cana, chegando a alcançar a meta de 15 toneladas de cana cortada por dia. Quando voltaram à usina na safra seguinte, o auditor José Prado Melo Júnior e o procurador do trabalho, Victor Hugo Carvalho, foram informados que o referido trabalhador “tinha morrido de exaustão”<sup>34</sup>.

Essas condições tendem ao agravamento na atual conjuntura de crise que o setor da agroindústria canavieira vem enfrentando em Alagoas. A atual crise econômica do setor está relacionada a vários fatores como: o crescimento das dívidas com os fornecedores e com os trabalhadores; o custo da produção e as condições climáticas. Além dos fatores já citados, atualmente, o maior problema é a falta de crédito nacional e internacional. Diante das dificuldades financeiras, algumas usinas foram desativadas.

A desativação das usinas resulta no aumento do desemprego. Com o fechamento da usina Cachoeira no início do ano de 2018, mais de 2 mil funcionários, sendo cerca de 600 da área urbana e os demais do setor rural, foram demitidos. O número exato de funcionários demitidos não foi divulgado<sup>35</sup>. No entanto, é possível observar que, no setor rural, o número de demissões foi maior.

Sobre o aumento do desemprego dos trabalhadores que atuam no corte da cana, houve uma redução do número desses trabalhadores entre as safras 2007/2008 e 2012/2013, como pode ser observado no quadro a seguir:

---

<sup>34</sup> Fonte: GONÇALVES, Maurício. Salário por produção aumenta riscos. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 29 de março de 2015. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=263429>. Acesso em: 10 de março de 2017.

<sup>35</sup> Fonte: BEZERRA, Janylle; GOMES, Thiago. Usina Cachoeira do Meirim promove demissão em massa de trabalhadores. **Gazetaweb.com**, 2018. Disponível em: [http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/01/usina-cachoeira-do-meirim-promove-demissao-em-massa-de-trabalhadores\\_48409.php](http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/01/usina-cachoeira-do-meirim-promove-demissao-em-massa-de-trabalhadores_48409.php). Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

**Quadro 5** – Número de trabalhadores que atuam no corte manual da cana em Alagoas<sup>36</sup>

Safra	Número de cortadores de cana contratados por safra
2007/2008	30.511
2008/2009	26.297
2009/2010	26.597
2010/2011	29.121
2011/2012 <sup>37</sup>	–
2012/2013	21.481

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

De acordo com os dados expostos no quadro, houve uma redução do número de cortadores de cana contratados por safra entre o ano 2008, quando a economia brasileira foi afetada pela crise econômica internacional de 2008, e o ano 2013 quando os efeitos da crise se agravaram na agroindústria canavieira de Alagoas devido à falta de incentivos financeiros por parte do Estado e das condições climáticas como a seca<sup>38</sup> de 2012. A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas (SRTE/AL) alerta para a crise que afeta o setor: “na década de 90, contratavam 120 mil trabalhadores; hoje não chega a 55 mil”<sup>39</sup>.

A intensificação da mecanização no processo produtivo também tem contribuído para a redução dos postos de trabalho no setor canavieiro. O quadro a seguir mostra o aumento do uso de colheitadeiras entre os anos de 2007 e 2016.

<sup>36</sup> Fonte: SANTOS, João Paulo. **Tendências e impactos da mecanização do corte da cana sobre os canavieiros em Alagoas**. Maceió, 2017. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.

<sup>37</sup> O relatório da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) da safra 2011/2012 não descreve o número de trabalhadores que atuaram no corte manual da cana na referida safra.

<sup>38</sup> Fonte: JÚNIOR, Edivaldo. Crise da cana se agrava e Alagoas pode perder mais duas usinas. **Gazetaweb.com**, 2014. Disponível em: <http://edivaldojunior.blogspot.com/2014/11/10/crise-da-cana-se-agrava-e-alagoas-pode-perder-mais-duas-usinas/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

<sup>39</sup> Fonte: GONÇALVES, Maurício. Setor canavieiro responde por 59% dos acidentes de trabalho em Alagoas. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 29 de março de 2015. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=263430>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

**Quadro 6** – Número de colheitadeiras por ano/safra em Alagoas

<b>Ano/safra</b>	<b>Número de colheitadeiras</b>
2007/2008	09
2008/2009	30
2009/2010	24
2010/2011	34
2011/2012	51
2012/2013	60
2013/2014	60
2014/2015	61
2015/2016	61

Fonte: Relatórios da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) referentes às safras do setor canavieiro entre os anos de 2007 e 2016.

Na safra de 2007/2008 havia 09 colheitadeiras em Alagoas. Na safra de 2008/2009 esse número subiu para 30 colheitadeiras, e foi aumentando nas safras seguintes quando os efeitos da crise se agravaram na atual conjuntura. Nesse processo, as usinas passaram a aumentar o uso das colheitadeiras na colheita da cana, reduzindo o número de trabalhadores. Esse aumento no uso das colheitadeiras se deve ao fato de que a utilização da máquina demanda um custo menor do que a contratação de mais trabalhadores para o trabalho nos canaviais, além de elevar a produtividade do trabalho. Nas palavras de Marx (1984, p. 28), “[...] a maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria”. A afirmação de Marx é complementada por Silva (2008, p.4) ao argumentar que, “na década de 1980 a média (produtividade) exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada/dia; na década de 1990 passa de 8 para 9; de 2000 para 10 e em 2004 para 12 a 15 toneladas”. Apesar de Silva (2008) estar se referindo ao setor sucroalcooleiro da região de Ribeirão Preto (SP), a afirmação da autora possibilita a apreensão da elevação da produtividade do trabalho no setor canavieiro a partir da mecanização da colheita.

Sobre a redução dos postos de trabalho nos canaviais devido à intensificação da mecanização no processo produtivo, conforme o vice-presidente da Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Alagoas (FETAR/AL), Antônio Torres, no setor

canavieiro, no início do ano de 2018, havia cerca de 60 máquinas em Alagoas e essas 60 máquinas tiram o emprego de 200 trabalhadores<sup>40</sup>.

A intensificação do uso de máquinas no processo produtivo induz os trabalhadores que permanecem trabalhando nos canaviais a intensificarem sua força de trabalho, à medida que a máquina representa uma ameaça ao seu emprego. Sobre a intensificação da mecanização no processo produtivo do setor canavieiro, de acordo com Amaral (2011, p. 168), “é evidente que o investimento do capital na mecanização da produção da cana-de-açúcar acrescenta vantagens ao capitalista, mas gera efeitos drásticos para os trabalhadores, barateando sua força de trabalho”. Assim, as usinas que permaneceram ativas intensificaram a mecanização no processo produtivo, desvalorizando a força de trabalho, ocasionando a intensificação do ritmo de trabalho e o aumento do desemprego nos canaviais.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos cortadores de cana desempregados diante do aumento do desemprego em Alagoas devido à crise, de acordo com o secretário de Estado do Trabalho e Emprego, Arthur Albuquerque, alguns projetos que já existiam na secretaria foram intensificados com o objetivo de inserir um maior número de alagoanos no mercado de trabalho. Segundo o secretário, foi feita uma parceria com o setor sucroenergético diante da necessidade de dar uma atenção especial ao cortador de cana. O secretário afirmou que será lançado, em breve, o Programa Amigo Trabalhador. De acordo com Arthur Albuquerque, serão cadastrados os trabalhadores que ficam desempregados no período da entressafra da cana, aos quais será oferecido um curso e uma bolsa no valor de 540 reais para o sustento da família nesse período. Ainda segundo o secretário, o Programa Amigo do Trabalhador deve beneficiar 2 mil cortadores de cana de Alagoas<sup>41</sup>. Entretanto, não são todos os cortadores de cana desempregados que serão beneficiados pelo Programa Amigo do Trabalhador. O referido programa, com ação focalizada, visa atender os trabalhadores que ficam desempregados no período da entressafra da cana.

Entre as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores na atual conjuntura de crise no setor da agroindústria canavieira alagoana, além da restrição dos benefícios a grupos específicos das empresas, está o não pagamento de salários. Essa supressão de direitos é evidenciada com a mobilização dos trabalhadores ao reivindicarem seus direitos, como ocorreu no dia 23 de maio de 2018 quando cerca de 150 trabalhadores se concentraram em

---

<sup>40</sup> Fonte: FRANÇA, Raíssa. Crise nas usinas tira o emprego de 31 mil e expulsa trabalhadores de Alagoas. **Cada Minuto**, 2018. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/317241/2018/03/05/crise-nas-usinas-tira-o-emprego-de-31-mil-e-expulsa-trabalhadores-de-alagoas>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

<sup>41</sup> Fonte: MINISTÉRIO destaca ações em AL. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 12 de maio de 2018. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=324179>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

frente à sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Maceió. Os trabalhadores reivindicavam o pagamento do débito salarial que o Grupo João Lyra tem com os trabalhadores desde 2014, quando foi decretada a falência das usinas Laginha, Guaxuma e Uruba que integram a massa falida do grupo. De acordo com um ex-funcionário das usinas que integram a massa falida do Grupo João Lyra, são 18 mil trabalhadores que reivindicam o pagamento do débito total de R\$ 118 milhões<sup>42</sup>.

Segundo a notícia<sup>43</sup> publicada no site da Rádio Gazeta de Alagoas no dia 23 de maio de 2018, um ex-funcionário das usinas que integram a massa falida do Grupo João Lyra, ao ser entrevistado durante a reivindicação, afirmou que:

Em 2013, quando o processo de falência estava em trâmite, as usinas já estavam atrasando salários. Porém, sabemos que tem dinheiro em conta desde dezembro de 2017 devido à venda de duas usinas em Minas Gerais, que daria pra pagar uma parcela de funcionários, mas não foi pago nada a ninguém até o momento<sup>44</sup>.

De acordo com as informações publicadas no referido site, outro ex-funcionário afirmou que a falta de pagamento do débito salarial vem prejudicando os trabalhadores que não receberam os salários atrasados. Desde o ano de 2014, quando foi decretada a falência das usinas Laginha, Guaxuma e Uruba, muitos desses trabalhadores que moravam em casas alugadas foram despejados e alguns passam fome. O ex-funcionário afirmou ainda que "ninguém aguenta mais tanta humilhação. Eles não querem pagar nem o mínimo, mesmo com o dinheiro na conta e desobedecendo a decisão judicial". Nessa conjuntura, a estimativa é que 90% dos funcionários das usinas estejam desempregados desde a decretação de falência<sup>45</sup>. Cabe ressaltar que, quando são demitidos, os trabalhadores que atuam no corte da cana, geralmente, não possuem qualificação para exercer outro tipo de atividade. Silva e Silva

---

<sup>42</sup> Fonte: BEZERRA, Jamilyle. BARROS, Jobison. Ex-trabalhadores da massa falida vão ao TRT e pedem pagamento de salários. **Rádio Gazeta**, 23 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.radiogazetaweb.com/noticias/55191/Ex-trabalhadores-da-massa-falida-vao-ao-TRT-e-pedem-pagamento-de-salarios>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

<sup>43</sup> Fonte: BEZERRA, Jamilyle. BARROS, Jobison. Ex-trabalhadores da massa falida vão ao TRT e pedem pagamento de salários. **Rádio Gazeta**, 23 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.radiogazetaweb.com/noticias/55191/Ex-trabalhadores-da-massa-falida-vao-ao-TRT-e-pedem-pagamento-de-salarios>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

<sup>44</sup> Fonte: BEZERRA, Jamilyle. BARROS, Jobison. Ex-trabalhadores da massa falida vão ao TRT e pedem pagamento de salários. **Rádio Gazeta**, 23 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.radiogazetaweb.com/noticias/55191/Ex-trabalhadores-da-massa-falida-vao-ao-TRT-e-pedem-pagamento-de-salarios>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

<sup>45</sup> Fonte: BEZERRA, Jamilyle. BARROS, Jobison. Ex-trabalhadores da massa falida vão ao TRT e pedem pagamento de salários. **Rádio Gazeta**, 23 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.radiogazetaweb.com/noticias/55191/Ex-trabalhadores-da-massa-falida-vao-ao-TRT-e-pedem-pagamento-de-salarios>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

(2009), em uma pesquisa realizada com os cortadores de cana de uma usina de Alagoas no período da safra 2008/2009, constataram que, dos 66 trabalhadores entrevistados, 46 tinham o ensino fundamental incompleto, 01 tinha o ensino médio incompleto e 19 eram analfabetos. Nestas condições, os cortadores de cana desempregados encontram dificuldades para exercer outro tipo de atividade e adquirir seus meios de subsistência.

Sobre o não pagamento dos salários dos trabalhadores, com base em dados fornecidos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelos 24 Tribunais Regionais do Trabalho do país, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) divulgou um levantamento com as maiores empresas litigantes da Justiça do Trabalho em 2015. Os dados revelam as empresas que possuíam a maior quantidade de processos pendentes da esfera trabalhista em 2015. Segundo a tabela divulgada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Alagoas, entre as dez empresas com mais ações trabalhistas, em terceiro lugar está a usina Triunfo com 275 ações e em quarto lugar está a usina Caeté com 265 ações. As usinas Laginha e Leão também aparecem entre as dez empresas com mais ações trabalhistas em Alagoas. A usina Laginha aparece em oitavo lugar com 148 processos e a usina Leão aparece em décimo lugar com 132 processos<sup>46</sup>.

Segundo o presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas (TRT-AL), o desembargador Pedro Inácio da Silva, o setor sucroalcooleiro "é um setor da economia estadual que gera mão de obra abundante e, também, muitas ações"<sup>47</sup>. O desembargador acrescenta que a crise no setor sucroalcooleiro culminou em um salto no número de ações nos anos de 2015 a 2017.

Na atual conjuntura, as reformas trabalhistas e previdenciárias refletem de forma negativa nos direitos dos trabalhadores. Nessa perspectiva, alguns meses após as mudanças na legislação trabalhista decorrente da Lei 13.647, houve uma redução na procura dos trabalhadores para ajuizamento de ações. Em Alagoas, no primeiro trimestre do ano de 2018, o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região registrou uma redução de 43% em comparação ao mesmo período de 2017. Essa redução está relacionada ao fato de que os trabalhadores estão temerosos após a supressão de direitos decorrente das reformas trabalhistas. Entre as modificações dispostas na Consolidação das Leis Trabalhistas, um dos

---

<sup>46</sup> Fonte: AL: confira as dez empresas com mais processos trabalhistas em 2015. **Cada Minuto**, 2016. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/285891/2016/04/22/al-confira-as-dez-empresas-com-mais-processos-trabalhistas-em-2015>. Acesso em: 24 de março de 2017.

<sup>47</sup> Fonte: OLIVEIRA, Wanessa. Intimidados, trabalhadores de Alagoas recorrem menos à Justiça após a reforma. **Gazetaweb**, 2018. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/porta/especial.php?c=52989>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

dispositivos que causa receio aos trabalhadores encontra-se no artigo 791-A. Trata-se das verbas sucumbenciais. Neste sentido, aquele que perder o processo será condenado a pagar os honorários advocatícios da parte que vencer<sup>48</sup>. Na conjuntura de supressão de direitos, os trabalhadores ficam receosos e acabam recorrendo menos à Justiça.

Cabe ressaltar que, ao longo da história da agroindústria canavieira, foram os trabalhadores que mais se sacrificaram para manter a produção e a sobrevivência do setor. Desde o início do processo de organização do setor canavieiro em Alagoas no período colonial, a inserção dos trabalhadores nos canaviais está vinculada à dominação, exploração e subordinação. As marcas desse processo influenciaram fortemente a organização das relações de trabalho no setor canavieiro alagoano.

Com ampliação do neoliberalismo, da globalização e o acirramento da concorrência entre as empresas no século XXI, as estratégias adotadas pelas usinas para garantir sua sobrevivência ao longo do seu processo de desenvolvimento evidenciam os mecanismos de exploração como forma de aumentar a extração de mais-valia para responder as exigências impostas pelo capital. Verifica-se a crescente tendência da intensificação da exploração da força de trabalho nos canaviais – em benefício da elevação da produtividade nas usinas e destilarias – pelos mecanismos da *superexploração* por meio do aumento da intensidade do trabalho e da redução salarial ao expropriar parte do salário necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho.

Nessas circunstâncias, cabe ressaltar que “cada cortador ganha R\$ 6,72 por tonelada e que as pesagens realizadas pelas empresas são fraudadas”<sup>49</sup>. Os trabalhadores canavieiros não detêm o controle exato da quantidade de cana cortada. A medição dos metros de cana cortados é imprecisa, além das fraudes no cálculo de conversão para toneladas, o que reduz a verdadeira quantidade de cana cortada e diminui os salários dos trabalhadores.

Em Alagoas, além dos fatores “eitos gigantes”, e incidência de algumas áreas de canaviais em relevos acidentados (sobretudo na região norte), ainda encontramos a vara. A vara é o instrumento utilizado por usinas de alguns estados do Nordeste para medir a metragem das canas cortadas. Ela tem uma braça de comprimento (padrão métrico do período colonial), que equivale a 2,20 metros. Diferentemente do compasso, instrumento utilizado para fazer a

<sup>48</sup> Fonte: OLIVEIRA, Wanessa. Intimidados, trabalhadores de Alagoas recorrem menos à Justiça após a reforma. **Gazetaweb**, 2018. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/portal/especial.php?c=52989>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

<sup>49</sup> Fonte: CUNHA, Thayná. Pesquisa da UFSCar traça perfil dos cortadores de cana-de-açúcar. **G1**, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/10/pesquisa-da-ufscar-traca-perfil-dos-cortadores-de-cana-de-acucar.html>. Acesso em: 17 de abril de 2017.

metragem de canas cortadas em São Paulo [...], que dificulta fraudes por marcar o chão no momento da medida, a vara é um instrumento de medida mais impreciso, que amplia a possibilidade de fraudes por prever saltos podem subtrair metros que foram efetivamente cortados [...]. (VERÇOZA, 2016, p. 106-107).

No trabalho nos canaviais, conforme Alves (2006), a redução salarial é mais perversa, pois além de o salário por produção exigir que o trabalhador intensifique seu ritmo de trabalho, sua aquisição não depende apenas dos trabalhadores, mas, da conversão realizada pelo departamento técnico das usinas. Esse modo específico de extrair trabalho excedente, que faz com que o trabalhador seja remunerado abaixo do valor de sua força de trabalho, retira a possibilidade de consumo do imprescindível para a conservação de sua força de trabalho, limitando a quantidade dos meios necessários para sua subsistência.

Apesar de a escravidão ter sido abolida no século XIX, em um estudo realizado em uma usina de cana-de-açúcar de Alagoas no século XX, no ano de 1968, Malta et. al. (1968) constatou que os trabalhadores não tinham em mãos a carteira profissional para lhes garantir estabilidade, ficando sob o controle e em poder dos dirigentes da usina. No século XXI, conforme o relatório<sup>50</sup> sobre os impactos da safra 2008 da cana-de-açúcar do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil, em uma Força-Tarefa do Ministério Público do Trabalho (MPT) em usinas de Alagoas, durante a fiscalização foram constatadas a “[...] retenção das carteiras de trabalho e caderneta de dívidas (dois dos elementos que caracterizam o trabalho escravo, por obrigarem a permanência dos trabalhadores) [...]” (p. 33). Em um estado que carrega as marcas da colonização como Alagoas, apesar da proibição do tráfico de escravos e da abolição da escravidão no século XIX, no século XXI ainda existem lugares da região Nordeste que apresentam retrocessos ao período da escravidão.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>51</sup> mostraram que Alagoas apresentou um dos piores índices de trabalho escravo no campo em 2008, colocando o estado entre os que lideraram os casos de trabalho escravo no Brasil nesse período. Em 2008, de acordo com a CPT, 656 trabalhadores rurais foram encontrados em situação de escravidão nas usinas de

---

<sup>50</sup> Fonte: REPÓRTER BRASIL. Centro de monitoramento de agrocombustíveis. ONG Repórter Brasil. **O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade.** 2008. Disponível em: [http://reporterbrasil.org.br/documentos/o\\_brasil\\_dos\\_agrocombustiveis\\_v3.pdf](http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v3.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2017.

<sup>51</sup> Fonte: ALAGOAS tem o maior índice de trabalho escravo do NE. **Comissão Pastoral da Terra Nordeste II,** 2009. Disponível em: <https://cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/2485-alagoas-tem-o-maior-indice-de-trabalho-escravo-do-ne>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

Alagoas, todos encontrados na monocultura da cana. Carlos Lima, da CPT de Alagoas, acrescenta que, em Alagoas, “o poder dos usineiros é muito forte no estado e impede que fiscalizações sejam realizadas”. Nesse sentido, a dominação dos grandes proprietários de terras desde o período colonial permanece nos dias atuais. Conforme Carlos Lima, “a exploração faz parte da cadeia produtiva dos usineiros”, as violações de direitos humanos e trabalhistas dos trabalhadores canavieiros têm se intensificado ao longo da história da agroindústria canavieira em Alagoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa buscou-se analisar a *superexploração* do capital sobre os trabalhadores dos canaviais de Alagoas ao longo da história. Nessa perspectiva, ao averiguar o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e como esse processo influenciou a inserção e a constituição da economia canavieira no Brasil, foi apreendido que os traços herdados do período colonial que caracterizam a formação do país persistem, mesmo após o fim do sistema colonial.

Historicamente, as relações de exploração se mostraram presentes na América Latina. A gênese das relações de exploração no continente latino-americano está vinculada ao processo de expansão do capitalismo comercial. Esse período marcado pela expansão das navegações, e que tinha em vista explorar novos territórios para extrair as riquezas destes para impulsionar o desenvolvimento do capitalismo na Europa, marca o começo da exploração e da extração das riquezas na América Latina.

O início da colonização da América Latina foi marcado pela expropriação das riquezas naturais através do trabalho escravo. Primeiro através da exploração da força de trabalho indígena e, posteriormente, do século XVI ao XIX, por meio da exploração da força de trabalho de escravos vindo da África. Apesar da abolição da escravidão no século XIX, a exploração dos trabalhadores não foi abolida. Como foi apontado por Silva (1985), a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado consiste na necessidade – imposta pelo mercado externo – da decomposição das relações de produção de base escravista e sua substituição pela subordinação dos trabalhadores. Desse modo, a exploração seguiu por meio do trabalho assalariado conforme as novas formas de dominação do capital. Dessas relações de exploração que permeiam a história da América Latina emerge a categoria de *superexploração*, enquanto mecanismo compensatório para extração de mais-valia.

Nessa direção, na América Latina o capitalismo surge sob a égide da *superexploração* do trabalho voltado para a ampliação do processo de acumulação primitiva, fundamental para impulsionar o desenvolvimento europeu. Desse modo, o ingresso do continente latino-americano no capitalismo como partícipe do processo de acumulação primitiva foi determinante na formação econômica e social e na composição das relações de trabalho de suas nações.

No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo está associado à produção açucareira. O processo de organização da economia e da ocupação do território brasileiro tem seu fundamento na monocultura da cana-de-açúcar, tendo em vista a produção de açúcar para ser

comercializado no mercado europeu. A produção de açúcar se estruturou a partir do latifúndio e da exploração da força de trabalho. Desde o período colonial, o trabalho realizado nos canaviais se caracterizava como exaustivo, exigindo um enorme dispêndio de energia. À medida que a economia brasileira tinha a produção de açúcar como base, o governo buscou investir no desenvolvimento do setor canavieiro. Desde a colonização do Brasil foram adotadas medidas que garantissem a sobrevivência da economia canvieira, variando de grau de acordo com as necessidades impostas por cada momento histórico.

Dada a importante participação histórica do Estado no desenvolvimento da agroindústria canvieira, a diminuição do suporte governamental às usinas e destilarias no processo de desregulação do Estado no setor tem causado profundas mudanças na organização da produção agrícola provenientes do processo de reestruturação produtiva enquanto resposta à crise estrutural do capital, exigindo a racionalização da produção tendo em vista a redução dos custos e o aumento da qualidade para manter a competitividade entre as empresas. Tais mudanças atingem, principalmente, os trabalhadores rurais do setor. Há a precarização do trabalho, o aumento do desemprego e a desvalorização da força de trabalho, à medida que o aumento da oferta de força de trabalho no mercado cria as condições para a redução dos salários. Ao longo da história da agroindústria canvieira, esses trabalhadores são os mais sacrificados quando se trata das estratégias adotadas pelas usinas e destilarias.

Essa situação tem se agravado na agroindústria canvieira devido aos efeitos da crise econômica internacional de 2008, e em Alagoas não foi diferente. No auge da crise, as usinas e destilarias têm adotado diversas estratégias buscando novas formas de organização e planejamento da produção, tendo em vista a garantir a manutenção e o enfrentamento da concorrência entre as empresas. Contudo, essas estratégias acirram a exploração do trabalho e reduzem os direitos trabalhistas. Nesse contexto, à medida que o Estado – elemento fundamental no desenvolvimento e expansão do setor canvieiro – diminuiu sua intervenção no setor devido à crise, o Brasil buscou mecanismos que possibilitassem o aumento da produção com menores custos para o Estado, estimulando, assim, a intensificação da exploração da força de trabalho nos canaviais.

A *superexploração* da força de trabalho nos canaviais é observada tanto no aumento da intensidade do trabalho quanto na expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Nessas condições, o desgaste do trabalhador aumenta mediante um dispêndio de força de trabalho excessivo. Em contrapartida, o poder de consumo necessário para repor e conservar sua força de trabalho é reduzido devido à baixa remuneração e a diminuição de seu salário. Como foi exposto no decorrer da pesquisa, o

trabalho realizado nos canaviais de Alagoas, através da *superexploração* da força de trabalho, vem resultando no adoecimento e na morte dos trabalhadores que atuam no corte da cana.

A intensificação da exploração da força de trabalho implica consequências que reduzem a qualidade e o tempo de vida dos trabalhadores. Isso se agrava quando se trata do trabalho nos canaviais, o qual é proveniente “de uma natureza escravocrata resistente aos avanços da ciência, da tecnologia e às promessas de garantia dos direitos decorrentes das revoluções que consolidaram o capitalismo no mundo” (AMARAL, p. 149). É importante ressaltar que, mesmo o trabalho canavieiro sendo remunerado, alguns traços advindos da relação anterior não foram superados. Certo que esses trabalhadores não estão sujeitos à escravidão e aos castigos físicos dos quais os escravos eram obrigados a suportar, porém esses estão intrínsecos na organização do trabalho efetuado dentro do campo de trabalho.

Mesmo com a transformação das relações de trabalho segundo o movimento histórico da sociedade, a atividade canavieira apresenta traços semelhantes àqueles vivenciados pelos trabalhadores no período colonial. As relações de poder, dominação, subordinação e exploração persistem aguçadas no setor canavieiro. A memória colonial continua presente nas condições de trabalho nos canaviais.

## REFERÊNCIAS

AL: confira as dez empresas com mais processos trabalhistas em 2015. **Cada Minuto**, 2016. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/285891/2016/04/22/al-confira-as-dez-empresas-com-mais-processos-trabalhistas-em-2015>. Acesso em: 24 de março de 2017.

ALAGOAS. **Diversificação produtiva como alternativa para a área canavieira**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2017. 29p. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/39e70e25-4d9c-4680-b9e8-d709de9f0f94/resource/67fa7930-25d1-48b8-80e8-0b6264889668/download/canavieira.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2018.

ALAGOAS tem o maior índice de trabalho escravo do NE. **Comissão Pastoral da Terra Nordeste II**, 2009. Disponível em: <https://cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/2485-alagoas-tem-o-maior-indice-de-trabalho-escravo-do-ne>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

ALVES, Francisco. **Porque morrem os cortadores de cana?** Revista Saúde e Sociedade. São Paulo: FSP/USP, v.15, n3, p.90-98, set/dez, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. A condição do trabalho e o Serviço Social no setor sucroenergético. In: VERAS (Org.) et. al. **Capital x Trabalho no campo: questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético**. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 147-196.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. O Estado brasileiro e o sistema de proteção social: uma discussão sobre o direito ao trabalho. In: AMARAL (Org.) et. al. **O direito e a (des) proteção do trabalhador: questões em debate no Serviço Social**. Maceió, EDUFAL, 2017, p. 17-35.

AMATO, Fábio. Governo corta tributos e aumenta percentual de álcool na gasolina. **G1**, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/governo-anuncia-medidas-para-o-setor-sucroalcooleiro.html>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e Destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.

BEHRING, Elaine. Fundamentos da Política Social. In: MOTA, Ana Elizabeth et. al. (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

BERTOLDO, Edna. et. al. Trabalho e educação dos trabalhadores do corte de cana: uma análise do contexto da modernização do setor sucroalcooleiro em Alagoas. In:

PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna (Org.). **Trabalho e capitalismo contemporâneo**. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 59-80.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Trabalho aprova seguro-desemprego para cortadores de cana-de-açúcar**. 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/521820-TRABALHO-APROVA-SEGURO-DESEMPREGO-PARA-CORTADORES-DE-CANA-DE-ACUCAR.html>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

BRASIL. **Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar**. 2009. Disponível em: [http://www.gso.org.br/files/file\\_id3.pdf](http://www.gso.org.br/files/file_id3.pdf). Acesso em: 04 de setembro de 2017.

BRASIL. União da Indústria de Cana-de-açúcar. **Histórico de produção e moagem por safra**. Disponível em: <http://www.unicadata.com.br/historico-de-producao-e-moagem.php?idMn=32&tipoHistorico=4>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEZERRA, Jamilyle. BARROS, Jobison. Ex-trabalhadores da massa falida vão ao TRT e pedem pagamento de salários. **Rádio Gazeta**, 23 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.radiogazetaweb.com/noticias/55191/Ex-trabalhadores-da-massa-falida-va-ao-TRT-e-pedem-pagamento-de-salarios>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

BEZERRA, Jamilyle; GOMES, Thiago. Usina Cachoeira do Meirim promove demissão em massa de trabalhadores. **Gazetaweb.com**, 2018. Disponível em: [http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/01/usina-cachoeira-do-meirim-promove-demissao-em-massa-de-trabalhadores\\_48409.php](http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/01/usina-cachoeira-do-meirim-promove-demissao-em-massa-de-trabalhadores_48409.php). Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

CARVALHO. Cícero Péricles. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

CARVALHO, Cícero Péricles. **Formação histórica de Alagoas**. 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

COGGIOLA, Osvaldo. **Os inícios das organizações dos trabalhadores**. São Paulo: Revista Aurora, 2010. Ago. v.3, n. 2, p. 11-20. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1227>. Acesso em: 04 de setembro de 2018.

CÓLEN, Roberta. Salário médio mensal em Alagoas é um dos mais baixos do Brasil, aponta IBGE. **G1**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/salario-medio-mensal-em-alagoas-e-um-dos-mais-baixos-do-brasil-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 05 de agosto de 2017.

COSTA, Márcio Jorge Porangaba. **Capital inglês e engenhos centrais**. Maceió: EDUFAL, 1997.

CUNHA, Thayná. Pesquisa da UFSCar traça perfil dos cortadores de cana-de-açúcar. **G1**, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/10/pesquisa-da-ufscar-traca-perfil-dos-cortadores-de-cana-de-acucar.html>. Acesso em: 17 de abril de 2017.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Desempenho setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores**. São Paulo: ano3, nº 30, fevereiro de 2007.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas**: Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2012.

EM Alagoas, crise no setor de cana-de-açúcar abala a economia. **G1**, 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/gazeta-rural/videos/v/em-alagoas-crise-no-setor-de-cana-de-acucar-abala-a-economia/6529867/>. Acesso em: 03 de junho de 2018.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FALEIROS, V. P.. **O que é política social**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Elaine Nunes Silva. Formação agrária brasileira e a luta dos movimentos sociais no campo. In: VERAS (Org.) et. al. **Capital x Trabalho no campo**: questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 9-53.

FRANÇA, Raíssa. Crise nas usinas tira o emprego de 31 mil e expulsa trabalhadores de Alagoas. **Cada Minuto**, 2018. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/317241/2018/03/05/crise-nas-usinas-tira-o-emprego-de-31-mil-e-expulsa-trabalhadores-de-alagoas>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2015.

GOMES, Thiago. Alagoas tem o maior percentual do Brasil da infância exposta à pobreza: 66%. **Gazetaweb.com**, 2018. Disponível em: [http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/04/alagoas-tem-o-maior-percentual-do-brasil-da-infancia-exposta-a-pobreza-66\\_53625.php](http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2018/04/alagoas-tem-o-maior-percentual-do-brasil-da-infancia-exposta-a-pobreza-66_53625.php). Acesso em: 14 de junho de 2018.

GONÇALVES, Maurício. Salário por produção aumenta riscos. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 29 de março de 2015. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=263429>. Acesso em: 10 de março de 2017.

GONÇALVES, Maurício. Setor canavieiro responde por 59% dos acidentes de trabalho em Alagoas. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 29 de março de 2015. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=263430>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; MCT/CNPq, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IBGE. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1618>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

JÚNIOR, Dorgival. Ciclo 17/18 é finalizado como o menor da história. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 14 de abril de 2018. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=322734>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

JÚNIOR, Edivaldo. Crise da cana se agrava e Alagoas pode perder mais duas usinas. **Gazetaweb.com**, 2014. Disponível em: <http://edivaldojunior.blogsdagazetaweb.com/2014/11/10/crise-da-cana-se-agrava-e-alagoas-pode-perder-mais-duas-usinas/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

JÚNIOR, Edivaldo. Para enfrentar crise, usinas vão reduzir salários de trabalhadores. **Gazetaweb.com**, 2015. Disponível em: <http://edivaldojunior.blogsdagazetaweb.com/2015/04/27/para-enfrentar-crise-usinas-vo-reduzir-salarios-de-trabalhadores/>. Acesso em: 19 de junho de 2017.

JÚNIOR, Edivaldo. Preço do açúcar agrava crise nas usinas. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 09 de nov. de 2017. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=315035>. Acesso em: 08 de janeiro de 2018.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Proletariado e Sujeito Revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOPES, J. G. de A. **A atividade agroindustrial açucareira alagoana**. Maceió: IGASA, 1978.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Alienação e agravos à saúde dos trabalhadores no setor sucroenergético. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (Orgs.). **O Averso do trabalho III**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 165-198.

MALTA, Cláudia Viana de Melo. Et. al. **É válida a intervenção do Serviço Social na Zona Canavieira?**, 1968, 113 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Serviço Social Padre Anchieta de Alagoas.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*, 1973. In: TRASPADINI et al. (org). **Ruy Mauro Marini, vida e obra** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. V.1, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**. V.I. Coleção. Tomo II. Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

MENDONÇA, M. L.; PITTA, F. T.; XAVIER, C. V. **A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO destaca ações em AL. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 12 de maio de 2018. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=324179>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina**. Revista *Configurações*, 2012, n. 10, p. 29-41. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/1324>. Acesso: 18 em novembro de 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOVAES, José Roberto. *Campeões de Produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas*. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA, 2007.

OLIVEIRA, Cida de. Pagamento por produção adoce e mata cortadores de cana, adverte pesquisador. **Rede Brasil Atual**, 2013. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/02/sistema-de-pagamento-por-producao-causa-doencas-e-morte-entre-os-cortadores-de-cana-adverte-pesquisador-de-sao-carlos>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, Wanessa. Intimidados, trabalhadores de Alagoas recorrem menos à Justiça após a reforma. **Gazetaweb**, 2018. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/porta/especial.php?c=52989>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

OSORIO, Jaime. *Fundamentos da Superexploração*. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. **Política Social na América Latina**: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. Revista Ser Social, v. 12, n.6, p. 147-175, jan./jun. Brasília, 2010.

PINHEIRO, Vinícius. **Modelos de Desenvolvimento e as Políticas Sociais na América Latina em uma perspectiva histórica**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). n.2.jun/dez,1995.

PLANCHAREL, Alice Anabuki. et al. O canguru no universo canavieiro alagoano: Saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira. In Alice Anabuki Plancherel e Edna Bertoldo Org. **Trabalho e capitalismo contemporâneo**. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 59-80.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RAMALHO, Claudilene da Costa. **Os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha: entre a superexploração e a resistência**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_7823\\_Claudilene%20da%20Costa%20Ramalho.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7823_Claudilene%20da%20Costa%20Ramalho.pdf). Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO dirigido à Assembleia Legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 01 de março de 1855, pelo presidente da mesma província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife, Tip. de Santos & Companhia, 1855. *Center for Research Libraries*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/21/>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

RELATÓRIO dirigido à Assembleia Legislativa de Alagoas pelo presidente da província Antônio Alves de Souza Carvalho, na abertura da 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura, em 13 de junho de 1862. Maceió, Tip. do Diário do Comércio, 1862. *Center for Research Libraries*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso: 20 de maio de 2018.

RELATÓRIO dirigido à Assembleia Legislativa da província de Alagoas na abertura da 2ª sessão da 20ª legislatura em 15 de março de 1875, por João Vieira de Araújo, presidente da província. Maceió, Typ. do Jornal de Alagoas, 1875. *Center for Research Libraries*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/43/>. Acesso em 25 de julho de 2018.

RELATÓRIO do ano de 1879, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, o Conselheiro de Estado Manoel Pinto de Souza Dantas. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1880. *Center for Research Libraries*. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/107?fulltext=escravo%20castigo&item\\_id=1997#?h=escravo%20](http://ddsnext.crl.edu/titles/107?fulltext=escravo%20castigo&item_id=1997#?h=escravo%20)

[castigo&c=4&m=53&s=0&cv=0&r=0&xywh=-208%2C0%2C4222%2C2978](#). Acesso: 21 de maio de 2018.

REPÓRTER BRASIL. Centro de monitoramento de agrocombustíveis. ONG Repórter Brasil. **O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade.** 2008. Disponível em: [http://reporterbrasil.org.br/documentos/o\\_brasil\\_dos\\_agrocombustiveis\\_v3.pdf](http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v3.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2017.

SANTOS, João Paulo. **Tendências e impactos da mecanização do corte da cana sobre os canavieiros em Alagoas.** Maceió, 2017. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.

SEPLAG. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Alagoas em números 2016.** Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/alagoas-em-numeros/resource/be78e8bef439-4c81-9622-1397670e6948>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

SILVA, Graziela F. da S.; MORAIS, Micaelle; THAYNAN, Lucas. **O amargo da cana-de-açúcar: trabalhadores de usinas lideram ranking de acidentes em Alagoas.** 2018. Disponível em: <http://www.agenciatatu.com.br/noticia/o-amargo-da-cana-de-acucar/>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas.** Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.2, Artigo 1, abr./ agosto, 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art1-2008-2.pdf>. Acesso em: novembro de 2017.

SILVA. Giselle Souza da. **Capital Portador de Juros e Programas de Transferência de Renda: monetarização das políticas sociais e contra-reforma.** São Luís: Revista Políticas Públicas, 2009. Jul./Dez. v.13.n.2.p.173-181.

SILVA, Jane Marinho da; SILVA, Maria Fernanda da. **A modernização do setor sucroalcooleiro e a escolaridade de trabalhadores rurais cortadores de cana: algumas considerações.** 2009. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

SINDAÇÚCAR-AL. **Conab estima safra 17/18 em Alagoas com 15,5 milhões de toneladas de cana.** Abr. de 2017. Disponível em: <http://www.sindacucar-al.com.br/2017/04/conab-estima-safra-1718-em-alagoas-com-155-milhoes-de-toneladas-de-cana/>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

SOARES, Rita de Cássia Murta Rocha. A particularidade da responsabilidade social na agroindústria canavieira. In: VERAS (org.) et. al. **Capital x Trabalho no campo: questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético.** Maceió: EDUFAL, p. 113-145, 2011.

SPOSATI, Aldaiza. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21.** Florianópolis: Revista Katálysis, 2011. Jan. Jun. v.14.n.1., p.104-115.

SUDENE. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas.** Março de 2017. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/planodedesenvolvimento-alagoas-vers%C3%A3ofinal.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde.** Tese de Doutorado. São Carlos, 2016. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Sobre os métodos da exploração da força de trabalho na agroindústria canvieira de Alagoas.** Cadernos de estudos sociais – Recife, v. 26, p. 393-406, jul/dez 2011.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas:** um estudo sobre as condições de trabalho e resistência. São Carlos, 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.